

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS II
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

DIFUSÃO DE INOVAÇÕES NA AGRICULTURA: O CASO DO
DIA DE CAMPO NO ESTADO DA PARAÍBA

ROBERTO MARDEN LUCENA

CAMPINA GRANDE (PB)
NOVEMBRO/2000

ROBERTO MARDEN LUCENA

**DIFUSÃO DE INOVAÇÕES NA AGRICULTURA: O CASO DO
DIA DE CAMPO NO ESTADO DA PARAÍBA**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Sociologia Rural da
Universidade Federal da Paraíba, Campus
II, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Mestre em Sociologia.**

Orientador: Prof. Dr. Eric Pierre Sabourin

CAMPINA GRANDE (PB)

NOVEMBRO/2000

DIGITALIZAÇÃO:

SISTEMOTECA - UFCG

L 935d

Lucena, Roberto Marden

Difusão de inovações na agricultura: o caso do dia de campo no Estado da Paraíba. Campina Grande: UFPB, 2000. 157p.

Dissertação (Mestrado) UFPB - DAS

1. Agricultura 2. Extensão Rural
3. Dia de campo 4. Difusão de tecnologia

I. Título

CDU: 631.117(81)

**DIFUSÃO DE INOVAÇÕES NA AGRICULTURA: O CASO DO
DIA DE CAMPO NO ESTADO DA PARAÍBA**

ROBERTO MARDEN LUCENA

Aprovada em 24/11/2000

Banca Examinadora

Prof. Dr. ERIC PIERRE SABOURIN - Univ. Paris VII - França
Orientador e Presidente

Prof. Dr. LUÍS CUSTÓDIO DA SILVA - USP - SP
Examinador

Prof. Dr. EDGARD AFONSO MALAGODI - PUC-SP
Examinador

**"Súbita mão para escolher esses poemas
conjuntos. Súbita vontade de aflorar seu
peito em busca dos seus poemas, para
olharmos a vida juntos, sem rumos ou
silêncios manhãs"**

(Fragmentos da amiga Valéria Bulcão)

A Deus

Aos meus pais: *Martinho e Elizabeth*

Aos meus irmãos: *Edna, Júnior, Márcia,*

Magna, Roberta e Ana

A Nélio

DEDICO

**Pela saudade que ainda reveste nosso
peito em lágrimas...**

Elizabeth Cabral e Francisco Klênio

IN MEMORIAM

Agradecimentos

O momento de agradecer ultrapassa o nível do simples registro de pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização de um importante projeto de vida como este. São marcas deixadas ao longo de uma história que se forma aos poucos para chegar a este trabalho monográfico, sempre por (re)fazer enquanto projeto futuro. Espero não ter esquecido nenhum dos “arquitetos” envolvidos, muita embora o risco esteja lançado.

- Ao professor e pesquisador **Eric Sabourin**, meu orientador acadêmico, pela paciência empreendida durante todo o período de pesquisa, discussões, conversas e avaliações para se chegar a este resultado denominado "dissertação". Sua orientação criteriosa, especialmente em meio às minhas inquietações, permitiu um exercício seguro que aponta para novas possibilidades de trabalho. Seu compromisso é digno de sinceros agradecimentos.
- Ao Programa de Mestrado em Sociologia Rural da UFPB/Campus II pela importância desta formação, destacando o empenho dos professores **Edgard Malagodi** e **Deolinda Ramalho**, respectivamente coordenador e vice à época do estudo, dedicando parte significativa de suas experiências e conhecimentos às inúmeras atribuições exigidas de quem assume importante missão acadêmica.
- Aos participantes do grupo de Pesquisa sobre a Viabilidade da Agricultura Familiar, da UFPB/Campus II, em especial à sua líder **Ghislaine Duqué** e ao professor **Eric Sabourin**, pela oportunidade de compartilhar encontros, reuniões e debates convertidos em aprendizagem.

- À **Capex** pelo financiamento do estudo, bem como por suas diretrizes de trabalho na condução de muitas outras pesquisas em nossa região.
- Aos funcionários do Mestrado em Sociologia, **Verinha**, **Rinaldo**, **Vera** (atuando agora no CH/Campus II) e **Joazinho**, este último de maneira especial pela paciência em lidar com nossas pendências acadêmicas, além da dedicação e responsabilidade dispensados em vários momentos dessa jornada.
- À **Rose** pela suave presença no banco de dados a nos oferecer a sua melhor orientação em forma de consulta bibliográfica.
- Ao professor **Ubiracy Braga**, primeiro condutor da embarcação em tempos difíceis, de ventos velozes, aquele com quem compartilhamos as primeiras inquietações na vontade de aprender a aprender.
- Aos meus colegas de Curso, **Emmanuel**, **Pereira**, **Socorro**, **Vanderlan**, **Maria Tereza**, **Chico**, **Nerize**, **Rilma**, **Kalina**, **Iolanda**, responsáveis por muitos encontros e desencontros também na forma de aprendizagem, e à colega e amiga **Kel Santana** pela qualidade de muitos dos nossos *diálogos artesanais*.
- Aos amigos especiais conquistados antes da *pós-graduação*. São eles: **Nélio** (“Fernando”) **Fernandes**, exemplo de vida em ritmo de experiência; **Jaldete Soares**, capacidade e profissionalismo dignos de nossas primeiras inspirações; **Valéria Bulcão**, poesia em pessoa no despertar de sonhos acadêmicos e profissionais; **Alexandre Martins**, força singular na arte do recomeço.

- Aos extensionistas e pesquisadores da Emater-PB e Embrapa Algodão pelo apoio incondicional durante a nossa pesquisa de campo, de maneira especial agradecemos a **Severino Henrique, Verneck Abrantes, Terezinha Pinheiro, Hélder Granjeiro, Paulo Uchôa, Marenilson Batista, José Mendes, José Mário Cavalcanti, Lourenisa, Dalfran e Ramiro.**
- Aos assessores técnicos da AS-PTA, **Paula Almeida, Luciano Marçal da Silveira e Marilene Melo,** pelo apoio durante a pesquisa e a oportunidade de obter explicações inovadoras no âmbito das diferentes organizações de produtores rurais.
- A todos os produtores e produtoras rurais entrevistados, com suas experiências singulares, a exemplo da conversa de seu **Lica,** da determinação do "**Major**" e de seu **Gilberto,** da perspicácia de **Toinho,** da simplicidade e do carisma de dona **Margarida** e dona **Marina,** das explicações de **João Batista** e **José Fernandes (Zié),** além de conhecer, também, a alegria de jovens rurais como **Adilson e Luizinho.**
- Aos professores **Robério Maracajá,** do Mestrado em Economia do Campus II, e **Luis Custódio da Silva,** da UFPB/Campus I, que em 1998 foram examinadores do projeto de dissertação com a finalidade de dar sustentação aos passos seguintes da pesquisa.
- A **Vera Oliveira, Eduardo Galdino, Lindberg Farias, Salomão Galdino, Robson Almeida, Neuma Fernandes, Manoela Barros, Jucieux Palmeira, Ivete Pedrosa, Geraldo Bomfim, Atalmira Formiga, Manoel Izânio, Ricardo Barbosa, Edvânia, Luciana e Alex** pela força, respeito e confiança dispensados durante essa caminhada, como também em outros momentos igualmente importantes e *para além do circuito acadêmico.*

Sumário

LISTA DE SIGLAS	IX
RESUMO	XII
RESUMÉ	XIV
INTRODUÇÃO	1

Capítulo I

1. Problemática e metodologia da pesquisa	6
1.1 A difusão de inovações agrícolas e o dia de campo.....	6
1.1.1 Caracterização dos processos de inovação na agricultura.....	8
1.1.2 Origem do método do dia de campo.....	13
1.1.3 Hipóteses e objetivos da pesquisa.....	16
1.2 Metodologia.....	18
1.2.1 Bibliografia consultada.....	18
1.2.2 Coleta de informações.....	21
1.2.3 Tratamento e análise das informações.....	23

Capítulo II

2. Difusão de inovações na agricultura brasileira	
2.1 Origem da extensão rural no Brasil.....	26
2.1.1 O discurso da modernização agrícola no país.....	28
2.1.2 A extensão rural em território brasileiro.....	34
2.2 Os métodos de extensão rural.....	38
2.2.1 Classificação geral dos métodos de ATER.....	40
2.2.2 Métodos de ATER na Paraíba.....	44

Capítulo III

3. O dia de campo: um instrumento privilegiado de ATER	
3.1 Explicando o método do dia de campo.....	46
3.1.1 Elementos sobre o dia de campo na Paraíba.....	48
3.1.2 Descrição de um dia de campo sobre milho irrigado.....	52
3.1.3 Avaliação informal de um dia de campo.....	60
3.2 Avaliação dos técnicos agrícolas sobre a realização dos dias de campo.....	69
3.2.1 Trajetória dos técnicos de ATER.....	69
3.2.2 Opinião dos técnicos sobre a ação extensionista.....	77
3.3 A percepção dos produtores sobre o dia de campo.....	83
3.3.1 Contexto de 1998/1999; perfil e demanda dos agricultores.....	84
3.3.2 O dia de campo: um lugar de encontros sociais.....	88
3.3.3 O sentido da demonstração e do treinamento.....	90

Capítulo IV

4. A evolução recente do método do dia de campo.....	93
4.1 Impacto do dia de campo entre os produtores.....	93
4.1.1 Um público limitado entre os agricultores familiares.....	94
4.1.2 O problema da diversidade de situações.....	96
4.1.3 Os problemas de comunicação.....	98
4.1.4 Articulação do dia de campo com outros instrumentos.....	104
4.1.5 Efeitos não previstos pelas instituições.....	106
4.2 A institucionalização do dia de campo.....	108
4.2.1 Planejamento descendente.....	108
4.2.2 A burocratização do método.....	110
4.3 A crise da Emater e a emergência das parcerias.....	112
4.3.1 As dificuldades da ATER regional.....	112
4.3.2 Os impactos diferenciados das parcerias.....	115
4.3.3 O impacto sócio-político das parcerias: as perspectivas.....	119
CONCLUSÃO.....	123
Bibliografia Consultada.....	128

ANEXOS

Anexo 1 - Eventos.....	135
Anexo 2 - Roteiros das entrevistas.....	137
Anexo 3 - Fichas técnicas e mapa.....	142
Anexo 4 - Fotografias.....	148
Anexo 5 - Esquema de identificação dos técnicos agrícolas.....	152
Anexo 6 - Representação do dia de campo.....	154
Anexo 7 - Esquema de identificação dos produtores rurais.....	156

Lista de Siglas

- ABCAR** – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAR** – Associação de Crédito e Assistência Rural
- ACARESC** – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
- ACARPA** – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
- A-E** – Agricultor Experimentador
- AIA** – Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social*
- ANCAR** – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
- AS-PTA** – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAPES** – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEBs** – Comunidades Eclesiais de Base
- CECAPAS** – Centro de Capacitação e Acompanhamento dos Projetos Alternativos
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CMDR** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- CNPA** – Centro Nacional de Pesquisa do Algodão
- CPATSA** – Centro de Pesquisa do Trópico Semi-Árido
- DNOCS** – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- EBDA** – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

*American International Association for Economic and Social Development

- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMATER-PB** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba
- EMEPA-PB** – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
- ESAL** – Escola Superior de Agricultura de Lavras (*atual UFLA*)
- EUA** – Estados Unidos da América do Norte
- FAO** – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FASE** – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FINOR** – Fundo de Investimentos do Nordeste
- MCM** – Meios de Comunicação de Massa
- IICA** – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
- NUCOM** – Núcleo de Comunicação e Metodologia
- ONG** – Organização Não Governamental
- PAPP** – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
- PATAC** – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades
- P&D** – Pesquisa e Desenvolvimento
- POLONORDESTE** – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
- PROATER** – Programa Anual de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RIMISP** – Red Internacional de Metodología de Investigación de Sistemas de Producción

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SINE – Sistema Nacional de Empregos

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UD – Unidade Demonstrativa

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

Esta pesquisa objetiva diagnosticar o impacto e a evolução do principal método institucional de difusão de inovações agrícolas no Estado da Paraíba. Trata-se do dia de campo, um instrumento próprio da extensão rural que vem sendo utilizado de maneira estratégica pela Emater-PB e Embrapa Algodão nos últimos anos. Apresentamos o resultado da observação empreendida durante a pesquisa de campo desenvolvida no período de 1998-1999, que inclui o monitoramento de 05 (cinco) dias de campo e de outros eventos como reuniões técnicas, cursos e treinamentos realizados por organismos governamentais e não-governamentais. No primeiro e segundo capítulos, o estudo analisa o dia de campo no marco do contexto e da evolução da extensão rural no Brasil e na região. Destaca, no terceiro capítulo, alguns dos principais aspectos que caracterizam a utilização eficaz do dia de campo, na opinião dos técnicos (da pesquisa, da extensão e das ONGs) e na opinião dos agricultores. No quarto capítulo, a análise das diversas fases de preparação, realização e avaliação do dia de campo leva a uma série de observações referentes à nova dinâmica da agricultura na região. A relação entre técnicos agrícolas e produtores rurais apresenta limitações em termos de pedagogia e de comunicação, privilegiando ainda a decisão e o papel de “profissional” dos técnicos. Mas revela também o interesse e a enorme demanda por conhecimentos novos dos produtores rurais de maneira a tornar-se atores verdadeiros dos processos de inovação no meio rural. Algumas tendências fortes da evolução do dia de campo e da atuação das instituições de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), de uma maneira geral, foram evidenciadas nesta pesquisa. Primeiro, nos dez últimos anos, observa-se um processo de institucionalização do dia de campo correspondente à crise de recursos e de renovação (dos métodos e dos agentes) da ATER regional. Segundo, a emergência dos novos atores institucionais do desenvolvimento rural levou a Emater-PB a intervir localmente via

diversas colaborações, em particular no apoio ao segmento da agricultura familiar. Assim, os centros de pesquisa (Embrapa e universidades), os serviços de capacitação e aprendizagem agrícola (SEBRAE, SINE, SENAR, Casa Familiar Rural), as prefeituras municipais e, sobretudo, as ONGs e as organizações de produtores estão influenciando, de maneira diferenciada, na evolução do método e até dos objetivos dos dias de campo, nos quais vêm participando.

Résumé

Cette recherche a pour but d'étudier l'impact et l'évolution de la principale méthodologie institutionnelle de diffusion des innovations et technologies agricoles dans l'Etat de la Paraíba. Il s'agit de la "*journée de champs*", instrument par excellence de la vulgarisation agricole qui est utilisé de manière stratégique et systématique par l'Entreprise d'Assistance technique et de Vulgarisation de la Paraíba (Emater-PB) et, également, par le Centre du Coton de l'Entreprise Brésilienne de Recherche Agronomique (Embrapa Coton). Nous présentons le résultat des observations et enquêtes réalisées durant la période 1998-1999. Celles-ci incluent la participation et le suivi de 05 (cinq) *journées de champs* et d'autres moments privilégiés comme des réunions techniques, cours de formation de producteurs, etc., réalisés par les services gouvernementaux et non gouvernementaux. L'étude analyse les principaux traits et l'impact de la méthodologie de la *journée de champs* dans le cadre de l'évolution de la vulgarisation agricole de l'Etat de la Paraíba. Elle s'attache à identifier les principaux éléments qui, selon les techniciens et les agriculteurs, caractérisent une utilisation efficace de la méthode. L'analyse des diverses phases de préparation, réalisation et évaluation de la *journée de champs* conduit à une série de considérations concernant la nouvelle dynamique de l'agriculture et du développement rural dans la région. L'approche de la relation techniciens agricoles/agriculteurs, met en évidence diverses limites en termes de pédagogie et de communication, celle-ci privilégiant encore beaucoup les décisions et le rôle du technicien. Mais elle révèle également l'intérêt et la demande énorme des producteurs pour l'acquisition de connaissances qui leur permettent de se situer en véritables acteurs des processus d'innovation en milieu rural. Quelques tendances fortes de l'évolution des "*journées de champs*" et de l'intervention des institutions de Recherche et Développement, de manière générale, ont pu être

identifiées au cours de cette étude. D'une part, on observe au cours des dix dernières années, un processus d'institutionnalisation de la *journée de champs*, correspondant à la crise de ressources et de renouvellement (des méthodes et des agents) de la vulgarisation régionale. D'autre part, l'émergence de nouveaux acteurs institutionnels du développement rural a conduit l'Emater-PB à intervenir localement via diverses collaborations, en particulier en appui au secteur de l'agriculture familiale. Ainsi les centres de recherche (Embrapa et universités), les services de formation et d'apprentissage agricole, les municipalités, mais surtout les ONG et les organisations de producteurs, viennent influencer, de manière différenciée, l'évolution des méthodes, voire des objectifs des *journées de champs*.

Introdução

O apoio institucional à difusão de inovações na agricultura aparece como temática científica no Brasil dentro do processo de modernização agrícola desencadeado na década de 1950.

Os estudos dedicados à difusão de inovações agropecuárias continuam a ter como um de seus principais recortes a investigação das diferentes situações que envolvem os serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural (ATER) no contexto da agricultura brasileira.

Em sintonia com a preocupação social atribuída à evolução metodológica e institucional do sistema oficial de ATER¹, este trabalho tem por objetivo analisar o impacto social e a evolução institucional de um dos métodos de extensão rural mais utilizados na difusão de inovações agrícolas no Estado da Paraíba, o dia de campo.

O nosso objeto de estudo é, portanto, o método do dia de campo, instrumento de difusão de tecnologia que há vários anos está no centro das atividades dos extensionistas vinculados à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PB). Num grau menor, é também utilizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Algodão).

¹Cf. Relatório de consultoria do “*Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Uma nova extensão rural para a agricultura familiar*”, realizado no período de 4 a 8 de agosto de 1998 em Brasília -DF. O documento foi elaborado pelo professor Ricardo Abramovay e sintetiza de forma crítica e indicativa o debate ocorrido durante o evento.

Neste contexto, o dia de campo aparece como a principal estratégia de comunicação com os produtores rurais utilizada pelos especialistas dessas instituições de P&D para auxiliar os diferentes processos de difusão de tecnologia. Procuramos, portanto, verificar através da análise da aplicação e do impacto social deste método, a evolução da estratégia institucional das empresas públicas de extensão rural e de pesquisa agropecuária a serviço da agricultura familiar local.

O discurso institucional, de um modo geral, considera que esse instrumento concebido há mais de 40 anos num contexto bem específico ainda oferece condições satisfatórias e imediatas para adoção das propostas técnicas por parte dos produtores rurais. Para verificar isto, escolhemos resgatar a experiência e as opiniões dos principais atores dos dias de campo na região.

Tratar da difusão de inovações realizada pelos organismos governamentais na agricultura paraibana representava um tema demasiado amplo no marco de uma dissertação de mestrado. Com isto, optamos pela realização de estudos de caso que fossem capazes de permitir uma análise, embora parcial, da evolução dos dias de campo na região do Agreste da Paraíba na década de 1990.

O dia de campo não é o único método de extensão rural das empresas governamentais no Estado. Na realidade, é o instrumento mais utilizado. Aparece, também, como o de maior recurso estratégico em termos de divulgação de tecnologia para o público-meta específico

da agricultura familiar. Por outra parte, ocupa um espaço institucional de destaque nos diferentes tipos de mídia regional e local (jornal, rádio e televisão).

Os demais métodos de extensão rural utilizados na Paraíba são as visitas, reuniões, treinamentos (ou capacitação rural) e as unidades demonstrativas ou unidades de intervenção técnica. Todos apresentam aspectos diferenciados, os quais serão apenas mencionados como forma de melhor caracterização do nosso objeto de estudo.

Nosso interesse em proceder a uma análise deste instrumento de extensão rural provém, portanto, do intuito de entender sua dimensão sócio-institucional frente aos atuais desafios impostos à agricultura familiar local, sem perder de vista sua sintonia com a dinâmica e os efeitos da globalização no mundo rural.

Nossa investigação foi desenvolvida junto às diferentes situações de trabalho das empresas governamentais, compreendendo o acompanhamento de vários dias de campo, de reuniões técnicas da Emater-PB e da Embrapa Algodão, de encontros com os agricultores e com técnicos dessas instituições e da ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), além de entrevistas com os técnicos agrícolas e os diferentes produtores rurais participantes dos dias de campo.

Para confrontar alguns dos principais enfoques teóricos sobre a temática da extensão rural com o resultado das nossas observações, e sem perder de vista as limitações de qualquer estudo de caso, este

trabalho está estruturado em quatro capítulos que estabelecem pontes para o tratamento da proposta investigada.

O **primeiro capítulo** é dedicado à exposição da problemática da difusão da inovação no meio rural e do papel específico do método do dia de campo. Na seqüência são apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa propriamente dita.

O **segundo capítulo** apresenta os principais antecedentes históricos da extensão rural no Brasil e na Paraíba e alguns dos episódios que ainda influenciam o processo de difusão de inovações na agricultura nos dias atuais.

O **terceiro capítulo** trata da caracterização do dia de campo, considerando principalmente suas três fases: organização, realização e avaliação. Destaca a opinião dos principais atores mediante o discurso dos extensionistas, pesquisadores e produtores rurais. São indicações objetivas que explicam o funcionamento dessa metodologia, a sua percepção pelos atores envolvidos e a sua evolução nos últimos anos.

O objetivo é retratar a concepção dos técnicos e dos agricultores entrevistados, partindo de diferentes indicações, a exemplo da formação técnica e de suas principais experiências profissionais e organizacionais. Procura-se, também, analisar as relações entre técnicos e produtores rurais em torno desses eventos.

O **quarto capítulo** reúne uma série de considerações sobre algumas limitações e novas perspectivas do método do dia de campo. Trata, em particular, do seu impacto junto a uma minoria de

produtores, da diversidade de situações produtivas envolvendo os agricultores familiares, do próprio manejo do dia de campo frente a outros instrumentos ou métodos de ATER, dos problemas decorrentes da comunicação bem como de outros impactos não previstos durante a investigação. Este capítulo considera, também, a nova dinâmica institucional que marca o trabalho de difusão de inovações na agricultura paraibana, em particular alguns impactos das novas parcerias inter-institucionais na evolução do dia de campo na região.

A dissertação conclui com as perspectivas de renovação dos métodos e dos processos de geração, validação e difusão de inovações agrícolas proporcionadas por essas novas formas de parceria.

Capítulo I

1. Problemática e metodologia da pesquisa

1.1 A difusão de inovações agrícolas e o dia de campo

A discussão sobre a difusão de inovações técnicas na agricultura associa-se aos estudos acadêmicos que avaliam as conseqüências do modelo difusionista implantado no Brasil desde 1948 através de um sistema oficial de assistência técnica e extensão rural (ATER), com atuação em nível nacional².

A crítica recorrente na maioria desses trabalhos considera que a difusão de inovações agrícolas, como foi concebida em sua origem no país, apenas amplificou a penetração do capitalismo no campo via modernização da agricultura, acentuando o processo de exploração do pequeno agricultor, quando o discurso oficial afirmava o contrário (SANTOS, 1992:56-57).

Para RODRIGUES (1985:305), o conceito tradicional de difusão de tecnologias refere-se ao tratamento de comunicação que é atribuído a uma inovação agrícola, por diferentes canais, para que esta chegue

²A Associação Internacional Americana (AIA) se propôs a colaborar na criação de um sistema permanente (institucionalizado) de Extensão Rural no Brasil. Um convênio entre esta entidade privada norte-americana e o Governo do Estado de Minas Gerais resultou, portanto, na criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em 6 de dezembro de 1948, com o objetivo de “*estabelecer um programa de assistência técnica e financeira que possibilitasse a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural*”. Cf. José Geraldo Fernandes de Araújo, Geraldo Magela Braga e Marinho Miranda dos Santos, *Extensão rural no desenvolvimento da agricultura brasileira*. Viçosa - MG, Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural, 1994; Glauco Olinger, *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*, Florianópolis, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, 1996.

de maneira eficiente até aos produtores rurais, potenciais usuários dentro de um determinado sistema social.

Neste sentido, RODRIGUES (1985:305-311) propõe considerar a abordagem para *além do circuito tecnológico*, ressaltando que a geração e a difusão de inovações são componentes de um único processo cujo início acontece com o produtor e termina nele mesmo.

Para assegurar a importância e atualidade desta abordagem empírica, faz-se necessário considerar o fato de os agricultores já se constituírem como os primeiros inovadores no decorrer da história da agricultura.

O registro de práticas inovadoras dos produtores foi verificado em todos os países desde a invenção da agricultura, com tendência a ser esquecido nos dias atuais por conta da existência de instituições especializadas de P&D (TONNEAU e SABOURIN, 1999).

Assim, um aspecto a ser considerado em qualquer análise sobre o tema da extensão rural refere-se à difusão empreendida pelos próprios agricultores, mesmo sabendo que tal atividade ocorre de maneira lenta. Esta abordagem, entretanto, é passível de atualizações frente às novas situações de complexidade verificadas na agricultura do século XX.

As estratégias de difusão de inovações podem ser compreendidas como instrumentos de intervenção voltados à propagação de técnicas apropriadas à melhoria das condições de vida e das diferentes situações de produção e produtividade ocorridas em diferentes comunidades rurais da região.

Neste sentido devem ser considerados os papéis não somente dos atores públicos nas escalas federal, estadual e municipal, mas as diferentes formas de organização dos produtores e suas ações coletivas, as instituições religiosas e ONGs que intervêm no processo.

O núcleo da nossa interrogação reside na avaliação, mediante o exemplo do método do dia de campo, do impacto e da evolução das estratégias institucionais da ATER regional.

Será que, realmente, as ações de ATER tiveram um papel determinante na mudança no campo e de que modo isso foi operacionalizado? Ou teriam essas ações apenas se desenvolvido na esfera da burocracia dos serviços de ATER com uma programação paralela à evolução da agricultura familiar local?

1.1.1 Caracterização dos processos de inovação na agricultura

Os vestígios históricos da difusão de inovações tecnológicas remontam aos tempos mais longínquos enquanto prática espontânea realizada pelos agricultores.

Desde o período Neolítico, o progresso técnico em agricultura ocorreu por meio de “um processo contínuo de experimentação camponesa”, seguido de um conjunto de adaptações realizadas tanto em nível individual quanto coletivamente (GENTIL *apud* TONNEAU e SABOURIN, 1999:211).

Segundo OLINGER (1996:11), há relatos sobre o trabalho de “instrutores” no antigo Egito às margens do rio Nilo, ensinando aos agricultores como plantar trigo irrigado.

Com relação à atividade extensionista propriamente dita, considera-se também seu desenvolvimento há muitos anos, mas sua concepção sistemática é fruto das relações empresas/Estado/produtores desenvolvidas no século XX.

Entretanto, a referência dominante do extensionismo, enquanto atividade institucional, tem sua origem nos Estados Unidos da América do Norte (EUA). Existiam, também, algumas abordagens sobre as adaptações ocorridas em outros países marcadas por experiências semelhantes³.

Num contexto de avanço rápido das tecnologias agropecuárias, a extensão rural e a pesquisa agropecuária tornaram-se elementos significativos do processo institucional e da crescente complexidade das diferentes situações agrícolas em suas evoluções técnica e sócio-econômica⁴.

Trata-se de uma mudança que começou a ser processada nos EUA após a Guerra de Secessão, fruto da iminência do mercado com perfil liberal (FONSECA, 1985:37).

³Dentre os países que receberam as primeiras idéias “de sucesso” da extensão rural, destacam-se os países baixos, Iugoslávia, Japão, Nova Zelândia, Malásia, Índia, Sudão e Portugal (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:10).

⁴Cf. Ivan Sérgio Freire de Sousa, *A sociedade, o cientista e o problema de pesquisa: o caso do setor público agrícola brasileiro*. São Paulo, Hucitec, Brasília, Embrapa-SPI, 1993.

Explica-se que naquele contexto de transformação do mercado local num mercado de proporções mundiais, logo surgiriam as implicações, bastante conhecidas hoje, do chamado processo de acumulação capitalista. Esta situação fez com que fazendeiros norte-americanos se organizassem em associações agrícolas, como uma das soluções visíveis, à época, para os problemas de comercialização de produtos e de aumento de produtividade (FONSECA, 1985:38).

Como forma de elevar o nível de conhecimento dos agricultores, após lograr uma aproximação estratégica com setores ligados à pesquisa e outras atividades técnicas, o governo norte-americano institucionaliza, no ano de 1914, a Extensão Agrícola nos moldes cooperativos.

A extensão norte-americana passa, então, a funcionar como elo entre as estações de pesquisa experimentais (em geral entidades universitárias) e as populações rurais (FONSECA, 1985:39).

ARAÚJO, BRAGA e SANTOS (1994:7-10) indicam que os EUA já apresentavam, desde os últimos anos do final do século XVIII, exemplos importantes de instituições universitárias que priorizaram disciplinas pragmáticas nessa área, enquanto novos conhecimentos eram disponibilizados pela pesquisa e transmitidos aos agricultores de maneira simples.

Esta ação extensionista representou um dos aspectos voltados à oficialização, pelo Estado americano, do chamado *modelo difusionista*, que serviu de base à estruturação dos Serviços de Extensão nos países

considerados subdesenvolvidos⁵ e nas principais nações do hemisfério norte, conforme mencionam ARAÚJO, BRAGA e SANTOS (1994).

A prática extensionista implementada nessas regiões foi inicialmente marcada pela exagerada convicção dos especialistas em procurar persuadir os agricultores a agirem segundo uma realidade diferente do meio em questão⁶.

“Portanto, o propósito básico da Extensão (Rural) dentro do contexto do modelo clássico é o de transmitir conhecimentos ao povo rural e levar os problemas do povo às fontes de pesquisa.” (FONSECA, 1985:40-41).

Mediante essa meta preliminar, o agricultor e sua família seriam habilitados para alcançar níveis satisfatórios de produtividade através do chamado uso racional dos novos insumos, maquinaria e do crédito rural (OLINGER, 1996:12).

Em nível mundial, a experiência dos EUA foi observada em sua trilogia ensino/pesquisa/extensão. Isto, pelo menos em tese, permitiu aos países em desenvolvimento seguirem a direção de ventos modernizadores que também soprariam de maneira inevitável na agricultura.

⁵Segundo FONSECA (1985:41), as Nações Unidas estabeleceram um tipo de classificação para delinear os países menos desenvolvidos do planeta, incluindo os da América Latina, África e Ásia, exceto Japão, África do Sul e Nova Zelândia. Para tanto foram consideradas não somente características sócio-econômicas como também políticas, tecnológicas e ambientais.

⁶Este tipo de “concepção funcionalista” contribui para ajustar um determinado sistema, pressupondo a existência de uma ordem ‘natural’ que precisa ser mantida (SANTOS, 1992:59).

A concepção acerca do desenvolvimento agrícola no século XX também se vincula a aspectos da própria extensão rural, em especial por suas atribuições voltadas à indução das pessoas atingidas a “...interpretar e responder de maneira apropriada às mensagens de mudanças, em benefício do meio rural, por meio da integração de forças atuantes da comunidade”. (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:6).

Portanto, desenvolvimento agrícola, enquanto vertente do próprio desenvolvimento global, significa mais do que aumento da produção e de seus decorrentes benefícios. Corresponde, também, ao discurso oficial associado ao modelo de promoção de bem-estar da população rural.

Segundo FONSECA (1985:39), é justamente dessa idéia que advém o termo *extensão*⁷, significando uma necessária articulação de meios e medidas para melhorar a vida no meio rural.

Nos EUA, a palavra “extensão” passa a designar a ação de levar até aos produtores rurais as conclusões verificadas nas chamadas estações de pesquisas experimentais, conforme mencionado acima.

Entretanto, do ponto de vista dos métodos de comunicação com os agricultores, FREIRE (1977) ainda continua sendo a maior referência crítica no Brasil ao trabalho do extensionista, especialmente por ter

⁷FREIRE (1977) faz uma análise criteriosa da palavra “extensão”, destacando de maneira especial o sentido semântico de aproximação do termo “agrícola” que constitui o objeto de seu estudo.

observado a prática comunicacional dos agrônomos no campo como sendo um ato exclusivo de transferência de conhecimento científico⁸.

1.1.2 Origem do método do dia de campo

O registro dos métodos de extensão rural remonta à própria implantação dos mecanismos institucionais de transferência de conhecimentos agrícolas em nível nacional.

A primeira atribuição exigida do extensionista de campo foi basicamente “saber ensinar” ao público, de forma sistemática, como este deve colocar em execução as recomendações científicas geradas em prol da melhoria das condições de produção e de vida no meio rural (COSTA, 1982:83).

Trata-se de um modelo institucional que revelou as primeiras atividades difusionistas no Brasil, associadas aos sistemas de “ensino e educação informais”. Este processo, inicialmente desenhado nos EUA no fim do século XIX, resultou num conjunto de métodos utilizados pela extensão rural até os dias de hoje (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:7)⁹.

⁸Para uma discussão mais detalhada sobre a contribuição de Paulo Freire à teoria da comunicação voltada para a mudança social, ver Maria Salett Tauk Santos, “Comunicação como prática dialógica” in *Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa no Programa CECAPAS/SERTA*. Tese (Doutor em Ciências da Comunicação), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994, p. 78-87.

⁹Ainda nesse contexto norte-americano, torna-se possível encontrar a oficialização desse trabalho com a institucionalização dos “Land Grant College Act”, equivalentes às Faculdades de Agronomia e Engenharia Mecânica (Artes Mecânicas), responsáveis pelas primeiras atividades sistemáticas de extensão rural, cuja finalidade consistia em acelerar a difusão de conhecimentos científicos através de situações práticas. Disso decorre a aplicação de metodologias apropriadas, a exemplo dos contatos pessoais, das reuniões e de demonstrações práticas de campo (idem, *ibid.*).

Com o objetivo de motivar as diferentes populações rurais, os mecanismos de transmissão de conhecimentos adotados pela extensão tiveram, já em sua origem, a referência das metodologias convencionais de ensino.

Entretanto, os métodos extensionistas foram logo adaptados às condições práticas e objetivas que teoricamente ultrapassariam a maneira formal de ensinar, dando aos agricultores e seus familiares a oportunidade de aprender “...sem prejudicar as lides rurais ou domésticas, cotidianas, ou, mesmo abandoná-las”. (OLINGER, 1996:12).

Neste sentido, a semente que deu origem ao dia de campo propriamente dito foi a mesma que encontrou terreno fértil para fazer crescer as primeiras técnicas de demonstração prática de campo, voltadas à produção e produtividade agrícolas no Brasil.

Nossa referência, neste caso específico, reside na criação do sistema oficial de extensão rural no país no ano de 1948, através de um projeto piloto instalado no município paulista de Santa Rita do Passa Quatro, com o objetivo de apresentar de maneira bastante limitada a dinâmica do trabalho extensionista (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:13).

O que aconteceu, na prática, foi uma espécie de diagnóstico sobre o comportamento da agricultura desenvolvido naquele município, chegando-se à constatação de que seria possível disponibilizar alimentação para o gado em tempos de estiagem com a difusão de

silos-trincheira. Isso foi aconselhado aos agricultores como solução, e sua recomendação aconteceu através de demonstração por meio de ‘trabalhos cooperativos’(idem, *ibid.*).

Estes trabalhos envolveram recursos dos agricultores, de firmas locais e da Prefeitura Municipal, contando com a assistência técnica e financeira da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA), em convênio com o governo de Minas Gerais. O contexto já revelava, à época, uma tendência que se confirmaria mais tarde, qual seja a formação de redes de colaboração ou de parcerias como estratégia para superar a falta de recursos financeiros necessários à manutenção dos serviços de ATER, patente na década de 1990.

Esta circunstância, embora considerada normal do ponto de vista das relações sociais que geralmente são travadas no meio rural, caracteriza um tipo de situação que remete à valorização das diferentes atividades metodológicas, tanto institucionais como aquelas desenvolvidas pelos próprios agricultores.

O dia de campo, a exemplo dos demais métodos extensionistas, é um instrumento de divulgação que, desde sua origem, apresentou as atuais características de motivação e sensibilização dos participantes através de explicações sobre a proposta técnica que se pretende valorizar através do efeito de demonstração.

1.1.3 Hipóteses e objetivos da pesquisa

Nossa pesquisa contempla a difusão de inovações na agricultura enquanto mecanismo ou estratégia de transmissão de informações¹⁰ e tecnologias para os produtores rurais assistidos pelos serviços oficiais de pesquisa e extensão rural.

A análise aqui processada leva apenas em consideração a realização de dias de campo por parte da Emater-PB e da Embrapa Algodão¹¹.

Nosso objeto de estudo limita-se, portanto, à metodologia do dia de campo, ao seu impacto e à sua evolução dentre os demais métodos de extensão rural adotados pelos órgãos de P&D.

Este tipo de evento, nos dias atuais, continua a representar uma etapa importante no cumprimento das metas institucionais e de avaliação do desempenho funcional das empresas oficiais vinculadas à agricultura em nosso Estado.

Significa, também, que esse modelo de intervenção tende, cada vez mais, a se adaptar a vários contextos institucionais. Mas isto não impede, todavia, que metodologias já bastante utilizadas continuem sendo reproduzidas ao longo do tempo, pelo fato de servirem de

¹⁰Embora não represente conteúdo marcante nesta pesquisa, os processos de comunicação privilegiam a análise funcional (positivista) ditada especialmente pelos estudos norte-americanos nessa área. De um modo geral, a maior parte dos estudos da área de comunicação nas décadas de 1970 e 1980 se voltou basicamente para a análise de um mesmo objeto, a mensagem. Texto clássico: Harold D. Lasswell, "A Estrutura e a Função da Comunicação na Sociedade" in Gabriel Cohn (Org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1975, p.105-117.

¹¹Os dias de campo atribuídos à AS-PTA, e que foram realizados nos municípios de Solânea e Remígio, aparecem neste estudo como aporte à nova dinâmica da agricultura familiar local na década de 1990.

substrato à própria manutenção e legitimação de práticas ou estratégias tradicionais e institucionalizadas de difusão de tecnologias.

O dia de campo é um método que teve um desenvolvimento amplo, quase monopolístico na ATER regional. Na realidade, em termos de comunicação e pedagogia, o método evoluiu pouco.

Parece, hoje, um método, às vezes, meio defasado e mais ou menos inadequado às realidades locais. Mediante as modificações ocorridas nos últimos anos, a exemplo da potencialização dos processos de organização rural, será que o método do dia de campo ainda tem efeitos coletivos? Existem possibilidades efetivas de evolução desse método ou o mesmo estaria definitivamente esclerosado e inadequado para o atual contexto de reestruturação das políticas públicas nessa área?

Tendo por base os aspectos delineados na problemática, os objetivos do estudo foram os seguintes:

- a) Caracterizar o funcionamento e o papel institucional do dia de campo, assim como a sua evolução.
- b) Verificar o seu impacto em termos de mudança social no campo através da opinião dos atores e dos beneficiados.
- c) Analisar as estratégias institucionais e individuais dos atores sociais do dia de campo e as suas perspectivas de evolução.

1.2 Metodologia

1.2.1 Bibliografia consultada

Uma das principais tarefas relativas à construção do nosso referencial teórico de pesquisa correspondeu ao trabalho de revisão bibliográfica do tema proposto, da qual também resultou a delimitação do objeto de estudo.

Nossa preocupação consistia em desenvolver um tipo de trabalho capaz de contemplar as abordagens sociológicas sobre o assunto, cuja vertente aparecia como sendo recorrente em outras áreas, encontrando aporte em elementos constitutivos da organização coletiva dos diferentes atores sociais na agricultura e outras ações próprias da extensão rural.

Alguns pesquisadores e estudiosos da extensão rural no Brasil, a exemplo de FONSECA (1985), MASSELLI (1998) e OLIVEIRA (1999), têm como principal enfoque de suas análises uma crítica ao modelo de criação dos serviços oficiais de extensão rural implantado no Brasil a partir de 1948. Essa crítica, entretanto, é mais de cunho ideológico porque está direcionada à influência norte-americana no Brasil.

Num contexto recente, destacamos a abordagem de KAIMOWITZ (1994:27-28) porque apresenta a crise institucional dos serviços oficiais de ATER através das primeiras ações do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, voltadas ao estabelecimento de sistemas de extensão rural na América Latina.

Para MASSELLI (1998:27-39), a extensão rural é parte integrante do processo de modernização agrícola, sendo uma das bases de sustentação do próprio projeto nacional de modernização urbano-industrial do país, desencadeado a partir de 1960.

MASSELLI (1998) também argumenta que esta política de modernização foi responsável direta pela definição das bases históricas da relação técnicos/agricultores.

Com relação ao mérito atribuído ao trabalho de FONSECA (1985:59-60), este se sustenta na maneira singular como a autora contextualiza a criação dos serviços institucionalizados de extensão rural no Brasil, relatando os principais acontecimentos políticos e econômicos da época com base na sua indicação de um *projeto educativo para o capital* (período de 1948 a 1968).

Reconhecendo de maneira perspicaz a existência de “diferentes abordagens” sobre a história da extensão rural no Brasil, OLIVEIRA (1999:98) opta por abordá-la como o resultado de uma certa “concepção política” que desliza na ação social organizada e seguindo duas vertentes políticas prevaletentes, quais sejam a *liberal* (mercado) ou a de cunho *estatal intervencionista*.

Neste caso, OLIVEIRA (1999:129-132) lembra que a extensão rural aqui estruturada veio a reboque das contingências econômicas do sistema de mercado.

Assim, o mencionado período de 20 anos da extensão rural brasileira tipicamente educativo - segundo os próprios entrevistados

de FONSECA (1985:24-25) - corresponde, na análise de OLIVEIRA (1999), a um equívoco, pois leva ao entendimento de que houve uma fase “educativa” posteriormente substituída pela própria dinâmica capitalista.

A análise de KAIMOWITZ (1994), entretanto, somente ganha destaque com a posterior decisão do IICA de deixar de trabalhar prioritariamente com transferência de tecnologia, sinalizando para novas possibilidades de ação nessa área.

Este mesmo autor argumenta ser necessário desenvolver urgentemente “novas estratégias para transferência de tecnologia”, observando o atual contexto de crise das políticas públicas.

Em se tratando do método do dia de campo, constatamos que a literatura especializada sobre o tema na região é pouco valorizada e não caracteriza uma produção homogênea de informações neste particular, através de produções institucionais ou mesmo acadêmicas.

Portanto, a abordagem sobre o dia de campo aparece diluída nos demais assuntos relativos à extensão rural no Brasil, seguindo basicamente uma vertente técnica que não é crítica (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994).

Na Paraíba, este tipo de registro tem se limitado, nos últimos anos, aos documentos produzidos por coordenadores e assessores técnicos da Emater-PB e da Embrapa Algodão, e de maneira geral pela

divulgação de artigos e de matérias jornalísticas em suplementos especializados¹².

Ressaltamos, entretanto, a existência de resultados satisfatórios obtidos em pesquisas sobre a viabilidade da agricultura familiar e a difusão de inovações agrícolas no Nordeste do Brasil¹³.

1.2.2 Coleta de informações

Em 1997, tivemos como principal preocupação obter informações gerais sobre o método do dia de campo, sendo realizadas visitas exploratórias aos escritórios regional (Campina Grande e Itabaiana) e locais (Solânea, Remígio, Umbuzeiro e Mogeiro) da Emater-PB, dando lugar, no ano seguinte, às primeiras trilhas do trabalho caracterizado como pesquisa de campo.

As visitas periódicas ao Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPQ), em Campina Grande - PB, mais precisamente ao Setor de Comunicação e Negócio Tecnológico da Embrapa Algodão, passaram a ser registradas no ano de 1998. Essas visitas foram inicialmente

¹²Na Paraíba também ocorre a publicação de colunas diárias e suplementos semanais sobre assuntos relativos à agricultura, confirmando uma tendência de crescimento neste tipo de mercado editorial na década de 1990 em todo país. Portanto, o produto jornalístico mais recente do gênero no Estado é denominado O NORTE RURAL, um suplemento semanal do Jornal O NORTE, com sede em João Pessoa - PB. Este encarte vem promovendo de maneira eficiente desde novembro de 1996 até aos dias atuais o "agendamento" (que a mídia realiza junto aos receptores) das ações relativas às iniciativas governamentais na área rural. Sobre este assunto, ver Antônio Hohlfedt, "Os estudos sobre a hipótese de agendamento" In: **Revista da FAMECOS**, Faculdade de Comunicação Social da PUCRS, n. 7, Porto Alegre, 1997, p. 42-51.

¹³Cf. **Raízes** - Revista de Ciências Sociais e Econômicas da Universidade Federal da Paraíba/Campus II, Campina Grande - PB, em especial os volumes 16, 17 e 18, de março a setembro de 1998, e Ângelo Brás Fernandes Callou, *O GT - Comunicação Rural nos Congressos INTERCOM: Balanço para entrar no século XXI*, Recife - PE, CMARCR/UFRPE, 1997 [mimeo].

marcadas pela informalidade das conversas com os técnicos agrícolas que atuavam, à época, em setores de nosso interesse de estudo.

Neste sentido, destacamos as reuniões técnicas e os cursos sobre a cultura do algodão e da caprinocultura ministrados por técnicos da Embrapa Algodão e da Emater-PB, respectivamente, para produtores rurais das regiões do Brejo e Agreste paraibanos, bem como outros eventos que também fizeram parte da pesquisa de campo empreendida no período de 1998-1999. (**Anexo 1**).

O curso sobre a cultura do algodão, por exemplo, foi ministrado na sede regional da Emater, em Campina Grande, durante o mês de maio de 1998, numa parceria entre Emater-PB, Embrapa Algodão e Sistema Nacional de Empregos (SINE). As reuniões, por sua vez, aconteciam de forma descontínua e a nossa presença foi sendo assegurada em função do contato prévio mantido com os assessores regionais, bem como pela confiança e seriedade do trabalho que estávamos desenvolvendo.

O diálogo formal, seguido de entrevistas com pesquisadores e técnicos da Embrapa Algodão, somente veio consolidar-se alguns meses depois de iniciado o trabalho de pesquisa, quando do acompanhamento sistemático de um dos dias de campo realizados diretamente pela Área de Comunicação e Negócio Tecnológico, no município de Mogeiro-PB.

Dentre tantas outras atribuições, destacamos a nossa participação durante a preparação e a organização de cinco dentre os poucos dias

de campo ocorridos no mencionado período, em diferentes comunidades rurais do Estado.

Esta condição pode ser justificada pelo fato de a estiagem ocorrida no ano de 1997 também se confirmar no ano seguinte, havendo o cancelamento de grande parte das atividades programadas pela extensão rural no Estado¹⁴, o que também resultou na modificação do plano original de trabalho.

Alguns dos técnicos agrícolas entrevistados pareciam encarar a seca como se já fizesse parte de um ciclo natural do calendário de problemas do agricultor e sua família.

O diário de campo despontou como um importante instrumento para o registro das informações transmitidas pelos informantes-chaves, de forma simplificada e segura.

Relegamos, entretanto, a um plano secundário, a técnica de uso do gravador durante a maioria das entrevistas realizadas com técnicos agrícolas, procedendo sempre às anotações de seus principais momentos (memória seletiva).

1.2.3 Tratamento e análise das informações

Considerando o volume de informações obtidas durante as conversas informais e entrevistas com roteiros semi-estruturados

¹⁴A paisagem rural do Estado retomava a cor cinza das conhecidas secas nordestinas, e o sinal dessa repetição já havia sido registrado no ano de 1993, quando 11 milhões de pessoas foram diretamente atingidas pela estiagem prolongada. Em 1997, retomam-se as chamadas *frentes produtivas de trabalho* e a distribuição de cestas básicas, programas emergenciais instituídos pelo governo federal em parceria com os executivos estadual e municipal para garantir uma renda mínima às populações diretamente atingidas pelos efeitos desse fenômeno.

(**Anexo 2**) realizadas com extensionistas da Emater-PB (06), técnicos agrícolas da Embrapa Algodão (03), um pesquisador da EMEPA-PB e assessores técnicos da AS-PTA (02), bem como com produtores rurais (13), procuramos estruturar uma matriz de dados que possibilitasse uma melhor visualização das informações e sua disposição correta para facilitar o momento da análise (**Anexo 3**).

A montagem dessa parte seguiu as indicações dos informantes que, dentre outras argumentações, sinalizavam para um entendimento mais detalhado acerca do funcionamento do método do dia de campo e sua importância no atual contexto de mudanças, no qual têm sido submetidas as instituições governamentais responsáveis pelo desenvolvimento agrícola em nosso Estado.

As entrevistas com os técnicos agrícolas ocorreram de maneira diferenciada em termos de abordagem do tema, já que estávamos lidando com uma categoria que tem por característica a variedade de atribuições em suas respectivas funções institucionais.

Procuramos valorizar, sempre que possível, as indicações contidas no roteiro, bem como a incorporação de novos elementos capazes de melhor identificar os aspectos do impacto e da evolução do dia de campo na Paraíba.

No momento da análise propriamente dita foram consideradas algumas variáveis que sustentam a própria idéia de que o dia de campo somente aparece como um evento da extensão rural, quando na verdade representa uma prática social capaz de caracterizar não

somente sua evolução como também alguns dos impactos no cotidiano das pessoas envolvidas.

Por conseguinte, os produtores rurais entrevistados se destacaram pela percepção do processo segundo situações de seu próprio universo de atuação, ou seja, eles retrataram a realidade pela qual estão a enfrentar diariamente, sinalizando para novas possibilidades de atuação em conjunto com os novos atores, a exemplo do sindicato de trabalhadores rurais (STR), da associação, das próprias organizações de produtores, dentre outras entidades empenhadas na melhoria das condições de vida e dignidade do homem do campo.

Partindo dos elementos citados enquanto desafios à estruturação de uma vida mais digna para si e seus familiares, os produtores rurais compõem um quadro específico de atores que se enquadra na atual lógica de desenvolvimento rural que propõe, dentre outras realizações, o somatório de forças e recursos de diferentes instituições.

Isso ficou evidenciado, também, no próprio tratamento das informações. Neste caso foi possível visualizar a participação dos produtores rurais em diferentes modalidades de trabalho promovidas tanto pelas empresas governamentais em estudo quanto por outros atores que aparecem de forma específica, e com mais consistência, na atual dinâmica da agricultura.

Capítulo II

2. Difusão de inovações na agricultura brasileira

2.1 Origem da extensão rural no Brasil

Este capítulo apresenta a história da extensão rural e suas principais circunstâncias de implantação no Brasil. O recorte da pesquisa bibliográfica considera algumas referências acerca da implantação da extensão rural na América Latina e, de forma prioritária, os aspectos relacionados ao caso brasileiro.

Ressaltamos que as primeiras estratégias institucionalizadas de difusão de inovações agrícolas nos países latino-americanos aparecem somente na década de 1940 com o objetivo de promover o desenvolvimento das regiões em situação de atraso por meio de atividades de incentivo e fomento agrícolas.

Antes, o trabalho de pesquisa e extensão rural voltado aos produtores rurais da América Latina era realizado em função de programas específicos de expansão ou de caráter geral.

“A criação de Serviços de Extensão Rural se deu tanto em países desenvolvidos como naqueles mais atrasados e, apesar das adaptações, o caráter conceitual básico da Extensão Rural foi mantido e universalizado com sua incorporação ao patrimônio comum dos povos.” (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:10).

A história do binômio assistência técnica e extensão rural no Brasil já registra mais de 50 anos de serviços oficiais voltados às recomendações e ensinamentos técnicos para o produtor rural e sua família, levando-se em consideração alguns dos principais aspectos sócio-econômicos e culturais de determinadas regiões do país.

A ação institucional que marca a origem desse processo está na adaptação do “modelo difusionista” dos EUA à realidade brasileira dentro do contexto de modernização da agricultura¹⁵.

O modelo norte-americano serviu de parâmetro para a criação dos serviços “oficiais” de extensão rural no Brasil, sendo adaptado por Everett M. Rogers para a realidade nacional como *modelo difusionista inovador* (SANTOS, 1994:51-52).

Os principais elementos que caracterizam a análise da difusão de inovações agrícolas foram sintetizados por E. Rogers (*apud* MONTE, 1987:23) da seguinte maneira: “1) a inovação; 2) sua comunicação de um indivíduo a outro; 3) através do tempo e 4) num sistema social”.

Em outras palavras, o caminho que Rogers percorreu para caracterizar seu sistema de rede se amplia pela explicação da capacidade que os indivíduos dispõem para *innovar*, tendo por referência quatro funções dentro desse processo expressas pelos verbos *conhecer, persuadir, decidir e confirmar*.

¹⁵A modernização da agricultura no Brasil foi definida, do ponto de vista institucional, como um processo de aumento de produtividade via aquisição de insumos industriais no campo, vislumbrando uma nova função para a agricultura na atual lógica de mercado. As pesquisas pertencentes a esta temática no Brasil ganharam destaque após as indicações de Everett M. Rogers sobre o *difusionismo*. Cf. **Revista Comunicação e Sociedade**. Comunicação Rural e Realidade Brasileira, IMS, ano VIII, n.º 15, novembro de 1987.

O destaque dessa ação extensionista nas regiões à época classificadas como subdesenvolvidas representa a concretização de convênios firmados entre governos locais e agências públicas e privadas dos EUA que cuidam de trabalhos de cooperação envolvendo, também, os serviços de extensão rural, conforme mencionado no **Capítulo I.**

Cientistas, pesquisadores e técnicos das ciências agrárias são considerados aptos àquele instante para melhor informar e persuadir os produtores rurais residentes nas regiões de desenvolvimento tardio.

Essa transposição do modelo norte-americano para a realidade brasileira se valeu basicamente dos resultados de pesquisa dos centros tecnológicos avançados, transferindo-os em forma de “pacotes tecnológicos” para os países de Terceiro Mundo¹⁶.

2.1.1 O discurso da modernização agrícola no país

Parte significativa dos estudos sociológicos produzidos na América Latina tem se voltado preferencialmente à compreensão “dualista” da realidade em suas diferentes dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas. Esta maneira de interpretar o mundo já vem sendo registrada na Sociologia latino-americana desde o século

¹⁶Trata-se da *teoria da modernização* voltada para a explicação da pobreza como resultante do “atraso tecnológico” das regiões tidas como subdesenvolvidas. Destacam-se, portanto, os instrumentos de implementação da política agrícola sob intervenção do Estado, a exemplo da pesquisa agrícola, da assistência técnica e da extensão rural, dentre outros (KOURI, 1998:2-13).

XIX, influenciando até recentemente certas categorias da produção científica nessa área¹⁷.

O propósito original da extensão rural, em diferentes regiões do país, consistia em veicular a idéia, entre os agricultores, de que se continuassem a fazer o que vinham fazendo estariam em condição de “atraso” frente aos demais países de condutas modernizadoras.

A solução indicada, e uma das marcas do protocolo da modernização da agricultura brasileira, era a imediata substituição dessas práticas por técnicas agrícolas modernas, utilizando, para tanto, o crédito rural como condição de financiamento de produtos industriais e outros insumos para produzir mais e viver melhor.

Partindo desse discurso, consideramos neste estudo sobre o método do dia de campo na Paraíba o fato de a extensão rural também passar por contínuas mudanças até mesmo em ambientes onde sua manifestação já aparece como indício de “sucesso” a ser seguido pelos países “subdesenvolvidos”.

“Da orientação às atividades educativas, que visavam o aumento de produção, com conseqüente melhoria da renda e bem-estar do agricultor e sua família, a Extensão [Rural] passou a objetivar o alcance da eficiência máxima, na década dos anos 50 [século XX].” (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:9).

¹⁷Cf. Octavio Ianni, “A imaginação sociológica” in *Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. 3ª ed. rev. aum., São Paulo, Ática, 1997, p. 125-239.

Portanto, aquela idéia preliminar de que o agricultor poderia solucionar seus problemas foi perdendo fôlego em função do progresso tecnológico e da característica empresarial empreendida aos negócios agrícolas.

“Em suma, as decisões que antes eram próprias do agricultor passaram a fazer parte de uma reunião de entidades e pessoas, sempre com a finalidade de tomar as mais acertadas decisões sobre o negócio agrícola.”
(idem, ibid.).

Segundo GRAZIANO DA SILVA (1996), a agricultura brasileira, de um modo geral, saiu da condição de “*laboratório natural*”, vinculando-se à produção industrial de insumos.

Para KAGEYAMA (1990:113-223), essa transformação representou a passagem do “*complexo rural*” (modelo da antiga fazenda, isolada e pouco mercantil) para os “*complexos agro-industriais*”, considerados como a integração definitiva do rural ao industrial.

Destacar essa análise em nível de Brasil significa considerar de forma prioritária a modernização da agricultura, cuja visibilidade somente se apresenta na década dos anos 60 (MASSELLI, 1998).

Embora estando imbricada à industrialização agrícola e aos complexos agro-industriais em formação, à época, a modernização agrícola deve ser compreendida como um tipo de mudança verificada na base técnica da produção agrícola, destacando-se não apenas pelo

uso crescente de insumos, mas influenciando também a reordenação das relações trabalhistas, de maneira a representar uma diferença expressiva na realidade que geralmente aparece como “atrasada”.

O que decorre dessa análise é a base qualitativa de sua inserção no contexto agrícola voltada à mecanização, especialmente quando o trator se constitui como o símbolo dessa mudança técnica¹⁸.

Outro aspecto importante que fez destacar esse processo de modernização no contexto de transformações daquele período corresponde à internalização dos setores vinculados à produção de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas.

Para MASSELLI (1998:28), modernizar a agricultura significava, portanto, seguir os passos da industrialização instituídos para substituir os meios de produção tradicionais, a exemplo da enxada, do arado e de sementes não selecionadas, por máquinas e insumos de origem industrial.

Forças progressistas nacionais e o próprio diagnóstico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) consideravam a concentração de terras e a auto-sustentação das fazendas como entraves ao desenvolvimento industrial. Defendiam “reforma agrária” e “consumo” como elementos indispensáveis à melhoria da qualidade de vida das pessoas (MASSELLI, 1998:27-28).

¹⁸Cf. Angela Kageyama (Coordenadora), “O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais” in DELGADO, G.; GASQUES, J. C. e VILLA VERDE, C. M. *Agricultura e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990, p. 113-221 (Série IPEA, 127).

O golpe militar, ocorrido no Brasil em 1964, representou a vitória de forças conservadoras nas mais diferentes instâncias da atuação governamental, que decidiram inclusive financiar parte da modernização agrícola por outro caminho. Um dos resultados foi incluir o consumo de produtos industrializados na pauta de atividades agrícolas.

Houve uma mudança sócio-econômica do olhar sobre a produção no campo. A propriedade rural passou a ser concebida como empresa, amplificando os problemas e muitos deles passando a exigir inevitavelmente soluções urbanas (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:9).

Por isto, a Extensão [Rural brasileira] se viu obrigada a incluir no seu trabalho o público urbano, representado pelas autoridades governamentais, professores, economistas, industriais, jornalistas, enfim, toda sorte de liderança que, direta ou indiretamente, pudesse influenciar o setor agrícola.”
(ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:9).

Mesmo assim, as chamadas “práticas extensionistas” não conseguiram implementar um projeto efetivo de desenvolvimento para a agricultura ao longo de sua existência institucional.

Acredita-se, portanto, que este projeto esteja agora bastante comprometido ante a escassez de recursos estatais para o financiamento dos diferentes serviços constantes da pauta de

programação das empresas governamentais neste particular (OLINGER, 1996:37).

Consideramos, ainda, enquanto hipótese geral capaz de explicar esse fenômeno, a ambigüidade dos serviços oficiais de ATER em termos de objetivos e finalidades propostos pelas empresas governamentais vinculadas à agricultura nas mais de cinco décadas de atividades extensionistas registradas no país.

Trata-se de um desafio que continua a ser perseguido no atual contexto de globalização, quando as instituições procuram reformular suas metas ao levar em consideração a diversidade de aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais existentes em níveis regional e local. Tais transformações são também orientadas por uma lógica empírica que caracteriza a nova dinâmica do desenvolvimento rural no Brasil¹⁹. (Ver **Capítulo IV**).

A Emater-PB e a Embrapa Algodão consideram algumas modificações no meio rural na década de 90 como sendo o resultado positivo da aplicação de seus programas. O exemplo disso vem sendo catalogado quando o produtor rural “aceita” cultivar a terra de uma maneira diferente de seus antepassados, valorizando o conhecimento técnico já comprovado em ambiente laboratorial.

¹⁹Algumas *estratégias* voltadas ao desenvolvimento rural vêm sendo implementadas no país muita mais por ações coletivas ditadas por movimentos sindicais rurais, ONGs e pelo próprio MST do que mesmo por entidades governamentais responsáveis pela política agrícola. Cf. José Eli da Veiga, “Uma Estratégia para o Desenvolvimento Rural”, in *Anais da 49ª Reunião Anual da SBPC*. Belo Horizonte - MG, UFMG, v. I, jul. 1997, p. 413-416.

Outras mudanças aparecem com a diversificação da produção numa mesma propriedade, cuidados especiais com pequenas e médias criações, manejo de pragas e até mesmo no momento de gerenciar os negócios agrícolas.

Alguns desses resultados são parte de uma parceria envolvendo novos atores do desenvolvimento rural, a exemplo do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), dos diferentes grupos de agricultores-experimentadores (A-E), da ONG AS-PTA e de outros movimentos de organização de produtores existentes nas comunidades rurais do Brejo e Agreste paraibanos, temática abordada preferencialmente no **Capítulo IV**.

Entretanto, o trabalho oficial de ATER preserva uma série de elementos de sua origem que foram somente reformulados para adequar-se à realidade brasileira no citado contexto de modernização da agricultura.

2.1.2 A extensão rural em território brasileiro

Em seu aspecto teórico, a extensão rural se constitui por duas dimensões que analiticamente ajudam a compreender suas várias fases no Brasil.

A primeira delas é a dimensão comunicacional, que representa o processo dinâmico de transferência de conhecimentos e recomendações considerados úteis, encontrando neste estudo uma importante orientação para novas pesquisas nessa área.

A segunda dimensão é a educacional. Sua função neste particular é auxiliar o produtor rural no aprimoramento de determinadas atitudes enquanto necessidade de se fazer melhor utilização dos conhecimentos transmitidos durante os contatos entre aquele e os técnicos da extensão rural contratados para exercer esse tipo de atividade.

Em sua origem no Brasil, a extensão rural se destacou por algumas ações desenvolvidas pelos técnicos agrícolas enviados por Nelson Rockefeller. A explicação “ideológica” para a missão que iriam empreender estava na crise da agricultura brasileira decorrente de “problemas técnicos e gerenciais”. (OLIVEIRA, 1999:112).

Para G. Colby e C. Dennett (*apud* OLIVEIRA, 1999:112), não se tratava de uma crise política, senão de uma crise de métodos agrícolas (elementos de comunicação) e localização (expansão da fronteira agrícola), cuja solução se apresentava pela via da educação, além de demonstrações práticas e migrações.

Como forma de dar continuidade à idéia de modernização das regiões atrasadas, o que geralmente prevalece na dimensão comunicacional é a noção funcionalista de criar e manter estímulos capazes de “persuadir” os indivíduos a adotarem comportamentos de uma outra realidade (SANTOS, 1994:59).

O “sentido educativo” da extensão rural aparece no país ainda na década de 1930, na então Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, em Viçosa.

O professor norte-americano Peter H. Rolfs, àquela ocasião, se reuniu com um grupo de professores da escola e líderes rurais para organizar a Primeira Semana do Fazendeiro, uma iniciativa que ainda hoje acontece todo ano e conta com a participação de um grande contingente de técnicos e produtores rurais em cursos, demonstrações práticas e outros eventos próprios da extensão rural (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:12-13).

Essas iniciativas “bem intencionadas” voltadas ao processo de implantação do programa de extensão rural no Brasil surgem sem interferir, necessariamente, nas várias dimensões e práticas reservadas aos técnicos agrícolas envolvidos no processo.

Torna-se significativo apresentar tais aspectos da ação extensionista como parte de um processo de atualização de conhecimentos. Esta ação geralmente ocorre em situações específicas e exerce algum tipo de influência no contexto. Em sua maior parte, envolve processos interativos e implica aquisição e permuta de informações (SOUZA, 1986:226).

Com a destacada atribuição do aspecto educacional às atividades de pesquisa e extensão, o resultado do exercício dessa atividade até os dias atuais pode ser traduzido como “orientação participativa” acerca de técnicas agrícolas elaboradas com o objetivo de melhorar o cotidiano das populações rurais²⁰.

²⁰Para uma discussão apropriada acerca dos processos participativos, cf. Pedro Demo, “Precariedades de Práticas Participativas” e “Riscos e Desafios de Processos Participativos”, in **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 2 e 3, n. 1 e 2, jul./dez. 1986 e jan./jun. 1987 p. 473-483 e 75-91, respectivamente.

Ainda como instrumento educativo, a extensão rural possibilita ao agricultor vivenciar a recente sistematização de suas práticas, de forma a privilegiar as atividades consideradas importantes para o processo de desenvolvimento local.

Portanto, os técnicos agrícolas vinculados à Emater-PB e à Embrapa Algodão seguem orientações de planos e programas elaborados previamente para responder às metas institucionais pouco sintonizadas com a crise das políticas públicas, mas sem perder de vista as atuais demandas por difusão e adoção de inovações agrícolas.

Sendo uma das principais características da extensão rural desde sua implantação no Brasil enquanto serviço oficial, os princípios educacionais servem para manter os produtores numa condição de dependência, onde os “saberes” têm seus lugares socialmente definidos na hierarquia institucional do conhecimento.

De acordo com SOUZA (1986:236), o que se apresenta como lógico e claro para o técnico agrícola pode ter um significado totalmente diferente para o agricultor.

Por sua vez, o tipo de estrutura cognitiva já formado pelos indivíduos em geral influencia sobremaneira seus esquemas específicos de ação e também de aprendizagem.

“Este fato não pode ser ignorado pelo extensionista, principalmente nos casos em que existe, por parte deste, um firme propósito de influir na modificação do comportamento do agricultor.” (SOUZA, 1986: 237).

2.2 Os métodos de extensão rural

Dentre os métodos de extensão rural atualmente utilizados pelos técnicos agrícolas da Emater-PB e da Embrapa Algodão, destacamos os contatos pessoais, as visitas técnicas e excursões, as unidades demonstrativas ou unidades de intervenção técnica; reuniões, treinamentos ou capacitação e, de forma prioritária, a realização sistemática do método do dia de campo.

Houve um momento preliminar da ação extensionista governamental influenciado pelos países desenvolvidos. Estes já dispunham de uma agricultura tecnificada, tendo por referência os setores de insumos industriais à jusante ou à montante (máquinas, implementos, fertilizantes etc.).

Nos dias atuais, novas abordagens têm sido atribuídas à validação e difusão de inovações agrícolas mais adaptadas à diversidade agroecológica e diferenciadas segundo a categoria de produto. Por exemplo, na zona semi-árida do Nordeste, que apresenta características climáticas específicas marcadas por periódicas estiagens, foi contemplado nos anos 80 o Programa de Convivência com a Seca²¹.

Mas, os métodos de extensão rural são moldados pela postura e pelo perfil de um tipo de profissional direta e historicamente

²¹Cf. o documento da EMBRATER, EMBRAPA, **Programa de Convivência com a Seca**, Brasília - EMBRATER, 1981, 30p.

responsável por sua aplicação: o extensionista²², formado nos padrões da Revolução Verde²³.

A principal orientação passada para os profissionais das ciências agrárias é a seguinte: ao desenvolver um determinado programa, o técnico agrícola deve fazer uso das metodologias disponíveis como forma de alcançar o êxito esperado, sem perder de vista a clientela assistida e o conteúdo a ser transmitido.

Os métodos de ATER não representam a única garantia do trabalho extensionista, muito embora o conjunto deles já tenha passado por significativas evoluções ao longo desse percurso extensionista registrado no Brasil, seja fruto de adaptações próprias das condições vivenciadas na realidade dos produtores rurais ou mesmo tendo em vista as políticas públicas de desenvolvimento rural.

Existe, neste sentido, algumas recomendações que são recorrentes no universo organizacional de difusão de inovações agrícolas, a exemplo do uso de métodos para as mais diferentes maneiras de transmitir conhecimentos especializados.

²²Esta denominação é geralmente atribuída aos técnicos agrícolas vinculados aos estabelecimentos governamentais responsáveis pelo trabalho de difusão de inovações em todo país. Nesta dissertação, a denominação "extensionista" também equivale a "técnico agrícola".

²³A "Revolução Verde" correspondeu a um programa instituído na década de 1940 com o objetivo de incrementar a produção e produtividade agrícolas no mundo através de experiências no campo da genética vegetal para criar, adaptar e multiplicar sementes, bem como introduzir técnicas agrícolas e tratamentos culturais modernos. Valorizando o discurso humanitário, esse processo ocultava interesses econômicos e políticos das grandes corporações transnacionais, servindo de base para a comercialização de insumos agrícolas (máquinas, equipamentos, fertilizantes, defensivos etc.).

As recomendações oficiais existentes sobre o assunto, em sua maioria, não são recentes e muito pouco exploradas do ponto de vista da avaliação proposta nos dias de hoje, sem levar ainda em consideração a diversidade de conflitos e experiências cotidianos envolvendo os próprios agricultores.

“O melhor método [ou métodos de extensão rural] para determinado caso pode não ser o indicado para a mesma situação, em uma comunidade onde os valores culturais sejam diferentes.” (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:28).

2.2.1 Classificação geral dos métodos de ATER

Os métodos de ATER são geralmente classificados tendo em vista a participação individual ou coletiva das pessoas (público-meta) ou através de meios mais abrangentes de transmissão de conhecimentos, levando-se em consideração os métodos que pertencem a cada uma das possibilidades de ação dos organismos de P&D.

Os métodos individuais são caracterizados pela ação estratégica do contato direto (corpo-a-corpo) e, de forma bastante reduzida, em termos quantitativos ou com relação ao número de pessoas alcançadas ao mesmo tempo durante um determinado evento.

Destacam-se, portanto, neste caso, o *contato* (método corriqueiro, já incorporado ao cotidiano dos técnicos, que representa uma possibilidade não somente de prestação de informações dos técnicos aos produtores em diferentes locais ou situações, como também uma

maneira de o produtor responder a um outro método aplicado na busca de realimentar possibilidades); a *entrevista* (instrumento indispensável em quaisquer situações de trabalho dos técnicos para troca e recebimento de informações) e a *visita* (que representa um tipo de ação programada por parte do extensionista para cobrir a região onde geralmente atua).

Em geral, os métodos de ATER apresentam aspectos que caracterizam momentos de vantagens e desvantagens, a depender do objetivo que se pretende atingir e das suas condições materiais de preparação e realização.

Mas são os métodos grupais que detêm maior funcionalidade neste estudo. Eles compreendem, dentre outros, as reuniões (de caráter técnico e prático), cursos ou treinamentos, excursões e, de maneira especial, os dias de campo. Estes métodos fazem parte de programas estratégicos das instituições governamentais, dentre os quais vale a explicação obtida durante a pesquisa de campo de que a escolha de qualquer um deles não decorre necessariamente da facilidade com que alguns possam ser realizados.

Na prática, aspectos quanto ao número de participantes a serem atingidos e a garantia do efeito de demonstração são bastante evidenciados neste particular.

Com relação aos métodos massais, a abordagem leva em conta o uso das tecnologias de comunicação e seu conceito sociológico de “massa” enquanto mecanismo de identificação adotado pelos órgãos de

P&D para alcançar um número significativo de pessoas ao mesmo tempo. A adoção, portanto, passa a ser considerada como certa, além de atrair outras possibilidades de atuação para o trabalho de difusão, a exemplo do *dia de campo na TV*, recentemente instituído pela diretoria geral da Embrapa, em nível nacional, mediante o conceito das novas tecnologias de informação e comunicação²⁴.

No caso específico dos produtores rurais, o uso dos meios de comunicação de massa (MCM) permite, até certo ponto, controlar a mensagem transmitida pelas organizações, reduzindo inclusive o tempo de trabalho a ser desenvolvido pelos técnicos em suas práticas cotidianas.

Esta possibilidade de redimensionar o trabalho extensionista pode representar um avanço no processo de difusão de inovações técnicas, mas seguramente não significa “sucesso garantido” em função da mesma lógica de audiência com que são tratadas as programações dos *mass media*.

Verificamos, também, que o contexto de informações agrícolas ganha destaque nos diferentes tipos de mídia nacional (televisão, rádio, jornais e revistas), a partir de 1980, com o aparecimento do programa “Globo Rural”, da Rede Globo de Televisão. Isto, de fato,

²⁴ Assistimos a uma exibição do *Dia de campo na TV* no auditório da Embrapa Algodão, em Campina Grande - PB. Após a exibição do programa, que abordou a praga da “mosca branca”, com duração de 60 min., conversamos informalmente com alguns extensionistas da empresa e alguns visitantes que reagiram contrariamente àquela modalidade de transmissão de conhecimentos, sugerindo inclusive que a sua denominação fosse outra, menos “dia de campo na TV”, com a qual não concordavam por acreditarem que existe especificidades quanto ao dia de campo propriamente dito. Trata-se, na verdade, de uma teleconferência.

motivou a criação de outros programas do mesmo gênero em diferentes emissoras de rádio e televisão locais e regionais, além de ampliar o número de publicações especializadas do gênero.

Ressalta-se, ainda, que os métodos de ATER são classificados como simples, quando correspondem ao uso isolado de qualquer método, sem que isso represente prejuízo para as demais colaborações ou parcerias neste particular. Isto referencia uma estratégia de trabalho para chamar a atenção dos agricultores da região ou mesmo garantir a divulgação intensiva de uma determinada proposta técnica.

Em contrapartida, há, também, os métodos complexos. Estes detêm, na sua própria denominação, a condição imperativa de sua realização somente de maneira combinada. Como exemplo, podemos mencionar as campanhas, demonstrações de resultados e as unidades demonstrativas (UD).

No caso específico da Paraíba, optamos por estudar o método do dia de campo que, em tese, não aparece de maneira isolada nas programações anuais das empresas governamentais.

Entretanto, a prática vem mostrando exatamente o contrário, quando a realização de dias de campo está unicamente condicionada à divulgação da proposta técnica que se pretende demonstrar como marca comprovada do “sucesso” de um conjunto de ações que partem prioritariamente das metas estabelecidas pela ATER regional.

2.2.2 Métodos de ATER na Paraíba

O destaque nesse campo de metodologias da extensão rural utilizadas na Paraíba começa pela unidade demonstrativa (UD), também denominada pela Embrapa Algodão de unidade de intervenção técnica, o que corresponde à implementação de ações institucionais voltadas para um tipo de trabalho que também valoriza algumas referências e códigos locais.

Portanto, a UD é considerada como espaço didático privilegiado, já que permite o acompanhamento pelos agricultores de todas as fases de uma determinada cultura agrícola e a valorização de seus resultados em dias de campo que mobilizam diferentes atores locais.

A visita técnica também corresponde a um outro método de ATER bastante utilizado no Estado, visando um tipo de orientação especializada ao produtor rural. Exige, apenas, uma espécie de programação mínima do extensionista para executar algumas de suas ações no campo. Seu principal objetivo é obter informações adicionais acerca do trabalho de difusão de tecnologias e, também, preparar a participação dos agricultores para outras atividades extensionistas.

Outro método utilizado pela ATER regional, embora em menor escala, refere-se à excursão. Este método consiste num tipo de ação planejada em que o extensionista procura reunir um grupo de pessoas interessadas numa proposta técnica comum. Seu objetivo é estimular a observação, além de privilegiar explicações técnicas e práticas em diferentes locais. Neste caso, geralmente o agricultor demonstra

grande interesse pela atividade, já que esta estimula o encontro e a renovação de conversas entre eles, bem como estabelece importantes laços de amizade durante a viagem, a exemplo do que também acontece nos dias de campo.

O dia de campo propriamente dito objetiva, basicamente, mostrar um conjunto de atividades numa mesma propriedade para acelerar, pelo menos em tese, os processos de interesse e adoção da proposta técnica demonstrada, conforme será amplamente apresentado no **Capítulo III**.

Capítulo III

3. O dia de campo: um instrumento privilegiado de ATER

3.1 Explicando o método do dia de campo

Sobre o dia de campo, podemos logo afirmar que a Emater-PB e a Embrapa Algodão consideram-no como sendo um importante instrumento para a difusão de inovações agrícolas em diferentes comunidades rurais do Estado.

O Plano Anual de Atividades da Emater do Estado da Paraíba (PROATER), por exemplo, classifica o dia de campo como uma das principais metas institucionais a serem cumpridas pelos escritórios regionais da Emater-PB (14 ao todo) e suas unidades operacionais (escritórios locais) presentes na maioria das cidades paraibanas.

Em se tratando da Embrapa Algodão, com sede na cidade de Campina Grande - PB, a realização de dias de campo é uma atribuição atual da Área de Comunicação Empresarial e Negócio Tecnológico, em substituição ao antigo setor de difusão de tecnologia da empresa.

Esses dois organismos governamentais consideram como etapas de realização de um dia de campo somente a organização e a realização *in loco* do evento, o que envolve geralmente os principais atores ligados ao processo de transferência de tecnologia, conforme observamos durante a pesquisa de campo.

Constatamos que na Paraíba existe pouca valorização de um planejamento adequado (“antes”) e menos ainda de uma avaliação entre os participantes (“depois”), deixando de serem concebidos enquanto etapas de um único processo, qual seja o da realização do dia de campo em sua totalidade.

Na prática, o planejamento e a realização do dia de campo acontecem em dia e horário amplamente divulgados com antecedência pelos MCM (com destaque para o rádio), através de convites e cartas-circulares enviados às entidades ou informando diretamente aos agricultores e demais interessados.

Portanto, a recomendação institucional para os técnicos agrícolas²⁵, em seu cotidiano de trabalho, é priorizar o uso de métodos de extensão rural que aglutinem ao mesmo tempo um conjunto heterogêneo de agricultores.

Isto significa atribuir às metodologias de alcance “massal” e “grupar” um destaque que logo se justificaria pela racionalização de custos em tempos de desestruturação das políticas públicas em geral, em especial dos sistemas clássicos de assistência técnica e extensão.

²⁵Os atuais funcionários dos serviços oficiais de pesquisa e extensão rural na Paraíba têm formação em Ciências Agrárias, Agronomia, Medicina Veterinária, Serviço Social, Economia, Sociologia, Comunicação etc., já sendo registrado um grande número de especialistas na década de 90 com pós graduação, tanto em suas respectivas áreas de atuação como também em outros programas do gênero existentes no Brasil.

Tanto na Emater-PB quanto na Embrapa Algodão, a escolha de um dos métodos de extensão rural depende de princípios estratégicos de adequação ao público-meta ou clientela, resultando na elaboração prévia de conteúdos a serem transmitidos.

Tendo como principal objetivo a sensibilização ou mesmo a motivação dos participantes através do efeito de demonstração, o dia de campo se constitui numa importante vitrine da extensão rural. Este método valoriza a apresentação dos resultados positivos conseguidos por alguns agricultores acompanhados tecnicamente pelos serviços oficiais de pesquisa e extensão rural, servindo, também, como aporte para as ações coletivas oriundas do sindicato, da associação, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), dentre outros atores do desenvolvimento local patente nos anos 90.

Outro aspecto a ser considerado nesta análise, refere-se ao tipo de prática pedagógica que limita a interação do técnico agrícola com os demais participantes do evento, representando ainda um desafio a ser superado, o que carece de maiores estudos nessa área.

3.1.1 Elementos sobre o dia de campo na Paraíba

O dia de campo acontece na Paraíba desde os tempos da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR). No decorrer de sua existência, este foi um dos métodos de destaque da ação extensionista que ainda hoje compreende a demonstração de resultados agrícolas (produção e produtividade) e sua concepção de

melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores também pela valorização de aspectos familiares, a exemplo de moradia, alimentação e saúde²⁶.

Esta ação, realizada pelos primeiros extensionistas de campo²⁷, aos poucos iria definir o discurso e a prática dos serviços oficiais de ATER no país ao longo de sua existência.

Alguns dos técnicos agrícolas entrevistados relembram os tempos em que participar de um dia de campo em qualquer comunidade rural da Paraíba significava uma excelente oportunidade para legitimar seu trabalho perante a instituição.

Assim, associado à difusão de inovações geradas nos centros de P&D, o dia de campo também representou de maneira informal um dos “testes” mais temidos pelos primeiros técnicos agrícolas contratados para atuar na ANCAR-Paraíba²⁸.

Na verdade, este “laboratório informal” da extensão representou uma importante atividade dentre tantas outras realizadas pelos técnicos agrícolas, alguns dos quais tendo recebido orientações para

²⁶As primeiras atividades de extensão rural não se resumiram apenas à difusão de conhecimentos agropecuários produzidos nos centros de pesquisa para as pessoas que a eles não tinham acesso. A natureza do processo também valorizou informações sobre saúde, alimentação e moradia das famílias residentes no campo. Cf. Revista Globo Rural, ano 14, n.º 163, p. 30-36, edição de maio de 1999.

²⁷Os primeiros funcionários da extensão rural eram agrônomos, técnicos de nível médio e assistentes sociais.

²⁸A ANCAR-Paraíba surgiu em 1964 fruto de uma determinação administrativa da própria ANCAR que, a partir de maio de 1962, permitiu que os diferentes Programas Estaduais de Extensão Rural sob sua responsabilidade passassem a associações autônomas filiadas à ABCAR.

adaptar à realidade brasileira trabalhos similares desenvolvidos principalmente nos EUA²⁹.

Mas, até hoje, organizar um dia de campo significa determinar, sobretudo, a proposta técnica que será apresentada.

Na seqüência de atividades referentes à organização propriamente dita do evento, destacam-se a seleção da propriedade, o levantamento das necessidades logísticas para sua realização, a exemplo de pessoal de apoio, transporte e recursos financeiros, e a escolha dos técnicos “mais habilitados” para transmitir conhecimentos sobre a proposta técnica, numa linguagem supostamente clara, objetiva e atrativa.

A preparação de álbuns seriados³⁰ contendo os principais tópicos e ilustrações relacionados com a proposta técnica em voga representa outra etapa importante a ser cumprida nessa fase preliminar (**Anexo 4**).

Antes mesmo de concluir a preparação do dia de campo, é preciso estar atento aos detalhes de montagem do cenário na localidade onde acontece o evento. Esta etapa do trabalho de difusão de inovações agrícolas também conta com a colaboração de pessoas da comunidade, seja capturando materiais (madeira, palhas de coqueiros e outros

²⁹Os Colégios Agrícolas norte-americanos foram responsáveis pelos primeiros trabalhos identificados posteriormente como sendo de extensão rural, a exemplo de demonstrações práticas de campo, experiências em cooperação com os agricultores, divulgação de recomendações técnicas através de boletins e a realização de cursos.

³⁰Este instrumento corresponde a um conjunto de folhas de papel em formato variado que serve para abordar um determinado assunto associando ou não palavras a figuras e desenhos. Trata-se de um recurso didático similar a um pôster que se utiliza durante exposições, palestra, comunicação oral etc., para facilitar a visualização e entendimento dos participantes sobre o conteúdo apresentado (COSTA, 1982:81).

objetos encontrados facilmente no próprio campo) para montar as “salas de aula” ao ar livre (“estações”) ou mesmo para capinar e abrir caminhos na lavoura aonde geralmente circulam os participantes.

Além do convite aberto à participação, são igualmente necessárias algumas sinalizações nas estradas para facilitar a chegada dos interessados ao local do evento.

Adotando um formato já conhecido em outras atividades de extensão, o dia de campo geralmente se destaca pela presença festiva das pessoas na propriedade acompanhadas por técnicos agrícolas ou circulando de maneira linear pelas estações. (Anexo 6).

Os extensionistas, hoje, dificilmente seguem à risca as atribuições e tarefas para a realização de um dia de campo, conforme se verificava mais facilmente nos primeiros anos de ANCAR.

Alguns dos técnicos agrícolas entrevistados, que fizeram parte da ANCAR, relembram os “bons tempos” de atuação no campo em condições favoráveis até mesmo do ponto de vista da valorização profissional, fosse pela disponibilidade de recursos como também pela visibilidade dos fortes laços de compromisso institucional existentes à época.

Atualmente, isto virou costume entre os técnicos agrícolas paraibanos vinculados às empresas públicas de ATER. Eles reconhecem como necessária, à realização de um dia de campo, a experiência acumulada dos técnicos mais antigos. Consideram ainda positivos os possíveis resultados econômicos e sociais a serem

alcançados com a adoção das recomendações técnicas e seus diferentes manejos.

Evidenciamos, entretanto, a evolução pela qual vem sendo submetida essa metodologia por força das composições institucionais voltadas à realização de trabalhos que não contam unicamente com o apoio dos serviços oficiais de ATER.

3.1.2 Descrição de um dia de campo sobre milho irrigado

a) O Contexto

O clima de festa cercou a Fazenda Tamanduá, localizada na região do semi-árido paraibano denominada Cariri. O carro de som repetia as canções “Terra Prometida” e “Caboclo Sonhador”, composições telúricas de Maciel Melo, na voz do cantor paraibano Flávio José.

Nas proximidades da casa principal foram montadas as estações do dia de campo sobre milho irrigado, uma pequena área isolada pelos técnicos da Emater-PB, cortando a estrada de barro em pelo menos 100 metros de distância.

A meta revelada pelo técnico agrícola da Emater-PB, **PMU**³¹, especialista neste tipo de evento na Paraíba desde os tempos de ANCAR e um dos organizadores daquele dia de campo, era logo se

³¹Os informantes-chaves desta pesquisa são indicados a partir deste capítulo pelas iniciais dos nomes. Este recurso objetiva preservar a identidade dos técnicos e pesquisador entrevistados. Ver **Anexo 5**, contendo o *Esquema de identificação dos técnicos agrícolas*.

valer do verde da plantação de milho em plena zona semi-árida para criar um impacto positivo nos participantes.

Do carro de som também eram originadas saudações aos técnicos agrícolas e coordenadores dos diferentes escritórios regionais da Emater-PB, bem como aos especialistas da Embrapa Algodão convidados pelos organizadores. A presença de políticos "conhecidos" na região também mereceu destaque por parte do locutor oficial da festa.

A chegada de dois ônibus cedidos por prefeituras de municípios vizinhos e outros transportes particulares improvisados por associações e sindicatos rurais ofereceram os primeiros indícios do "sucesso" geralmente perseguido pelos técnicos governamentais quando se trata de contar o número de inscritos, desta vez atingindo algo próximo a 500 pessoas.

Os participantes, em sua maioria, representavam algumas das categorias mais comuns na região, a exemplo de produtores rurais e criadores, estudantes de escolas públicas do município, comerciantes, líderes religiosos e moradores de áreas urbanas. Eles não escondiam a admiração pelo vigor da plantação; além disso, demonstravam ansiedade na estação de inscrição em querer logo saber o que se passaria nas demais estações estrategicamente montadas após a cerca de arame.

Comparecem também ao dia de campo, dependendo da importância do evento para a região, funcionários de instituições

financeiras (Banco do Nordeste, Banco do Brasil) responsáveis pelo financiamento de recursos para a compra de insumos e instrumentos necessários à melhoria das condições de produção no campo.

O lanche, ao final da caminhada, reproduz os tempos de fartura, de boa colheita, significando, algumas vezes, uma conexão com a proposta técnica apresentada.

As comidas típicas servidas na Fazenda Tamanduá foram produzidas com a matéria-prima objeto da proposta técnica do evento, o milho. Nesse caso isso correspondeu a uma exceção, porque via de regra o que se serve como “lanche” em eventos desse porte é sanduíche acompanhado de refrigerante.

Portanto, à sombra de frondosas árvores de algaroba, os participantes puderam escolher entre pratos de pamonha, canjica e bolo de milho para repor o esforço e deixar no paladar o sabor dos ensinamentos técnicos transmitidos, pelo menos como mais um recurso estratégico dos agentes de P&D.

Para a maioria dos agricultores presentes ao dia de campo, o clima de fartura não correspondia necessariamente à realidade daquela gente à época cadastrada nas frentes produtivas de trabalho, tendo em vista os dramáticos efeitos da estiagem prolongada³².

³²Sabemos que a seca é um fenômeno natural que amplia a situação de calamidade por que passa a maioria dos habitantes da zona semi-árida do Nordeste em situação de pobreza. No período de 1998 a 1999, a estiagem castigou a maioria dos municípios nordestinos, atingindo não somente as pessoas residentes no campo como também ameaçando o abastecimento d'água nas grandes cidades. Cf. documento da SUDENE/FJN, através do Rumo XXI, intitulado “A Seca Nordestina de 1998-1999: Da crise econômica à calamidade social”, Recife - PE, junho de 1999.

Este aspecto justifica, também, a escolha deste evento como exemplo descritivo nesta dissertação porque sua realização se diferenciava dos demais dias de campo observados porque tornou visível muitas das contradições envolvendo discurso e prática das instituições governamentais atuantes no Estado.

Na percepção de alguns dos produtores rurais entrevistados, o dia de campo significa uma “coisa boa” preparada pelos “doutores”. Alguns deles já haviam participado de outros eventos do gênero em comunidades próximas, e na ocasião comentavam com os amigos sobre o que viram e ouviram em outras localidades. “*É a grande festa da extensão rural*”, sintetiza o técnico agrícola **PMU** ao saudar os participantes na estação de aspectos econômicos, repleta de cifras, tabelas e outros cálculos matemáticos de difícil entendimento para o agricultor.

b) As estações

As barracas ou estações caracterizam, em qualquer dia de campo organizado pelas empresas de P&D, um tipo de espaço sagrado onde ficam os técnicos agrícolas selecionados pela organização do evento à espera dos grupos de participantes formados após o ato formal de inscrição.

Existe, entre os organizadores do dia de campo, uma “norma” que determina a montagem de quatro ou cinco estações, cada uma delas com um tema específico, segundo a proposta técnica que será

demonstrada: 1) introdução/interesse; 2) técnica/manejo vegetal ou animal; 3) uso de insumos; 4) aspectos econômicos e 5) transformação do produto/lanche. (Anexo 6).

Alguns funcionários dessas empresas escalados para o trabalho organizam a entrada dos grupos, logo após a inscrição oficial. Destaca-se que esse procedimento depende do ritmo de chegada e da quantidade dos participantes, o que varia bastante.

Nesta etapa preliminar, além do registro nominal, acontece a distribuição de senhas produzidas com cartolina e devidamente carimbadas para garantir acesso ao lanche acima mencionado.

Na primeira estação, denominada de introdução, os participantes recebem os cumprimentos e as informações gerais sobre o que será transmitido nas etapas seguintes.

O cronômetro que regula o tempo de duração de um dia de campo já fica acionado na memória dos organizadores como forma de controlar o fluxo dos grupos nas estações. A meta neste e em outros casos é limitar a duração da conversa do técnico entre 10 e 15 minutos, tempo considerado satisfatório pelos agentes oficiais de ATER para transmitir informações básicas sobre os sistemas produtivos relacionados com a proposta técnica.

Vencido esse prazo, o fluxo de participantes de uma estação a outra ganha ares de regularidade. O dia de campo ocorrido na Fazenda Tamanduá foi um exemplo clássico de como deve proceder qualquer comissão organizadora para controlar o tempo-limite de explicação em

cada barraca. Essa constatação também se confirmou nos demais eventos monitorados durante a pesquisa de campo, mesmo aqueles em que o agricultor apareceu dando suas próprias explicações.

Quando o dia de campo tem por proposta técnica as culturas do milho, do algodão ou mesmo do amendoim, por exemplo, a segunda estação trata geralmente do preparo do solo. Nela, um especialista explica aos participantes como deve ser o trabalho de preparação da terra, a tecnologia empregada e as adaptações necessárias às condições climáticas do território, ressaltando inclusive o trabalho aplicado na propriedade e os resultados alcançados.

O deslocamento até a terceira estação é algo inevitável em qualquer caminhada do gênero. A explicação geralmente se concentra no uso de insumos e outros aspectos decorrentes dessa prática.

A saga de agricultores confiantes e admirados apareceu também, conforme observamos no local do evento, como um suplício (*via crucis*) capaz de compensar principalmente o esforço dos técnicos.

Dentre os técnicos agrícolas entrevistados, alguns fazem referência às estações do dia de campo como sendo similares à cena cristã da paixão e morte de Cristo narrada em 15 estações sagradas, segundo a doutrina estabelecida pela Igreja Católica durante a Semana Santa, o que geralmente é mencionada com ares de ironia.

Esta comparação entre as estações de um dia de campo e a *via crucis* também faz parte do imaginário de alguns agricultores que, diferentemente dos técnicos agrícolas, não consideram a semelhança

como algo passível de ironias ou outro tipo de comentário que implique em falta de respeito com uma “coisa séria como essa” (espírito cristão).

Em seguida, caminha-se para a quarta estação geralmente denominada de “aspectos econômicos”. Nela são passadas informações sobre as despesas com a implementação da proposta técnica, a exemplo da utilização de mão-de-obra no preparo do solo e uma previsão de gastos para o tempo da colheita.

Outras variáveis também fazem parte da planilha de dados quantitativos dessa estação, a exemplo do preço do produto no mercado tendo em vista as despesas computadas numa estratégia de valorização do conceito de lucro (dinheiro que vai para o bolso do produtor rural). Mas essas informações ainda são repassadas aos agricultores num vocabulário muito difícil.

Em síntese, o que necessita de visibilidade é o lucro alcançado naquele plantio ou outro tipo de atividade agropecuária, mesmo que toda operação demonstrativa apareça de maneira superficial - mas procurando ser o mais simples possível na hora de explicar os resultados positivos da proposta técnica, o que nem sempre acontece.

A instalação de uma quinta estação depende do assunto demonstrado, do contexto e dos interesses dos parceiros envolvidos no evento.

c) Outros recursos facultativos

Os agricultores presentes ao dia de campo sobre milho irrigado legitimaram o trabalho dos técnicos governamentais com elogios em profusão, e ainda se empolgaram com a presença nas estações daqueles com quem convivem no cotidiano das atividades de ATER no município.

Antes da também chamada estação do lanche, há em determinados dias de campo outras estações que complementam ou ilustram as diferentes possibilidades de utilização dos recursos provenientes daquela cultura ou de outra atividade agropecuária demonstrada, a exemplo de exposição de painéis fotográficos e “estação resumo”, sendo esta última pouco usual nos dias de hoje.

Pode também acontecer a montagem de uma estação específica para tratar da culinária. Mas, a depender da proposta técnica, o próprio lanche já corresponde a uma forma indireta de tratar desse assunto, quando são produzidos para o consumo dos presentes somente pratos que levam como principal ingrediente a matéria-prima divulgada em evento do gênero³³.

Ocorre ainda, em certos casos, a demonstração de produtos agrícolas, máquinas e implementos como parte de um processo de divulgação das novas tecnologias disponíveis no mercado.

³³Com base no monitoramento, registramos estações sobre culinária em apenas dois dias de campo que contaram com a participação efetiva da AS-PTA na região do Brejo e Agreste paraibanos. A proposta técnica era o amendoim. Esta proposta se caracterizou, segundo a técnica agrícola MPA, como uma das culturas viáveis dentro do processo de construção da inovação tecnológica a partir das experiências dos próprios produtores rurais da região que já lidam com essa cultura há mais de 50 anos.

Outra situação observada durante a pesquisa de campo refere-se à apresentação de produtos como derivados, laticínios, processamento industrial de carnes, beneficiamento da pele do animal para a produção de sapatos ou outros artigos de exportação, conforme registrado no dia de campo sobre caprinocultura, em Umbuzeiro.

Planejar a realização dessa atividade consiste em apresentar as considerações básicas sobre a proposta técnica a ser executada. Um dia de campo reúne muitas atividades pragmáticas, e parte delas deve ser cumprida à risca pelos organizadores do evento.

Outras atividades são de responsabilidade dos técnicos agrícolas das empresas governamentais diretamente envolvidas. Tarefas que podem ser divididas pelo conjunto de parceiros. Deve-se considerar, também, o tempo de execução do projeto de realização de um dia de campo, que necessita de maiores definições em termos de custos econômicos (relação custo/benefício) e encaminhamentos práticos.

3.1.3 Avaliação informal de um dia de campo³⁴

a) O Contexto

Com o objetivo de reunir produtores rurais diretamente assistidos pelos serviços oficiais de ATER, o técnico agrícola **MBS**, da Embrapa Algodão, procurou fazer daquela conversa matutina na Comunidade de Areal, Município de Mogeiro-PB, uma espécie de avaliação informal

³⁴As avaliações dos eventos da ATER regional a serem realizadas pelos próprios técnicos junto a alguns produtores são raras e pouco valorizadas, conforme ficou constatado no dia de campo sobre o milho irrigado. Em função disso, optamos por descrever uma avaliação ocorrida em Mogeiro.

sobre os principais problemas ali registrados a partir da implantação da unidade de intervenção técnica de algodão irrigado no ano de 1997 pela Embrapa Algodão, contando com o apoio da Emater-PB e da Secretaria Municipal de Agricultura do Município.

Explica-se, inicialmente, que a falta de avaliação formal de algumas atividades desenvolvidas pelas empresas de P&D reforça a rotina institucional que se sustenta apenas em informações quantitativas (número de participantes, eventos realizados durante o ano etc.).

Antes da avaliação proposta, o técnico agrícola **MBS** visita o campo de algodão acompanhado por seis produtores rurais, sendo a maioria deles pertencente à Associação “Nova Vida”, uma entidade local formada por 25 produtores rurais preocupados com os rumos da agricultura na região do Vale do Parnaíba, e também parceira na implantação da UD sobre algodão irrigado.

Em seguida, os participantes se dirigiram até a sede da Associação para dar início à mencionada avaliação sobre as atividades de ATER ali desenvolvidas no ano de 1998.

Os participantes são uma pequena representação dos que estiveram à frente do dia de campo sobre a cultura do algodão irrigado, evento ocorrido naquela localidade no mês de dezembro de 1998.

A expectativa do técnico **MBS** era reunir um contingente maior de produtores rurais, já que vinham a um bom tempo adiando o encontro em função do volume de trabalho na empresa.

“A gente aqui vai discutir um pouco quais os principais problemas que aconteceram com a cultura do algodão irrigado e o que a gente pode tirar de proveito disso tudo. [Em outras palavras], o que é importante e que, apesar de não ter sido talvez o esperado, a gente possa fazer melhor daqui para a frente” (MBS - técnico agrícola da Embrapa Algodão).

Com esse comentário, o técnico introduz o diálogo que parece descontraído, exceto pela presença de uma filmadora para registrar a fala do grupo. Aproveita-se, também, para retomar o diálogo sobre o dia de campo como um dos momentos culminantes das atividades de ATER na região.

Portanto, o percurso dialógico estabelecido pelo técnico agrícola **MBS**, durante a conversa, teve por referência perguntas relativas ao trabalho de difusão de inovações agrícolas realizado na comunidade.

b) Explicação do técnico

A justificativa do técnico para sensibilizar os agricultores a aderirem ao algodão irrigado teve por sustentação a difusão de inovações agrícolas voltada para o incentivo de culturas complementares em nível regional. A iniciativa é justificada pelos técnicos em função dos constantes e terríveis períodos de estiagem na

região do semi-árido paraibano. Este discurso reforça a intervenção adotada pela Embrapa Algodão, nos últimos anos, em torno do algodão irrigado para acelerar o ciclo, limitando o ataque do “bicudo” (*Anthonomus grandis*).

Segundo o técnico agrícola **GD**, da Emater de Mogeiro, presente somente ao mencionado dia de campo, a capacitação, seguida do manejo de pragas, tornaram-se ações fundamentais no sentido de permitir o retorno daquela comunidade ao trabalho com a cultura do algodão, valorizando assim as condições favoráveis à irrigação com águas de média e alta salinidade.

Os antecedentes que melhor explicam essa atuação agrícola podem ser resumidos em duas situações: a primeira delas revela que os agricultores foram estimulados a participar de cursos promovidos pela Emater-PB, bem como dos treinamentos realizados pelo SENAR com o apoio do SINE e do SEBRAE no local; a segunda menciona a existência de uma demanda pouco valorizada de produtores aptos a realizar atividades coletivas no âmbito da agricultura, de maneira específica voltadas à cultura do algodão em função dos interesses dos agentes de P&D.

No caso específico da Comunidade de Areial ficou decidido em reunião geral dos sócios da Associação “Nova Vida” que seria feito o plantio do algodão irrigado. Esta iniciativa, conforme mencionada antes, estava sendo à época recomendada pelos técnicos agrícolas **GD** e **MBS** como uma das alternativas a serem implementadas em períodos

de estiagem. Mas essa decisão desconsiderou outras demandas produtivas existentes há anos na região, a exemplo da cultura do pimentão.

O campo para implantação da unidade de intervenção técnica na comunidade foi cedido pelo presidente da Associação “Nova Vida”, o produtor rural **ATB**³⁵, também presidente da associação, em parceria com outros nove produtores rurais membros da entidade.

A área de 1(um) hectare passou a ser reconhecida como sendo “o coletivo” dos produtores da Comunidade de Aerial que estavam interessados em realizar a experiência em fileiras simples e duplas ao mesmo tempo, seguindo as orientações técnicas da Embrapa Algodão.

c) Impressão dos produtores

O presidente da Associação e outros membros da entidade, sensíveis à idéia, relataram a participação em diferentes dias de campo sobre a cultura do algodão de sequeiro, cujas recomendações estiveram voltadas para a difusão de práticas de convivência com a praga do “bicudo” desenvolvidas pela Embrapa Algodão no início da década de 1990. Eles pouco tinham vivenciado situações coletivas capazes de sustentar outras demandas de trabalho fora dos sistemas oficiais de P&D.

³⁵A exemplo dos técnicos agrícolas entrevistados, a *denominação* dos produtores rurais registrados em nossa pesquisa de campo foi montada também com base nas iniciais dos nomes dos entrevistados. Ver **Anexo 7**.

Durante a conversa mediada pelo técnico **MBS**, observamos que os produtores se referiam com maior frequência ao sucesso dos dias de campo realizados nos municípios paraibanos de Ingá e Gurinhém, ambos no ano de 1997, bem como a um outro evento do mesmo gênero ocorrido, também, no município de Mogeiro, em 1996³⁶.

Os produtores rurais destacaram a alegria de poder participar daquele tipo de atividade, fazendo referência a alguns problemas técnicos que caracterizam parte das dificuldades enfrentadas pelo grupo (falta de capacitação de bases técnicas, manejo integrado de pragas, organização do combate).

O primeiro produtor rural a fazer suas considerações revelou ter sido sua primeira experiência com o algodão irrigado, declarando já sentir a necessidade de se fazer um novo plantio da cultura no local.

Em seguida foi a vez de o presidente da Associação “Nova Vida” mencionar a importância do trabalho desenvolvido pela Embrapa Algodão naquela comunidade. Seu discurso esteve marcado pela valorização de quaisquer atividades voltadas à capacitação dos produtores como forma de garantir o pleno desenvolvimento de suas atividades no campo.

³⁶O dia de campo realizado em Gurinhém foi de grande impacto para os participantes, que ainda hoje se recordam da presença de autoridades como o governador do Estado acompanhado por seus secretários e demais aliados, do *show* de pára-quedistas colorindo o céu e a participação de aproximadamente 1.500 pessoas no local, que foram inclusive agraciadas com uma grande feijoada providenciada pela prefeitura municipal.

Da maneira como **ATB** se expressou, evidencia-se a dependência de alguns agricultores à transmissão dos ensinamentos por parte dos técnicos agrícolas das empresas de P&D.

O produtor rural **AT** demonstrou satisfação com a presença dos técnicos da Embrapa Algodão e da Emater-PB. Ele prometeu continuar com o plantio na esperança de obter dias melhores para seus familiares. Chegou a ser enfático ao dizer que não somente vai continuar a plantar algodão como também pretende sensibilizar os seus vizinhos a fazerem o mesmo.

Todos, portanto, foram unânimes em afirmar que as dificuldades enfrentadas pelos produtores daquela e de outras regiões próximas vêm se prolongando ao longo dos anos porque existe um conjunto de agricultores avessos às mudanças e, dessa maneira, pretendem esperar que *“as coisas aconteçam ou que algum político resolva a situação”*. Na verdade, estavam se referindo à falta de nível organizativo antes mencionada, da qual alguns ainda não têm plena consciência.

O coletivo de produtores rurais também defendeu na ocasião a profissionalização dos agricultores como forma de garantir novas possibilidade de ganhos financeiros para todos.

Uma dessas mudanças já poderia estar acontecendo com relação aos jovens rurais que ainda se deslocam para o centro-sul do país em busca de novas possibilidade de emprego e renda.

Expondo o assunto com maior conhecimento de causa, pois havia chegado há bem pouco tempo do sudeste do país após uma longo

temporada de dificuldades, o produtor **LS** disse que esse fenômeno migratório poderia ser evitado caso houvesse melhor organização dos próprios jovens e incentivo governamental.

Os produtores também mencionaram a atuação do SENAR na região, em especial no desenvolvimento de ações de formação profissional rural e de promoção social também voltadas para os agricultores, mesmo ocorrendo de forma limitada.

Outra questão considerada importante pelo técnico agrícola **MBS**, e que fez parte da livre conversa com os produtores rurais, foi a realização do dia de campo com o objetivo de plantar na consciência dos produtores a semente da motivação, na esperança de que outros agricultores residentes na região consigam fazer o mesmo através do efeito de demonstração.

A intenção de **MBS**, com esse tipo de avaliação informal, era tornar visível não somente o momento da atividade de assistência técnica como também compor uma espécie de “restituição” do trabalho que contempla desde a etapa inicial até a realização propriamente dita do evento. Portanto, sua atitude indica, tão-somente, que alguns dos técnicos que trabalham com os sistemas clássicos de difusão de inovações também se interessam por práticas e experiências dos agricultores familiares.

Em se tratando do dia de campo, a maior parte dos produtores é favorável à sua realização e acredita que a metodologia consegue atingir seu objetivo principal, qual seja o de motivar as pessoas a

procurarem seguir os caminhos que conduziram ao sucesso da iniciativa demonstrada.

A leitura do evento como sendo uma grande “festa” parte principalmente dos produtores rurais. Há quem se preocupe apenas em mencionar fatos isolados acerca dos propósitos estabelecidos pelos técnicos agrícolas, no papel de organizadores.

Uma dessas lembranças foi motivo de satisfação para um dos produtores presentes à avaliação, sendo retratada na maneira como **AT** agradeceu a camisa padronizada e distribuída pela Embrapa Algodão. Ele fez parte da comissão organizadora, explicando os diferentes momentos da trajetória de montagem da UD num painel fotográfico exposto na estação do lanche.

Mas há também quem considere insuficiente a realização desse tipo de metodologia como principal instrumento de difusão de inovações agrícolas. O argumento de **JBS** destaca que o dia de campo sozinho não assegura o pleno desenvolvimento da proposta técnica recomendada ou de sua aplicação prática nos demais campos, pois não leva em consideração os diferentes processos agrícolas em nível local.

O produtor rural **LS** ressaltou que, embora o dia de campo seja um evento de muita animação, o volume de atribuições a serem desenvolvidas na hora de sua realização pode significar pouca ou nenhuma vivência nas “estações” daquele produtor que está envolvido diretamente com o trabalho na sua propriedade.

3.2 Avaliação dos técnicos agrícolas sobre a realização dos dias de campo

3.2.1 Trajetória dos técnicos de ATER

Os técnicos agrícolas entrevistados³⁷ atuam na difusão de inovações agrícolas na Paraíba. Eles são vinculados a diferentes órgãos governamentais (Emater-PB, Embrapa Algodão e Emepa), ONGs, como é o caso marcante nesta pesquisa da AS-PTA, secretarias municipais de agricultura, empresas de capacitação e treinamentos voltadas para o agricultor etc.

A formação desses profissionais esteve sempre marcada pela referência de que seriam técnicos das ciências agrárias e, portanto, responsáveis pela transferência de tecnologia nos moldes da Revolução Verde.

Os técnicos agrícolas que atuam na Paraíba são geralmente conhecidos como “extensionistas”, especialmente pelas atribuições diretamente voltadas para os serviços de ATER. Aqueles que têm formação em Agronomia correspondem à maioria dos entrevistados, mas há também, entre eles, médicos veterinários e assistentes sociais.

Os funcionários da AS-PTA, por sua vez, distinguem-se dos demais profissionais da área em termos de denominação, fazendo questão de serem chamados de “assessores técnicos”, sem que isso

³⁷Ver **Anexo 5** que apresenta o esquema geral de identificação dos técnicos agrícolas e pesquisador entrevistados durante a pesquisa de campo.

retire o caráter de transferência de ensinamentos para o público-meta dessa instituição³⁸.

a) Algumas referências e atitudes dos técnicos entrevistados

Falar da atuação dos técnicos agrícolas significa, antes de qualquer indicação acerca do perfil profissional, fazer referência às atitudes e conduta de cada um deles, segundo as recomendações das empresas onde desenvolvem suas atividades.

Alguns questionamentos formulados por esses profissionais encontram respaldo na extensão rural propriamente dita, em especial por tratar-se de um trabalho de preparação e conscientização do agricultor para resolver problemas técnicos e econômicos também com base na educação informal.

Os entrevistados narram experiências do seu cotidiano de trabalho no campo. Alguns deles não receiam mencionar os problemas relacionados à definição de atividades e de políticas institucionais, que geralmente mudam a cada nova diretoria e comprometem parte significativa das metas alcançadas ao longo de um determinado período de ação planejada ou estratégica.

O trabalho do extensionista apresenta-se mais por seu aporte dinâmico, em especial pela realização de intervenções técnicas na

³⁸Cf. Rosângela Pezza Cintrão, "A Relação entre Técnicos e Agricultores no Contexto de Atuação de uma ONG que Trabalha com Tecnologias Alternativas", in **Revista Raízes**, Campina Grande, UFPB, Campus II, Mestrados em Economia e Sociologia Rural, ano XVIII, n.º 17, junho de 1998, p. 143-149.

agricultura, algumas das quais mediadas por relações informais entre diferentes atores do desenvolvimento local.

Neste sentido, é necessário considerar as múltiplas determinações que marcam a história de cada um deles, e como essa experiência influencia alguns dos comportamentos herdados de uma tradição acadêmica que privilegia os ensinamentos técnicos em detrimento de outras possibilidades de interação com os produtores rurais em suas realidades, conforme mencionado acima.

Os técnicos agrícolas vinculados à Emater-PB e à Embrapa Algodão passaram por outras experiências antes do atual emprego. Foram incursões pelo Polonordeste (1974), Projeto Sertanejo (1976), Projeto Nordeste (1982) ou mesmo pelo PAPP (1995)³⁹.

“Antes de ficar efetivamente na Emater (ingressou na década de 1980) estive à disposição do Ministério da Agricultura trabalhando com inspeção de sementes de algodão em várias cidades da Paraíba, a exemplo de Gurinhém, Itabaiana, Itatuba, Alagoinha e depois na região do Sertão.”
(HGL - agrônomo da Emater).

Esta atuação amplificou a formação do técnico agrícola **HGL** e forneceu-lhe conhecimentos científicos sobre a qualidade da semente

³⁹Sobre os diferentes projetos estatais de intervenção agrícola registrados na região Nordeste, ver Yves Chaloult, "Uma Política de Legitimação do Estado e Rearticulação da Pequena Produção Rural: o Projeto Nordeste", in *Revista Raízes*, Campina Grande, UFPB/Campus II, ano IV, n.º 4-5, jan. 1984/dez. 1985, p. 61-99; Gilvan Braz de Macêdo, *Os Programas Especiais para o Nordeste*, Dissertação, Campina Grande, CH/UFPB/Campus II, Mestrado em Economia Rural, 1985; Jofre Kouri, *Processo de Modernização Tecnológica na Agricultura do Nordeste Brasileiro*, Dissertação, Campina Grande, UFPB/Campus II, Mestrado em Economia Rural e Regional, 1998.

de algodão, seguindo os princípios da “Revolução Verde”. Seu retorno à Emater-PB aconteceu em função da crise do “bicudo”, que causaria um forte impacto na cotonicultura nordestina na década de 1980.

Ao vivenciar na prática os efeitos causados por produtos químicos utilizados em sua propriedade, o técnico **HGL** se deu conta de que estava agindo como os produtores rurais e colhendo os prejuízos de sua própria recomendação enquanto especialista, detentor do conhecimento científico. Buscou formas alternativas para o plantio de batatinha que somente se efetivaram com a intervenção da AS-PTA na década de 1990. Esta ONG passou a valorizar as culturas que eram desprezadas pela Emater-PB na região do Brejo e Agreste, a exemplo da erva-doce.

A atitude de **HGL**, longe de contrariar as recomendações institucionais da empresa governamental, demonstra que existem laços informais mantidos entre extensionistas e assessores técnicos de ONGs, caracterizando uma importante relação que favorece a atual dinâmica de trabalho na agricultura. Mas alguns dirigentes dos organismos de P&D, mesmo sem formalmente coibir esse tipo de prática, procuram ainda hoje manter o funcionário sob vigilância para saber até onde essa “amizade” influencia no tipo de trabalho desenvolvido segundo projetos, programas e planos a serem executados.

A técnica agrícola e assessora técnica **MPA** também recebeu uma formação agrônômica “muito tradicional”, mas sua participação junto

ao movimento estudantil permitiu conhecer de perto o trabalho da AS-PTA, ultrapassando rapidamente o discurso dominante nessa área.

“Fui estagiária dessa ONG no Rio de Janeiro e agora atuo como agrônoma da AS-PTA aqui na região de Esperança (Agreste e Brejo paraibanos)” (MPA - agrônoma da AS-PTA).

Na experiência local com a AS-PTA, a assessora técnica **MPA** trabalha com diagnóstico e experimentação participativa, bem como a difusão e a adoção de tecnologias que a própria ONG já reconhece serem apropriadas à realidade dos produtores do Agreste de Solânea e Remígio. Ela lembra ainda que o desafio inicial foi a aceitação de uma prática diferente, sem clientelismo, marcada principalmente pela intervenção na produção, apostando, basicamente, na construção de metodologias que valorizem o saber dos agricultores, ou seja, seus conhecimentos e experiências herdados.

Para a técnica agrícola **LAS**, a extensão rural tem por função ajudar o homem como produtor e cidadão, mas a prática mostra o contrário quando as tecnologias existentes não são adaptadas à maioria das populações rurais. O argumento dela condiciona o nível de consciência dos produtores às suas diferentes formas de organização para assegurar uma postura crítica frente à supremacia tecnológica.

Ela destaca ainda que a EMBRATER ampliou, de fato, o papel da extensão rural no país. *“E era uma ação tão forte que, quando a Embrater fechou, muita gente da Emater-PB festejou...” (LAS).* Este

discurso revela a dimensão tradicional da empresa, sustentada por idéias clientelistas e a força da concepção institucional de alguns de seus funcionários.

Outro tipo de atuação da técnica LAS, antes da atual função nos serviços de ATER, aconteceu junto aos movimentos sociais e de base popular da Igreja Católica, mais especificamente nos morros da região metropolitana de Recife-PE, passando inclusive por situações extremamente delicadas durante o período de repressão política registrado no Brasil a partir de 1964.

“Fui por muito tempo de Igreja (Católica), onde trabalhei em morros como catequista. A gente levava uma mensagem de organização, de luta, de participação. Veio o AI-5 e eu vi muita gente ser torturada (pausa). Resolvi criar galinhas. Logo depois entrei na Emater como uma excelente técnica em agricultura.”
(LAS - veterinária e assessora da Emater).

Mesmo dispondo de um postura crítica pouco comum acerca da atuação e do verdadeiro papel da Emater-PB, no atual contexto de reestruturação dos serviços de extensão rural, a atitude da técnica veterinária revela indícios da força do corporativismo nas instituições que precisa ser evitado, sob pena de comprometer a dinâmica do desenvolvimento local, a médio e longo prazos.

Neste sentido, constatamos que as experiências que antecederam a prática profissional dos técnicos agrícolas também servem de base para explicar algumas de suas atitudes cotidianas assumidas no atual

emprego. Revelam, ao mesmo tempo, situações de avanço e recuo na busca de soluções para os problemas da área na qual mantêm relações interpessoais para além da própria condição técnica.

b) Atribuições institucionais e público-meta

Uma das poucas atribuições dos extensionistas se refere basicamente à consolidação da política institucional de P&D nas empresas onde atuam.

Em contrapartida, para melhor compreender a atitude dos técnicos diretamente envolvidos neste processo, constatamos também vários compromissos que ultrapassam a “lógica tecnicista”.

O trabalho dos técnicos agrícolas governamentais, nos últimos anos, foi acrescido ou esteve resumido a tarefas extras registradas durante a pesquisa de campo, a exemplo da entrega de cestas básicas, controle de frentes produtivas de trabalho (também chamadas de “frentes de emergência”) e distribuição de recursos para custeio em épocas de estiagem prolongada.

As citadas atribuições aparecem enquanto circunstância comum, em especial para a Emater-PB, que ainda permite a ingerência de políticos e demais autoridades locais na transferência de extensionistas de uma regional para outra, bem como pela fragilidade em acordos de parceria (formais e informais), desde o planejamento até a expansão de ações voltadas à melhoria das condições de vida das populações rurais (técnicos da Emater, **GD** e **LAS**).

Consideramos, entretanto, que a ação empreendida pela ANCAR servia de parâmetro para muitas das práticas realizadas pelos técnicos agrícolas, principalmente nas comunidades carentes de recursos e outros benefícios que somente a extensão rural, em sua modalidade assistencial, poderia cobrir àquele momento.

Outra indefinição registrada diz respeito ao público-meta das ações de ATER na Paraíba, que compreende de maneira generalizada pequenos, médios e grandes produtores.

Para a direção geral da Emater-PB, essa questão de público definido com o qual necessite trabalhar em suas ações está descartada, mesmo afirmando, como discurso oficial da empresa, uma preferência pela execução de atividades voltadas aos pequenos e médios produtores rurais.

O que acontece é o fato de um segmento de funcionários da empresa, com fortes vínculos com os movimentos associativos, defender o trabalho com a produção de base familiar enquanto meta a ser incorporada a médio e longo prazos, sob pena de prejuízos maiores à agricultura da região.

Com relação à Embrapa Algodão, essa discussão também vem sendo defendida por uma pequena parcela de seus funcionários vinculados a partidos políticos ou ao movimento popular, preservando suas respectivas formas de encaminhamento político-institucional.

Disso decorre a concepção de extensão rural, atualmente registrada entre os técnicos agrícolas, como forma de dar continuidade

às ações incorporadas ao trabalho de campo por eles desenvolvido, a exemplo dos dias de campo realizados em diferentes comunidades da Paraíba. Entretanto, essa ação executada pelo conjunto de técnicos agrícolas tende a gerar novas demandas e desafios para os setores governamentais que lidam com a difusão de inovações agrícolas no Estado.

“Mesmo que seja possível reconhecer mudanças de diretrizes, o trabalho das agências governamentais continua a ser eminentemente quantitativo. Por exemplo, são programados cinco dias de campo, três palestras, tudo num determinado período e seguindo um cronograma de atividades, sob pena de prejuízos para os funcionários caso não sejam cumpridas as metas.” (MBS - agrônomo da Embrapa Algodão).

3.2.2 Opinião dos técnicos sobre a ação extensionista

a) Opiniões gerais

Na memória de alguns dos entrevistados, a extensão rural no Brasil tem sido concebida segundo orientações voltadas para a educação. Esta tendência resultou numa série de indagações acerca do papel da extensão através do modelo difusionista.

Foram muitas transformações ocorridas com a implantação desse modelo norte-americano para a realização de serviços especializados e institucionais. Segue-se, também, um protocolo de propostas para desenvolver o país pela via da modernização agrícola, bem como pela implantação de projetos educacionais arrojados.

Para o técnico agrícola **JMA**, o que mais atrapalhou a dimensão educacional, inserida ou parte integrante do processo de difusão de inovações, foi o crédito rural em suas diferentes modalidades⁴⁰.

“O crédito rural retirou da cabeça do extensionista essa parte educativa por uma questão de sobrevivência da própria extensão.” (JMA - agrônomo, coordenador da área de comunicação da Embrapa Algodão).

Sabemos, hoje, que essa caracterização de “educativo” atribuída à extensão rural brasileira se justifica, basicamente, pelo papel de profissional dos extensionistas, já que estes se utilizam de um conjunto de metodologias para difundir ensinamentos técnicos para o homem do campo.

O técnico da Embrapa Algodão **MBS**, por exemplo, afirma que a extensão rural deveria ser mais participativa do que aparece no discurso dos técnicos durante a realização de cursos e dias de campo, bem como nos planos anuais de ação das empresas, sugerindo uma interação sem receios com o produtor rural.

“A cabeça do extensionista hoje está aquém da realidade: alguns deles são bons no discurso, mas na verdade não estão dispostos a uma participação efetiva” (MBS - agrônomo da Embrapa Algodão).

⁴⁰São basicamente duas as modalidades de crédito "educativo" em extensão rural: o *crédito rural supervisionado* e o *crédito rural orientado* (ARAÚJO, BRAGA e SANTOS, 1994:26).

Acontecem outras situações importantes, principalmente quando se trata de analisar a postura dos técnicos agrícolas frente às ações extensionistas no atual contexto de globalização e suas diferentes dinâmicas produtivas.

Em muitos casos, os próprios técnicos fazem questão de mencionar suas práticas “inovadoras” quando estão ministrando cursos, fazendo treinamentos com grupos de produtores e motivando os participantes de dias de campo para que adotem as recomendações demonstradas na prática.

“Vejo a extensão rural como uma função que ajuda o homem como produtor e como cidadão. Se o homem não tem acesso, como pode discutir, como pode criticar? O acesso está muito relacionado com a postura (do produtor rural) frente à tecnologia.” (LAS - veterinária e assessora da Emater).

Considera-se que, em sua maior parte, as tecnologias geradas pelos diversos centros de P&D espalhados pelo país não levam em consideração a diversidade social, econômica e cultural dos pequenos produtores rurais.

Na avaliação dos técnicos agrícolas existe um segmento responsável pela pesquisa que ainda se inclina a querer saber o porquê de a maioria dos produtores, acompanhados pela extensão rural, não adotar as recomendações transmitidas através de eventos próprios da extensão, e devidamente comprovadas pelos estudos científicos,

insistindo em realizar “testes” por conta própria que são tidos como pouco produtivos e fora da atual dinâmica de competitividade do mercado ao qual devem estar atentos os produtores rurais. Esse discurso indica a falta de compreensão de alguns pesquisadores acerca dos processos produtivos oriundos da prática dos próprios agricultores.

O mencionado discurso foi registrado durante o encontro de avaliação ocorrido na Embrapa Algodão, no ano de 1999 (Anexo 1), evidenciando uma das principais tensões que ainda envolvem pesquisadores, extensionistas e produtores rurais. Naquele contexto ficou revelado uma resistência declarada por parte de um especialista em aceitar que os agricultores pudessem fazer “experiências” por conta própria, quando as agências de P&D já dispõem de modelos testados em laboratórios e aprovados com grande eficiência.

“As tecnologias não são adaptadas à maioria das populações, a exemplo da dependência às sementes selecionadas. Não existe uma pesquisa (oficial) que facilite a vida (ou liberdade) dos produtores rurais a médio prazo” (LAS - veterinária e assessora da Emater).

No caso específico da Embrapa Algodão, podemos afirmar que já existe uma referência de pesquisa capaz de apresentar alguns resultados considerados importantes por técnicos de ONGs. Para a assessora técnica **MPA**, a pouca relação mantida com a empresa estatal

de ATER sempre esteve marcada por conflitos institucionais. Estes dificultam, ainda hoje, a intervenção local na produção que valoriza a diversidade agro-ecológica.

b) Opiniões sobre o método “dia de campo”

Tendo por base o trabalho desenvolvido nas instituições governamentais, diferente da assessoria prestada pela ONG AS-PTA, os técnicos agrícolas entrevistados descrevem os métodos de extensão rural numa seqüência aleatória, sem precisar quais são as referências metodológicas dos sistemas oficiais de difusão de inovações agrícolas.

Os técnicos mencionam as visitas, reuniões, excursões técnicas, unidades demonstrativas (também conhecidas como unidades de intervenção técnica), cursos e dias de campo como se constituindo nas principais atividades dos serviços oficiais de extensão rural para “transmitir” informações técnicas aos agricultores e demais interessados em assuntos da área rural.

Mas a principal questão levantada durante a investigação junto aos técnicos agrícolas refere-se à percepção deles com relação à postura dos produtores em situação de dias de campo.

Houve, neste caso, considerações de que a maioria dos produtores rurais assistidos pelos serviços de ATER no Estado “são carentes de informações”.

“Os produtores rurais necessitam de muita conversa, de melhoria de qualidade de vida. Mas infelizmente (os técnicos) colocaram na cabeça deles (produtores rurais) que a melhoria só vem através de crédito.” (MBS - agrônomo da Embrapa Algodão).

Essa questão também se apresenta no plano de responsabilidade e de compromisso que deve existir por parte dos profissionais que atuam nessa área, de maneira a multiplicar ações e reunir outros atores na construção de um diálogo capaz de resolver problemas simples dos produtores rurais, sem necessariamente estar sob a dependência de recursos oficiais. Estes devem ser buscados a partir de formas de organização coletivas que permitam evitar os prejuízos geralmente decorrentes de atitudes isoladas (perdas e danos com empréstimos agrícolas, falta de organização para o manejo etc.).

Com isso, gera-se uma discussão no cotidiano das instituições e entidades para fazer com que as parcerias decorrentes dessas ações não estejam somente resumidas às composições políticas locais e institucionais para a realização de metas preestabelecidas, a exemplo dos dias de campo.

Para a maior parte dos técnicos entrevistados, o dia de campo representa um dos métodos da extensão rural tidos como sendo de “caráter motivacional”. Constitui um tipo de evento grupal que procura mostrar aos participantes o sucesso alcançado por um ou mais produtores na adoção de uma determinada proposta técnica (algodão, milho irrigado, amendoim, caprinocultura etc.).

Esta lógica tecnicista torna ainda mais difícil o diálogo permanente e satisfatório entre agricultores e técnicos agrícolas, pois, historicamente, os produtores rurais foram submetidos a um formato de aprendizagem que implica em estender algo, de forma unilateral, da “sede da sabedoria” à “sede da ignorância”⁴¹.

A atualidade do pensamento crítico de FREIRE (1977), mencionada no **Capítulo I**, aponta para esse tipo de relação desigual envolvendo extensionistas e agricultores, a qual precisa ser definitivamente substituída pela prática dialógica. Esta, mesmo suscitando problemas de diferentes ordens, representa a “*co-participação dos sujeitos no ato de pensar*” (implicando) “...*numa reciprocidade que não pode ser rompida*” (FREIRE, 1977:66-67). Este, sim, ainda se constitui nos dias atuais como o verdadeiro ato comunicativo capaz de superar práticas persuasivas e manipuladoras.

Concordamos, portanto, com a indicação de que o “tempo informacional” do técnico agrícola é geralmente distinto do tempo cultural processado pelo produtor rural em suas distintas práticas no campo (SANTOS, 1997).

3.3 A percepção dos produtores sobre o dia de campo

As entrevistas realizadas com os produtores rurais aconteceram geralmente em clima de descontração, e muitas delas ocorreram no

⁴¹Cf. Luís Ramiro Beltrán, "Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal". In: **Revista Comunicação e Sociedade**. São Paulo: Cortez, IMS, ano III, n.º 6, setembro de 1981, p. 5-35; Paulo Freire, *Extensão ou Comunicação?* 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

próprio local de realização do dia de campo ou mesmo durante intervalos dos cursos e treinamentos dos quais participamos como observador.

Fazendo parte dessa jornada para conhecer de perto o que acontece nas comunidades rurais, buscamos realizar entrevistas mais prolongadas com os produtores rurais que haviam vivenciado diretamente um ou mais dias de campo.

Para tanto, contamos de maneira especial com o auxílio dos técnicos agrícolas da Emater-PB e dos assessores técnicos da AS-PTA na indicação daqueles produtores representativos de diversas categorias, das quais necessitávamos para obter algumas das informações da pesquisa.

3.3.1 Contexto de 1998/1999; perfil e demanda dos agricultores

Os agricultores sempre estão dispostos a conversar com os “doutores”, como fazem questão de chamar aqueles que se apresentam como pesquisadores, “extensionistas” ou mesmo estudantes interessados em conhecer a realidade deles um pouco mais de perto. Da mesma maneira, nos encontros e, entre eles, nos dias de campo, eles mesmos expressam a grande satisfação que têm em relatar a convivência diária com parentes, amigos e vizinhos por uma questão de segurança e bem estar.

Em se tratando do último período de estiagem prolongada, o tom inicial das conversas com os produtores esteve marcado por

preocupações com a falta de chuvas nas diferentes regiões do Estado, conforme mencionado anteriormente. Mesmo assim, eles fizeram questão de dizer naquela ocasião que mantêm a “fé” e a “esperança” na chegada de chuvas para, cedo ou tarde, diminuir o sofrimento de suas famílias e também dos animais.

Os produtores rurais entrevistados são classificados como pequenos agricultores familiares, muito mais por suas difíceis condições de vida no campo, do que mesmo pela extensão territorial da propriedade que possuem.

Eles plantam feijão, mandioca, amendoim, milho e batatinha, e já têm a preocupação de reservar parte da propriedade para o plantio de palma como uma das poucas estratégias para alimentar o gado durante a seca. Assim, esperam não precisar se desfazer dos pequenos rebanhos quando esse fenômeno se prolonga, já que a água, hoje, constitui o principal fator limitante.

O produtor rural AFS, afirmou ser criador de cabras, ovelhas e gado, já tendo trabalhado inclusive com pesca e artesanato de madeira para assegurar uma renda alternativa à agricultura. Bastante interessado na conversa, ele apenas fez questão de justificar que tinha “pouca leitura”, numa clara referência à falta de estudo formal para alguns adultos residentes no campo⁴².

⁴²O técnico agrícola MBS lembrou que durante uma avaliação técnica para a implantação de uma unidade de intervenção técnica na Comunidade do Areial, município de Remígio - PB, os produtores rurais também consideraram como mais um dos problemas por eles vivenciados a “falta de leitura” entre os mais velhos (adultos não letrados), fazendo com que a maioria deles se sentisse até envergonhada por tal condição.

Este mesmo produtor criticou, de maneira contundente, o trabalho da Emater-PB na sua região, dizendo que os técnicos que atuam nesta empresa deveriam acompanhar mais a vida do agricultor, a exemplo do que faz a AS-PTA com suas metodologias de diagnóstico⁴³ e outros encaminhamentos coletivos através de grupos de interesse.

“A Emater leva as sementes e elas não vingam; eles (os técnicos da empresa estatal) deveriam acompanhar mais a vida do produtor. Estamos botando a corda no pescoço da Emater. É uma vergonha uma organização não-governamental [AS-PTA] fazer mais do que uma organização governamental.” (AFS - agricultor-experimentador no município de Solânea).

Este tipo de depoimento evidencia a amplificação do nível de percepção crítica dos produtores rurais, em especial quando estes vivenciam formas de organização coletivas, a exemplo do trabalho em associações e sindicatos de trabalhadores rurais, bem como outras relações não exclusivamente com técnicos governamentais.

O produtor rural **NBS** e sua esposa, a produtora **MLS**, também fazem questão de afirmar que um dos principais problemas por eles enfrentados na região se refere à falta de assistência médica na comunidade. *“A maioria das pessoas morre à mingua, sem assistência*

⁴³“O papel do diagnóstico é analisar a situação, identificar os problemas e as demandas. Logo procura-se organizar e analisar estes elementos junto com os agricultores, colocando as dificuldades e as potencialidades num quadro geral.” Cf. Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin. “Experimentação e Validação de Tecnologias em Meio Real. Alguns elementos a partir da experiência de Massaroca (Juazeiro-BA)”. IV Encontro Regional Nordeste da APIPSA. *Agricultura Regional: entre o local e o global*, Recife - PE, UFRPE, novembro de 1997, p. 4 (mimeo).

médica. A gente é que se organiza para fazer um chá ou outra coisa assim” (MLS - agricultora e liderança local).

Este depoimento continua a revelar a fragilidade das políticas públicas em área estruturais como saúde e educação, denunciada neste exemplo por meio de atos como a fabricação de um chá medicinal e o imprevisto de um transporte no momento de socorrer pessoas doentes até a cidade mais próxima.

Seguindo essa lógica de descaso, o trabalho da ATER regional, visto de forma isolada, apenas reproduz a rotina institucional, definida inclusive por atitudes como a de um técnico da Emater-PB que chegou a afirmar, durante conversa informal, que a seca nunca se constituiu em problema para ele porque não afetava seu salário.

Tanto o produtor rural **NBS** quanto sua esposa afirmaram já conhecer diferentes situações relativas ao dia de campo. Eles participaram da montagem do cenário e ofereceram outros serviços aos técnicos agrícolas, recebendo destes explicações durante os eventos. Cederam a propriedade para a realização de dois dias de campo sobre amendoim, e a produtora **MLS** fez parte diretamente numa das estações para dar as “boas vindas” aos participantes.

Embora tenha sido uma participação que, num primeiro momento, não alterou muita coisa no formato do dia de campo, a produtora **MLS** contribuiu para estimular os demais participantes a fazer o mesmo em outras situações do gênero.

O produtor e experimentador AFS considera, ainda, que o dia de campo é um dia de alegria, de trabalho, de mais conhecimento por parte das pessoas que estão presenciando o evento. A participação dele neste tipo de evento é avaliada como positiva, já que teve a oportunidade de também apresentar diretamente na estação seus conhecimentos empíricos sobre a cultura do amendoim durante dois desses eventos realizados pelo STR, em conjunto com a AS-PTA e Embrapa Algodão.

Este produtor é um exemplo prático da nova dinâmica atribuída ao método do dia de campo nos últimos anos, em especial pela intervenção de outras instituições no trabalho de ATER desenvolvido de maneira tradicional na região do Brejo e Agreste paraibanos até a chegada da ONG AS-PTA na década de 1990.

3.3.2 O dia de campo: um lugar de encontros sociais

Destacamos, também, os fortes laços de amizade mencionados pelos produtores rurais entrevistados. Esta proximidade afetiva permite a prestação de serviços (ajuda mútua) e a troca de favores (solidariedade) entre eles como forma de valorizar as habilidades que cada um dispõe quando se trata de lidar com a agricultura e suas mais diversificadas formas de trabalho. (Ver **Capítulo IV**).

Em geral, os produtores rurais, com os quais mantivemos diálogo, referem-se ao dia de campo como sendo uma “festa”, já que este tipo de evento, realizado pela Emater-PB e Embrapa Algodão (atualmente,

também, em parceria com ONGs, associações e sindicatos de trabalhadores rurais), reúne, geralmente, contingentes acima de 200 participantes.

Nas filas de espera formadas na estação de inscrição, os produtores conversam entre si sobre vários assuntos antes de circular pelo campo de demonstração. Em alguns casos, recordam a participação em outros dias de campo. De fato, eles aproveitam a oportunidade para trocar informações e fazer novas amizades.

Os agricultores e demais participantes seguem a trajetória das “bandeirinhas” até passar por cada uma das estações. Eles ouvem os ensinamentos técnicos dos agentes de P&D, mas pouco percebem os problemas gerados por certas regras e normas estabelecidas para a transmissão desse “saber oficial”.

Ainda nessa caminhada, os agricultores continuam a manter o clima de festa do evento, pois estão sempre a observar e comentar com bom humor algumas curiosidades do cenário de um dia de campo, a exemplo das figuras ou desenhos apresentados nos álbuns seriados.

Entre uma estação e outra, os agricultores encontram tempo para comentar, por exemplo, o estado do plantio no campo de demonstração, compará-lo com outras demonstrações ou plantios conhecidos, bem como levantar questões entre eles sobre algum comentário do técnico, já que o formato tradicional do dia de campo pouco permite a participação dos produtores até mesmo para tirar dúvidas.

Mas, é na hora do lanche que essas conversas se multiplicam e ganham ares de espontaneidade. Os produtores rurais, de um modo particular, aproveitam a oportunidade para retomar conversas que foram iniciadas e interrompidas ali mesmo, na caminhada pelas estações. Falam de suas experiências cotidianas com aquele tipo de proposta técnica e até desejam pôr em prática os ensinamentos transmitidos pelos técnicos.

No lanche, a reposição é muito mais de conversas entre eles do que mesmo do alimento que pouco compensa o esforço na caminhada pelas estações. Estes diálogos, entretanto, tratam do evento em si (impressões gerais sobre a organização) e das conversas mais reservadas para discutir assuntos de seu interesse (dia de receber dinheiro pelo trabalho nas frentes produtivas, passeios e viagens para outros campos de demonstração, distribuição de benefícios pelos políticos etc.).

3.3.3 O sentido da demonstração e do treinamento

Uma demonstração do trabalho com grupos de agricultores e os técnicos agrícolas é a definição do produtor rural **JFD** sobre o dia de campo. “*Os agrônomos orientam com as técnicas e os produtores com as práticas*”, defendendo ainda que a solução para muitos dos problemas enfrentados pelos agricultores pode estar na organização coletiva dos membros de uma determinada comunidade rural.

Os entrevistados guardam na memória poucas informações acerca das explicações que puderam vivenciar durante o dia de campo, bem como nos cursos, treinamentos ou excursões técnicas promovidos por organismos governamentais em parceria com outras instituições.

O produtor rural GJC lembra que os técnicos da Emater-PB preparam tudo, programam os “corredores” ou vias de acesso dentro da propriedade aonde as pessoas devem passar ouvindo as explicações técnicas até chegar à estação do lanche. Mas pouco sabe porque não se preocupam com algum tipo de avaliação acerca da trajetória e eficácia dos conteúdos transmitidos.

Sobre o trabalho institucional de difusão de inovações, o produtor GJC considera ainda de suma importância o que tem sido feito em termos de capacitação e treinamento dos produtores por parte da Emater-PB e Embrapa Algodão, em parceria com prefeituras municipais e associações rurais.

Para o jovem rural LS, entretanto, a situação que caracteriza o método do dia de campo deve ser a de seguir mais ou menos o que os técnicos estão transmitindo, já que essa prática serve como noção preliminar para o participante. *“Claro que você tem que ter mais capacitação, pois arriscar somente pelo que você ouviu durante o dia de campo, fica difícil”* (LS - agricultor e líder local).

O produtor rural AT também classifica o método do dia de campo como uma situação festiva de grande importância para todos os produtores da região. *“Só não tem futuro para quem não é produtor”*.

Ele destaca ainda que o dia de campo somente tem sentido para quem já lida com a proposta técnica difundida. Mas acredita que se faz necessária a adoção de certos ensinamentos próprios da realidade dos agricultores com a finalidade de alcançar algum resultado satisfatório.

A maioria dos produtores rurais entrevistados, portanto, demonstra interesse em continuar participando de dias de campo, seja para conhecer a proposta técnica a ser divulgada ou mesmo para rever alguns dos ensinamentos sobre determinada cultura ou manejo agrícola.

Mas a principal motivação deles, nos dias atuais, está na percepção crítica da realidade na qual estão inseridos, valorizando aos poucos as potencialidades práticas herdadas de seus antepassados ou simplesmente surgidas das experimentações cotidianas no campo.

Sabe-se, agora, que o dia de campo não aparece somente como um evento esporádico da extensão rural que acontece em propriedades de sucesso numa determinada região. Certamente que essa atividade engendra muitos aspectos e problemas. Dentre eles, destacam-se as atitudes dos próprios participantes, técnicos agrícolas e agricultores que, pelo menos teoricamente, mantêm relações de amizade e reciprocidade mútuas.

Capítulo IV

4. A evolução recente do método do dia de campo

4.1 Impactos do dia de campo entre os produtores

A realização de dias de campo na Paraíba continua sendo uma atribuição dominante dos organismos oficiais de ATER, cuja meta consiste em difundir inovações agropecuárias para um elevado contingente de produtores, conforme indicam as diretrizes dos programas de trabalho das empresas de P&D no Estado.

Os produtores rurais que participam deste tipo de evento reconhecem a importância do aporte de conhecimentos relacionados com o tema da proposta técnica demonstrada *in loco*. Mas, são enfáticos ao afirmar as limitações do método e da sua aplicação. Eles levantaram, com base em seus relatos e atitudes observados, quatro tipos de limitações sintetizadas da seguinte maneira:

- Os dias de campo atingem ainda uma minoria de produtores.
- As propostas técnicas divulgadas não levam em conta a enorme diversidade dos ambientes agro-ecológicos e dos sistemas de produção, em particular na região do Agreste da Paraíba.
- A metodologia de comunicação apresenta várias limitações com relação à natureza do público-meta.
- Os dias de campo são pouco planejados e avaliados de maneira interativa entre os diferentes técnicos e com os produtores.

- Os produtores também reconhecem efeitos e impactos do dia de campo que não foram previstos pelas instituições.

4.1.1 Um público limitado entre os agricultores familiares

Da maneira como vem sendo desenvolvido pela Emater-PB e pela Embrapa Algodão, o dia de campo na Paraíba continua a atingir uma pequena minoria de agricultores. Por outra parte, quando teve muitos participantes nos dias de campo observados, nem todos eram produtores rurais. Havia, dentre outras categorias, estudantes, técnicos, políticos, lideranças religiosas etc.

Os convites elaborados para formalizar a presença das pessoas no evento privilegiam, de fato, grupos constituídos via associações de produtores, prefeituras ou comunidades onde as empresas governamentais mantêm uma atividade mais intensa.

Um exemplo patente dessa situação foi o dia de campo sobre caprinocultura realizado em Umbuzeiro (**Anexo 3**), local escolhido pela comissão organizadora do evento tendo em vista interesses individuais de alguns técnicos e da prefeitura municipal.

Houve queixa de uma agricultora sobre a falta de diálogo na hora de decidir a propriedade demonstrativa. De fato, já era do conhecimento dos organizadores de que uma outra região, conhecida como Alecrim, representava a melhor sede do evento por sua localização favorável e o maior número de criadores de caprinos ali residentes.

Mesmo entre a categoria ampla e diversificada dos agricultores familiares, pode-se dizer que o dia de campo atinge uma certa elite. Esta, por sua vez, é constituída por lideranças ou agricultores “modelos” que reconhecem, eles mesmos, que assistem ao dia de campo para manter uma relação privilegiada com um extensionista, do qual esperam continuar a obter alguns benefícios.

Além dos aspectos sociais e festivos já mencionados, este tipo de situação quer também dizer que a relação interpessoal de dependência produtores/técnicos – relação esta que pode ser mútua – influencia na participação aos eventos.

Um outro procedimento que amplia essa rede de interesses individuais consiste na elaboração de projetos, por parte dos assessores técnicos da Emater-PB, para custeio pecuário e de investimento agrícola em períodos especiais, a exemplo das estiagens prolongadas.

Neste caso, o extensionista é responsável por selecionar o público beneficiado segundo critérios como renda, título da propriedade e sistemas de produção, valendo-se não somente de dados técnicos como também de alguns critérios subjetivos reunidos nas diferentes atividades e eventos de ATER.

Por outra parte, conforme mencionado antes, os dias de campo são geralmente prestigiados pelas seguintes categorias de participantes: estudantes das ciências agrárias e de escolas públicas da região onde o evento acontece; lideranças religiosas e sindicais;

vereadores, deputados, comerciantes e empresários, além de assentados vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), donas de casa e aposentados. Mesmo assim, esse contingente apenas evidencia o aspecto quantitativo já mencionado antes.

4.1.2 O problema da diversidade de situações

Os agricultores entrevistados afirmam conhecer outros procedimentos, em suas respectivas realidades, que não dependem da aplicação instrumental dos ensinamentos transmitidos pelos técnicos.

Na verdade, propostas como caprinocultura ou o cultivo do amendoim são apresentadas de maneira bastante uniforme com o mesmo pacote tecnológico para ambientes tão diferentes como o vale do Curimataú (semi-árido, espaços abertos, propriedades maiores, solos mais ricos e tração animal) e o Brejo e Agreste dos roçados (minifúndio, poucos pastos, manejo animal a corda e cultivo manual em leirões altos e solos declivosos).

Os dias de campo sobre o amendoim demonstraram o potencial dessa cultura a ser explorada com grande indicativo de sucesso pelos agricultores familiares das mais diversas regiões desde o Brejo, passando pelo Agreste até o Curimataú, nos municípios de Solânea e Remígio.

Mas, em certos casos, a exemplo do dia de campo ocorrido no Brejo de Solânea, priorizaram-se formas pouco participativas de

comunicação com os produtores. Naquela oportunidade, a proposta de cultivo de amendoim apresentou como alternativa o cultivo motorizado (grade rotativa) experimentado em solos planos e sistemas irrigados, no meio de uma parcela com declive importante, cultivada manualmente, com leirões altos e em sequeiro.

No momento da reunião de avaliação ocorrida na sede da Embrapa Algodão (Anexo 1) sobre os experimentos de introdução de amendoim, os agricultores-experimentadores (A-E)⁴⁴ das regiões do Curimataú e do Brejo de Solânea fizeram uma excelente demonstração do seu domínio e do seu conhecimento dessa diversidade agroecológica diante de um pesquisador que se referia a uma única maneira de plantar amendoim. Este pesquisador não entendia que outro modelo de plantio, diferente daquele já testado na estação experimental (sistema mecanizado irrigado), fosse experimentado pelos agricultores de maneira autônoma, considerando inútil o esforço de seus colegas da área de difusão de tecnologia.

Foram os próprios agricultores-experimentadores, naquela ocasião, que explicaram a variabilidade dos solos na região do Curimataú ou a adaptação dos diferentes tamanhos dos leirões segundo o declive, a qualidade do solo e as precipitações.

⁴⁴Cf. Eric Sabourin, Luciano Marçal da Silveira e Pablo Sidersky, "Grupos de Agricultores-Experimentadores: um desafio para o manejo da inovação no Agreste da Paraíba (Brasil)", versão em português do *paper* apresentado no X World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, 2000, 15p.

Os grupos de A-E são, portanto, formados por agricultores inovadores que experimentam empiricamente técnicas, práticas ou processos na sua propriedade de maneira espontânea, por incentivo mútuo ou por incentivo institucional. Esses grupos reúnem famílias de comunidades vizinhas, envolvidas numa problemática comum, determinada por fatores agro-ecológicos, sociais, geográficos ou técnicos. Existem, por exemplo, os grupos do Curimataú (Solânea) ou aquele da região do Gravatá (Remígio) que mantêm uma ligação forte com os STRs e, segundo os locais, com as associações comunitárias (SABOURIN, SIDERSKY e SILVEIRA, 2000).

4.1.3 Os problemas de comunicação

Segundo os agricultores entrevistados, os dias de campo não atingem sempre os objetivos colocadas pelas empresas de P&D porque apresentam problemas de comunicação e de linguagem, visto que sua condução pelos técnicos não leva sempre em consideração a diversidade cultural dos grupos e sua base de referências práticas ou empíricas.

De fato, existem dificuldades na transmissão do saber e na qualificação das inovações. Técnicos, pesquisadores e produtores rurais não falam a mesma linguagem, nem utilizam as mesmas regras de codificação.

a) Comunicação entre técnicos e agricultores

O formato do dia de campo aparece ainda repleto de práticas verticalizadas de transferência de tecnologia, onde o extensionista é o responsável pelas informações corretas (tecnicistas) e os produtores apenas ouvintes, conforme mencionado anteriormente.

Muito embora possam ser, por fim, priorizadas algumas propostas técnicas de tipo alternativo, como o cultivo hidropônico do milho, ainda são mantidas propostas pedagógicas tradicionais. Por exemplo, o uso de um vocabulário repleto de termos científicos e de cálculos econômicos para demonstrar os resultados positivos que é dificilmente percebido pelos agricultores.

Estas atitudes exigem uma postura diferenciada por parte daqueles técnicos governamentais que passaram boa parte de sua vida ensinando aos agricultores como reproduzir a dependência, principalmente pela vinculação aos sistemas de crédito.

Quando não existe um espaço de diálogo dedicado à interação entre técnicos e agricultores, a visão do conjunto dos sistemas produtivos relacionada com os processo de difusão de inovações encontra-se bastante comprometida. Portanto, é preciso a criação de um espaço de construção coletiva ou interativa de uma representação comum capaz de nivelar ou harmonizar códigos e significados entre agricultores, pesquisadores, técnicos, educadores etc. Não se deve tampouco generalizar esses problemas de comunicação.

Com técnicas ou propostas extremamente simples, a demonstração *in loco* pode chegar a constituir tal representação comum. Essa é uma questão de evidência e de bom senso prático. Por exemplo, em Mogeiro, no dia de campo sobre algodão irrigado (**Anexo 3**), o interesse do plantio em fileira simples foi uma evidência, comparativamente com outro em fileira dupla, demonstrado pelo próprio estado de desenvolvimento da planta.

Mas em outras situações mais complexas, a exemplo do dia de campo sobre caprinocultura, os pesquisadores não conseguiram convencer os produtores do interesse das novas raças e dos cruzamentos. Tal explicação é difícil e complexa. Seu entendimento exige uma combinação de conhecimentos relativos à genética, ao manejo da reprodução e dos lotes de animais e ao manejo alimentar.

Para tratar temas novos e complexos, precisa-se de uma base de conhecimentos mais ampla para construir uma representação comum entre técnicos e produtores. Isso exige formação de base dos agricultores (treinamentos), ou então práticas de diagnósticos ou experimentações, como é o caso dos agricultores associados aos STR de Lagoa Seca, Remígio e Solânea.

Outra forma de melhorar esse quadro de comunicação é estabelecer uma ligação com as referências e os produtos gerados pelos próprios agricultores, dando-lhes a chance de, também, colaborar para a construção coletiva do objeto técnico novo a partir de seu próprio saber e da sua experiência. Neste caso não predomina a

lógica difusionista de “quem sabe” transmitir a “quem não sabe”. Todos aparecem como co-participantes de um processo de geração e de difusão de inovações.

Assim, o método do dia de campo também oferece uma oportunidade de encenação da inserção de uma proposta técnica isolada num ambiente maior (parcela, propriedade, rebanho, moldura ambiental). Isto favoreceria uma construção comum entre pesquisadores, técnicos e produtores rurais de uma visão mais sistêmica das propostas técnicas e do seu ambiente. Experiências raras e bem sucedidas dessa metodologia inovadora do dia de campo participativo tem acontecido desde 1998, e sobretudo em 1999 por iniciativa da Embrapa Algodão, Emater-PB, AS-PTA e STR junto com os agricultores-experimentadores dos municípios de Remígio e Solânea.

b) A valorização do saber dos agricultores

Em se tratando da Emater-PB, não se permite ainda facilmente entre os extensionistas que o produtor fale e compartilhe com os demais participantes suas experiências durante o dia de campo, diferentemente do que está ocorrendo com a Embrapa Algodão nos dois últimos anos ao estabelecer parcerias com as organizações de produtores e a ONG AS-PTA a partir de uma mudança de concepção e de prática de alguns dos seus funcionários. Quando houve o primeiro

dia de campo participativo no Curimataú de Solânea, certo extensionista da Emater-PB falou da “ditadura dos produtores”.

A empresa estadual de assistência técnica, entretanto, demonstra ainda pouca inclinação em adotar trabalhos alternativos ou complementares a partir do saber do próprio agricultor, a não ser em casos isolados como em Remígio e Esperança.

Dessa maneira, torna-se mais fácil para dirigentes, assessores e extensionistas legitimar a burocracia estatal, levando para o campo as propostas e os projetos padronizados que desenham a política governamental para a área agrícola, a nível do conjunto do Estado.

A percepção que o produtor tem dessa situação de domínio está igualmente baseada no direcionamento que os técnicos estabelecem para a implantação de unidades demonstrativas nas propriedades. Elas passam, certas vezes, a ocupar espaços muitas vezes necessários às atividades de produção exclusivas dos produtores, que geralmente trabalham com outro tipo de cultura pouco valorizada pelos serviços oficiais de ATER, como ficou evidenciado no dia de campo de Mogeiro. Lá, dos produtores que tiveram que aceitar a parcela experimental de algodão irrigado, dois manifestaram que pretendiam plantar pimentão. Neste caso, existiu também uma pressão da associação dos produtores para seguir a recomendação dos técnicos.

De fato, os produtores, muitas vezes, realizam “testes” em silêncio na sua propriedade. Este procedimento empírico também conta com a colaboração da mulher e dos filhos no acompanhamento dos

resultados do trabalho alternativo, bem como na definição de outras estratégias de ação neste particular.

Acontece, algumas vezes, de essas experiências serem comentadas em rodas de amigos ou outros encontros sociais, como é o caso, das viagens, das feiras livres ou mesmo durante festejos religiosos. Mas não mencionam ou conversam desses ensaios com os extensionistas.

Trata-se, na verdade, de uma atitude que esconde muito mais do que a insatisfação com o tipo de assistência técnica que é prestada pelos organismos oficiais de ATER. Comunica principalmente a falta de compreensão e funcionalidade dos ensinamentos que são passados pelos técnicos, principalmente durante os dias de campo. Revela, também, a capacidade que esses produtores dispõem para reelaborar, à maneira deles, os códigos oficiais de difusão de inovações agrícolas.

Melhor dizendo, os produtores garantem que também estão aptos a falar de suas experiências em lidar com algumas das propostas técnicas divulgadas principalmente pela ATER regional, numa linguagem acessível à maioria dos participantes, como foi verificado nos dois dias de campo “participativos” sobre amendoim realizados em 1999 (Solânea/Remígio).

4.1.4 Articulação do dia de campo com outros instrumentos

O dia de campo, entretanto, vem ocorrendo em certas propriedades sem o planejamento e a preparação adequados. O que

mais faz falta, talvez, é a sua associação a outros instrumentos de difusão de inovações, como visitas, intercâmbios, treinamentos e experimentação que permitem qualificar melhor o produtor, capacitá-lo para estar mais apto a entender e integrar os diversos componentes de uma inovação ou proposta técnica. Por exemplo, essas visitas de intercâmbio e de estudo são bastante apreciadas pelos produtores que são acompanhados pela AS-PTA e pelos agricultores-experimentadores associados aos STRs de Remígio e Solânea.

A Emater-PB está mais preocupada em viabilizar a realização do evento e dos aspectos formais. Ela cuida basicamente da divulgação, da montagem do cenário na propriedade e do material visual (camisas, álbuns seriados, faixas, bandeiras coloridas etc.). De fato, existe uma certa repartição de tarefas entre as empresas de P&D.

A participação da Embrapa Algodão também compreende alguns desses serviços gerais próprios da organização. Às vezes, começa bem antes do dia de campo com o trabalho de sensibilização dos produtores para a implantação de unidades demonstrativas. Isto facilita a continuidade dos processos e a participação qualificada dos agricultores.

Como a meta principal é, muitas vezes, garantir o cumprimento da programação anual da empresa estadual de ATER, o dia de campo geralmente acontece sem quaisquer vinculações com reuniões, treinamentos ou cursos associados às mesmas propostas técnicas com os mesmos produtores, nas mesmas localidades.

Se há uma propriedade que apresente as condições aceitáveis à demonstração, o importante é seguir a recomendação institucional e partir logo para a realização do dia de campo.

Mesmo assim, os agricultores não demonstram qualquer tipo de contraposição ao método do dia de campo, em especial aqueles que mantêm determinados vínculos com as diferentes formas de organização da categoria, a exemplo do STR e das associações rurais.

Isto significa que, apesar das prováveis limitações que o método possa apresentar, ou mesmo de sua aplicação propriamente dita, a necessidade em oportunidades de encontros, diálogos técnicos e parcerias com as instituições de P&D é muito alta.

Por outra parte, a porção humilde do agricultor que foi acostumada, desde há mais de 40 anos, a crer que não sabe nada e o técnico entende mais sobre novas tecnologias, mantém uma postura de respeito para com o saber extensionista.

Os representantes das organizações de produtores desejam que o dia de campo continue a fazer parte da vida deles no campo. Mas, segundo eles, sua maneira de acontecer nas propriedades necessita incorporar novas modalidades de participação efetiva dos agricultores, agora reconhecidas pelos eventos promovidos pela AS-PTA em parceria com outras entidades.

De fato, o método do dia de campo pode servir de substrato para muitas possibilidades de valorização das vivências e práticas dos

agricultores que ultrapassam a medida institucional ditada pelos resultados somente válidos no âmbito quantitativo.

Este tipo de equívoco somente reforça a idéia, defendida por alguns dos especialistas da extensão rural, de que a avaliação dos trabalhos realizados pela ATER regional acontece ainda de maneira informal. A identificação de demandas é ainda limitada pela procura do produtor aos escritórios locais e regionais da empresa espalhados por todo Estado. O impacto do dia de campo é principalmente avaliado mediante o número oficial de pessoas inscritas durante um determinado evento.

4.1.5 Efeitos não previstos pelas instituições

Os agricultores destacam em seus depoimentos alguns impactos provocados pelos dias de campo que não fazem parte das previsões institucionais de difusão e de adoção de tecnologias.

Um impacto considerado importante pelos produtores se refere à recuperação de outras referências junto aos colegas durante os dias de campo.

Neste caso, os produtores afirmam que o evento se constitui na abertura de um espaço privilegiado para a renovação dos laços de amizade e pela própria troca de informações oriundas dos agricultores e dos técnicos, e processadas no âmbito do circuito sócio-técnico.

Acontece também a “contratação” de serviços (tração animal etc.) entre os produtores durante este tipo de encontro, já que eles sempre

comentam as habilidades de outros agricultores, muitas vezes executadas na propriedade do vizinho em troca de favores futuros ou mesmo por gratidão. Por exemplo, um dos produtores do município de Remígio já é reconhecido entre os colegas pela maneira singular como ele sabe armazenar as variedades de feijão, com base em suas experiências.

O dia de campo também permite aos produtores verificar que os problemas que eles vivenciam em suas realidades não são unicamente técnicos.

No dia de campo ocorrido em Mogeiro, alguns agricultores moradores se disseram preparados para trabalhar com quaisquer tipos de culturas, independentemente das recomendações dos técnicos, e citam como dependência na realidade deles a falta d'água e o poder de mando do proprietário que não escuta o que o agricultor tem a dizer. Chegam à conclusão, ainda, que esses problemas também resultam da falta de organização dos grupos em suas realidades.

Neste caso, o método do dia de campo representa um termômetro que permitirá compreender muitas das variações possíveis nos trabalhos relacionados com a agricultura de base familiar na região do Brejo e Agreste da Paraíba. Poderia ser, caso fosse bem avaliado, mais uma oportunidade de conhecer demandas dos agricultores.

Analisar alguns desses impactos sociais na agricultura paraibana, significa confirmar que o dia de campo atinge ainda poucos agricultores e, mesmo que seu mecanismo de difusão de inovações

tecnológicas esteja voltado para grandes contingentes de participantes, evidencia-se uma carência na sistematização de códigos coletivos (diversidade cultural) para garantir a qualidade da comunicação. Esta poderia, em parte, ser melhorada mediante a associação do dia de campo com outras formas de mobilização (visitas, treinamentos, reuniões).

4.2 A institucionalização do dia de campo

Embora não seja novidade na Paraíba, a realização sistemática de dias de campo passou por poucas modificações metodológicas nos últimos dez anos, apesar da mutação das condições de produção e de mercado e de uma enorme diversificação dos sistemas da agricultura familiar, especialmente no Agreste do Estado.

Esta constatação reflete a própria institucionalização da ATER regional através da integração de um dos seus métodos difusionistas, o dia de campo numa ênfase de “rotina” institucional.

4.2.1 Planejamento descendente

Uma evidência desse processo, enquanto extensão do primeiro, pode ser ilustrada na maneira como o dia de campo vem sendo programado nas diferentes comunidades rurais do Estado. Parece que a lógica prioritária é assegurar o cumprimento de metas e diretrizes das empresas governamentais quanto à difusão de poucas propostas

uniformizadas (caprinocultura, algodão herbáceo, milho irrigado e amendoim).

Isto quer dizer que a programação depende mais das propostas estaduais, a partir das poucas inovações disponíveis ao nível da pesquisa, do que de uma análise específica e localizada das necessidades e demandas dos agricultores familiares. Portanto, a difusão de inovações agropecuárias depende das orientações centrais dos serviços oficiais de extensão rural. Este recebe o conjunto de inovações tecnológicas dos centros de pesquisa e procura repassá-los aos produtores rurais através de métodos próprios da extensão rural.

O que acontece com o dia de campo, neste particular, é a perda de sua característica enquanto meio, para melhorar o nível de informação e tecnologia dos produtores assistidos diretamente pelos serviços oficiais de ATER, para se tornar um fim em si dos propósitos institucionais desenhados no número de metas a serem cumpridas.

Com o objetivo, por exemplo, de sensibilizar milhares de agricultores em diversas comunidades sobre demandas relacionadas com a produção, passam a ser realizados “n” dias de campo por ano sobre as propostas técnicas disponíveis nos centros de pesquisa.

O destaque para o caso da Emater-PB encontra justificativa no fato de a ATER regional recomendar como parte importante de suas ações uma maior preocupação quanto à elaboração de relatórios que comprovem o conjunto de atividades definidas para um determinado período de trabalho na empresa.

Esse tipo de exigência institucional sempre limitou a ação dos técnicos com base nas prioridades definidas pelos programas e projetos da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Abastecimento do Estado, naquilo que se refere ao trabalho de organização para a produção e de valorização da agricultura em nível local.

4.2.2 A burocratização do método

A permanência de metodologias próprias da extensão rural também legitima o processo de institucionalização. Sua origem em nível regional remonta aos tempos de ANCAR, cuja perspectiva de ação e de um conjunto de comportamentos e de valores não se comparou ao nível crítico da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), extinta em 1990, em seu projeto de ampliação do papel da extensão rural no país⁴⁵.

Como consequência imediata dessa recomendação institucional, a maioria dos técnicos agrícolas vinculados à empresa se mantém presa à postura tecnicista.

Portanto, a concepção de extensão rural atualmente registrada entre os técnicos agrícolas objetiva dar continuidade às ações institucionais incorporadas ao trabalho de campo. Mas este tipo de ação tende a ser mantido somente para cumprir objetivos e normas da

⁴⁵A Lei 6.126 autoriza a criação da EMBRATER em 06 de novembro de 1974, substituindo a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Porém, em 21 de março de 1990, a empresa é extinta pelo Decreto-Lei 99.192, durante o (des)governo Collor.

programação anual da instituição, sem muita relação com demandas dos produtores e seus diferentes processos de mobilização.

Melhor dizendo, corresponde ao efeito da reestruturação da chamada economia mundial, fazendo com que o Estado deixe realmente de assumir determinadas funções mediante os impactos causados pelo processo de globalização e da sua decorrente política neoliberal, sem deixar necessariamente de se constituir importante ator dentre os demais atores do desenvolvimento local.

A definição de uma única estratégia ou mecanismo de difusão de inovações não existe. Portanto, o que existe, segundo o olhar criterioso de KAIMOVITZ (1994), é a necessidade de distintas instituições e metodologias para o atendimento a diferentes clientes e problemas tecnológicos.

KAIMOWITZ (1994:28-29) destaca ainda alguns dos diferentes enfoques de transferência de tecnologia voltados para os pequenos produtores, os quais são adotados na atualidade sob uma perspectiva sistêmica.

Estes enfoques, portanto, relacionam-se com os *sistemas de produção e de distribuição de material genético e insumos agropecuários*, para o qual o produtor de base familiar geralmente tem dificuldades em termos de aquisição (consumo); o *intercâmbio horizontal* que valoriza sem precedentes o conhecimento empírico dos produtores (autonomia), enquanto os técnicos agrícolas deveriam atuar

na realidade como facilitadores do processo de intercâmbio ou circulação de informações entre os agricultores (idem, *ibid.*).

KAIMOWITZ (1994) menciona ainda a *integração vertical*, a exemplo do crédito agrícola, insumos e sementes selecionadas; a *assistência técnica individual*, que passou a ser considerada uma das melhores estratégias de difusão de tecnologia para o diagnóstico nas propriedades, e, por fim, o *autodiagnóstico* como enfoque para identificar as necessidades dos agricultores através de reuniões de grupos de produtores ou de uma comunidade para a identificação de seus problemas e indicação de suas possíveis soluções (idem, *ibid.*).

4.3 A crise da Emater e a emergência das parcerias

4.3.1 As dificuldades da ATER regional

Em meio à propalada crise das políticas públicas, resta-nos compreender as alternativas para a continuidade da ação da extensão pública. No caso da Emater-PB, trata-se de uma estrutura que ainda cobre a maioria dos municípios paraibanos, dispondo também de um quadro de pessoal bastante expressivo, apesar da pouca renovação.

Dentre os organismos de P&D na Paraíba, a Emater é a empresa mais vulnerável às consequências das mudanças ocorridas no atual contexto neoliberal. Sua reestruturação está muito mais ditada por limitações ou orientações das políticas estaduais do que mesmo pela valorização de estratégias da organização pública de desenvolvimento rural.

Isto quer dizer que o tipo de socialização organizacional ainda presente dentro da empresa compromete qualquer ação participativa dos atores envolvidos numa determinada situação, a exemplo da liberação do potencial da agricultura familiar no Estado.

De fato, a Emater pouco avançou em seus objetivos nos últimos anos. Sua trajetória institucional foi bastante afetada pela extinção da Embrater (1990), por sua própria “estadualização” – pelo menos no que se refere à folha de pagamentos de seus funcionários –, e pela conseqüente redução de recursos para o desenvolvimento satisfatório de suas atividades de extensão. Isto rendeu à empresa estadual de ATER uma crise sem precedentes, a qual se caracteriza nos dias atuais pela cristalização de vários elementos que também explicam a própria estagnação da empresa.

O primeiro elemento pode logo ser indicado como o fim da renovação dos processos metodológicos e da própria reciclagem e treinamento do seu quadro de extensionistas e assessores técnicos, tendo como conseqüência imediata o empobrecimento pedagógico e de outras metodologias. Neste caso, o impacto se deve igualmente à mencionada extinção da Embrater, já que esta empresa mantinha uma política adequada de capacitação de seus recursos humanos através da formação contínua dos técnicos em níveis nacional e regional (cursos “Pré-Serviço”, estágio de campo e treinamentos).

A extinção da Embrater significou ainda a redução de importantes recursos e o próprio fim de alguns convênios internacionais

centralizados no âmbito administrativo do governo federal. O resultado disso foi uma maior dependência financeira à Embrapa, já que esta empresa passou a receber mais recursos, bem como da pesquisa estadual em termos de métodos e conteúdos.

Registra-se, ainda, como parte dessa desestruturação, a falta de renovação do seu quadro de profissionais, além de uma maior dependência dos governos estadual e municipais no momento de promover qualquer tipo de atividade junto aos beneficiários.

A Emater-PB diminuiu, portanto, sua capilaridade junto aos agricultores com a redução das atividades, o fechamentos de alguns escritórios e a transferência constante de extensionistas de um lugar para outro, principalmente quando alguns deles incomodam as lideranças políticas locais.

Evitando assumir uma postura crítica frente a esses impactos, a diretoria da Emater-PB encontra saída na reformulação de suas práticas organizacionais com a recente instituição do programa de “qualidade total” dentro da empresa. Esta situação se agrava ainda mais pela falta de organização coletiva de seus funcionários.

Entretanto, nas próprias limitações da extensão rural na Paraíba residem também várias alternativas de evolução institucional, assim como dos seus métodos de difusão.

Por exemplo, sem recursos próprios suficientes, a Emater-PB está direcionada a organizar eventos (com destaque para o dia de campo), em parceria com outras instituições (prefeituras, entidades de

treinamento etc.), as quais passam a influenciar, às vezes drasticamente, as condições de realização e os conteúdos dos dias de campo.

4.3.2 Os impactos diferenciados das parcerias

Essas parcerias acontecem basicamente com dois tipos de entidades: os centros de pesquisa agropecuária do Estado (Emepa-PB, Embrapa Algodão e universidades) e com os novos atores do desenvolvimento rural local: as secretarias municipais de agricultura, os CMDR, as ONGs e as diferentes organizações de produtores (STR e associações).

Os dias de campo realizados com órgãos de pesquisa têm o seu conteúdo dominado pelos pesquisadores, tanto ao nível do vocabulário (científico), dos meios pedagógicos utilizados (cálculos, tabelas, matrizes etc.) como das demonstrações práticas baseadas, sobretudo, em experiências laboratoriais ou realizadas na estação experimental. A articulação sistemática desses elementos torna os eventos interessantes para os extensionistas e estudantes de agronomia, que ampliam seus canais de discussão, e pouco proveitosos para os produtores rurais porque reforça a sua condição dominante de "passivo" no processo.

Já os dias de campo promovidos pelo poder estadual e pelas prefeituras municipais, ao contrário, privilegiam o discurso político, o banquete e o lado festivo, sendo estas duas últimas influências identificadas de forma predominante nos relatos dos agricultores. Os

eventos, neste caso, podem se transformar em verdadeiros palcos de comícios em favor de determinados grupos que se encontram à frente da administração municipal. Não é raro recorrer à contratação de bandas musicais e de cantores da terra, tendo sido registrado na Paraíba um caso de exibição de pára-quedistas e outros shows no campo de demonstração.

De fato, as decisões de planejamento e realização dos dias de campo no âmbito das municipalidades são tomadas com base em regras e interesses individuais, privilegiando algumas pessoas da zona rural em detrimento da grande maioria de agricultores que, muitas vezes, deixa de participar do evento porque a prefeitura, de caso pensado, somente assegura transporte para algumas comunidades, a exemplo do que ficou constatado no dia de campo sobre caprinocultura, em Umbuzeiro. (Anexo 3).

Quando a parceria acontece com entidades de treinamento, a exemplo do SEBRAE e do SENAR, são acrescentados à configuração tradicional do dia de campo alguns cursos e atividades de capacitação registrados antes mesmo da realização do evento propriamente dito. Mas esta parceria também aparece limitada por certas determinações das empresas em definir qual será o tipo de treinamento a ser adotado, com base em programas e políticas planejados em nível governamental.

Para os agricultores entrevistados no dia de campo sobre algodão irrigado, em Mogeiro (**Anexo 3**), esta influência é considerada satisfatória porque amplia, sobretudo, a margem de eficiência dos trabalhos a serem realizados na propriedade e, por antecipação, já estabelece um “clima” propício à motivação para o dia de campo. Eles vivenciaram poucos processos organizativos e, por isso, apenas se queixaram da falta de apoio governamental para melhorar a vida no campo.

Ao contrário, quando os parceiros do evento são organizações de produtores, CMDR ou ONGs, como é o caso da AS-PTA, o conteúdo e até os métodos (preparação, realização e avaliação) respeitam mais as exigências e os interesses das comunidades envolvidas. Sua participação ultrapassa o nível da composição quantitativa para assumir uma postura decisiva na construção de novas possibilidades de interação social.

De forma patente, é também no Agreste da Paraíba que aparecem iniciativas inovadoras em termos de colaboração entre centros de pesquisa e organizações de agricultores; Embrapa Algodão, AS-PTA, grupos de A-E e sindicatos rurais optaram por realizar dias de campo mistos ou participativos.

Destacamos como ponto forte desta dinâmica coletiva no Agreste da Paraíba, a atuação original dos grupos de agricultores-experimentadores de Remígio, Solânea e Lagoa Seca, conforme citado antes.

Os agricultores estão, de fato, aptos às mudanças. Eles acreditam ser possível construir novos espaços de valorização dos recursos e conhecimentos do homem do campo, e já fazem isso em suas associações, organizações ou outras maneiras de promover a ação coletiva e despertar os potenciais locais de desenvolvimento acima mencionados.

Observamos ainda durante a nossa pesquisa de campo que essa prática permite uma maior interação dos sujeitos envolvidos no processo. A facilidade em termos de linguagem (avanço pedagógico) é patente nessa área, já que o entendimento do assunto se amplifica e, dessa maneira, a "festa" ganha mais em termos de eficácia.

Portanto, os avanços institucionais e pedagógicos em termos de metodologias associadas às novas dinâmicas de inovações agrícolas são consideráveis neste particular. Em síntese, os agricultores desenvolvem capacidades de aprendizagem individual e coletiva, além de práticas de ajuda mútua ou mesmo readaptação de modelos institucionais.

A produção e a adaptação de inovações pelos agricultores no Agreste da Paraíba representam fenômenos práticos, que se realizam ao nível individual. Mas este mecanismo vem sendo ultimamente alimentado por informações empíricas e referências produzidas pela comunidade local. Trata-se de uma construção de referência que depende das ações coletivas, e em menor escala da ação pública das instituições de P&D. (SABOURIN, SIDERSKY e SILVEIRA, 2000).

O trabalho da AS-PTA em situação de dia de campo, embora apresente limitações quanto às análises a serem ainda realizadas com os próprios agricultores, resulta numa maneira diferente de estabelecer novas possibilidades de relação e atuação no campo.

Estes agricultores, além de inovar e experimentar individualmente, também ajudam a divulgar e socializar as inovações através de alguns mecanismos de circulação de informação próprios. Trata-se da “difusão horizontal” mediada por momentos sócio-técnicos de tipo religioso, festivo ou até econômico.

Na verdade, o que acontece na prática é a socialização final dos resultados obtidos nos diferentes territórios através de uma programação especial, a exemplo de uma reunião de avaliação, de um encontro técnico ou através de uma festa local.

Este tipo de trabalho observado na região do Agreste, e que inclui também a realização de dias de campo envolvendo diferentes atores do desenvolvimento local, está facilitando algumas discussões nos órgãos públicos de P&D, em especial na Embrapa Algodão, no sentido de também assumir um trabalho institucional junto aos A-E a médio e longo prazos.

4.3.3 O impacto sócio-político das parcerias: as perspectivas

Enquanto impacto social, as parcerias firmadas com agências de desenvolvimento, empresas privadas, associações de produtores, sindicatos rurais, ONGs, dentre outros atores, representam uma

amplificação das reais possibilidades de estabelecimento dos processos participativos no âmbito da difusão de inovações agropecuárias na Paraíba.

Um destaque dessa evolução relacionada ao método do dia de campo está na participação dos produtores rurais diretamente nas "estações", dando explicações de suas práticas cotidianas associadas às explicações dos técnicos das empresas governamentais responsáveis pelos processos agrícolas na região, conforme mencionado antes.

Esta condição se deve principalmente às parcerias institucionais firmadas em contextos de discussão e planejamento do evento, o que representa um dos maiores impactos no âmbito das metodologias de difusão de inovações agrícolas no Estado nos dois últimos anos.

As parcerias firmadas entre instituições públicas e demais organismos constituídos ao longo de múltiplas situações revelam um novo contexto para os serviços oficiais de pesquisa agropecuária e extensão rural na Paraíba.

Uma vez confirmadas, essas parcerias logo compõem um acordo que também implica na divisão de métodos e de responsabilidades práticas e financeiras. Tais parcerias ajudam a cumprir os objetivos de ação previstos, também, pelo planejamento das atividades da Emater-PB.

De fato, até hoje, fora as experiências isoladas como aquelas observadas nos municípios do Agreste, a Emater-PB não direciona sua ação para um tipo de trabalho que valorize também o saber empírico

dos agricultores. Isto certamente dificulta a retomada de estratégias para além das diretrizes quantitativas a serem cumpridas pelos técnicos.

Neste sentido, a Emater-PB aparece como uma instituição vertical, e isso passa a reforçar certas práticas clientelísticas, além da burocracia imposta aos próprios extensionistas pela lógica da política governamental.

Mas é no conjunto de limitações da extensão rural na Paraíba que se originam várias alternativas de evolução dos seus métodos de difusão, em particular, o dia de campo. Consideramos, portanto, que este método já sinaliza para certas diferenças que caracterizam a própria dinâmica do desenvolvimento local favorável aos novos processos de trabalho das instituições de P&D.

Os dias de campo realizados pela Embrapa Algodão e pela Emater-PB, em parceria com a AS-PTA e os STRs, passaram a ter maior visibilidade junto a outras parcerias com organizações de produtores dos municípios de Solânea e Remígio.

A intervenção da AS-PTA na realização de dias de campo nessa região apresenta, dentre outras singularidades, a interessante democratização desse espaço de difusão de inovações, contestando de imediato um formato tradicional ainda defendido por alguns técnicos da ATER regional.

As recentes mudanças verificadas nos dias de campo, portanto, ultrapassam a lógica do modelo em si do método, dando ênfase à

presença do agricultor na estação de uma maneira diferente, conforme explicado acima. Ele não somente deixa de ser um ouvinte passivo dos ensinamentos transmitidos nos moldes tradicionais, mas participa diretamente nas estações falando sobre suas experiências e apresentando, na prática, o que aconteceu com o seu plantio, numa linguagem bem mais acessível e fácil em comparação às explicações dos técnicos das ciências agrárias.

Tudo isso já faz parte de um momento especial da extensão rural na Paraíba. Os produtores rurais – homens, mulheres e jovens – estão cada vez mais ocupando espaços até então considerados de exclusividade dos técnicos agrícolas da Emater-PB e da Embrapa Algodão.

São estas práticas locais que estão por fazer a diferença no contexto de aprendizagem e, principalmente, de difusão de inovações agrícolas no Estado. Mesmo assim, elas continuam a representar um desafio para futuros estudos nessa área porque, de fato, os agricultores sempre inovaram, mas isso tem sensibilizado pouco as instituições de P&D a assumir compromissos efetivos para a melhoria das condições de vida no campo.

Conclusão

Este trabalho buscou analisar o impacto e a evolução do método do dia de campo na Paraíba através de estudo de casos envolvendo os diferentes atores da ATER regional, com destaque para a Emater-PB e a Embrapa Algodão.

Algumas das análises aqui esboçadas demonstram que as orientações das atividades extensionistas desenvolvidas no Estado mantêm as principais características de uma visão burocrática do trabalho de extensão rural, a exemplo da patente preocupação com o cumprimento de metas institucionais traduzidas em dados quantitativos rígidos.

Assim, a Emater-PB, e, mesmo em menor proporção, a Embrapa Algodão fazem sempre um “balanço” de suas ações nos municípios como sendo um “instrumento de assistência social” prestado a milhares de produtores, sem mencionar necessariamente outras ações da ATER regional que sinalizem para um debate crítico sobre a reforma administrativa na qual vem se empenhando bastante o Governo Federal nos últimos anos (ABRAMAVOY, 1998).

Quanto aos métodos experimentados, além da pesquisa bibliográfica e das entrevistas de técnicos, extensionistas e pesquisadores ocorridas em 1998/1999, este estudo foi sustentado pela observação de cinco dias de campo realizados em diferentes municípios do Estado da Paraíba, dos quais quatro foram monitorados

em suas etapas de preparação, organização e realização. O acompanhamento da etapa de avaliação do dia de campo pelos seus atores representou um dos principais elementos para a construção do corpo do estudo. De fato, a sua realização evidenciava os interesses estratégicos das instituições envolvidas.

Os aspectos que foram abordados no **Capítulo II** referem-se a um contexto que existe no Brasil, de maneira oficial, há mais de 50 anos. Essa forma institucionalizada de praticar a extensão rural ainda encontra respaldo nos dias atuais quando se trata de definir os rumos da nova extensão rural em meio à crise do sistema oficial de ATER.

Trata-se, realmente, de um registro histórico que confirma a herança de um projeto extensionista fruto das condições sociais aqui existentes e valorizando as influências de outros países do hemisfério norte.

A Emater-PB, responsável pela política oficial de extensão rural no Estado em mais de quatro décadas de serviços, tem procurado reestruturar suas ações para se ajustar às demandas atuais de desenvolvimento rural. Mas, sem atacar diretamente problemas estruturais, a empresa mantém sua política tradicional de difusão de inovações com o mesmo quadro de profissionais e com pouca capacidade de captação de recursos complementares através de projetos, mantendo-se, portanto, no circuito de “soluções” institucionalizadas.

A saída vem acontecendo principalmente através das parcerias institucionais para a realização de atividades conjuntas com as instituições de pesquisa e de capacitação.

Assim, o dia de campo apresenta limitações e, por esse motivo, não chega a ser reconhecido pelos produtores rurais como um instrumento ideal para conduzir os processos de experimentação no meio rural, a exemplo do que acontece com os A-E do Agreste da Paraíba.

Neste sentido, os agricultores assumem posturas diferenciadas da lógica tecnicista e, com isso, somente reforçam a necessidade de valorização das suas atitudes e experiências locais perante os demais instrumentos pouco participativos de extensão rural.

Os produtores rurais acreditam que os técnicos podem ajudar bastante, em especial destacam as visitas, os cursos e treinamentos e desejam que o dia de campo continue a fazer parte dos eventos geralmente realizados nas comunidades.

O dia de campo, portanto, é um dos métodos privilegiados pelos serviços oficiais de ATER na Paraíba. O que acontece na prática desse evento é muito mais do que uma meta institucional a ser cumprida. Há possibilidades efetivas de manter produções agrícolas nas regiões pesquisadas a partir do diálogo entre as experiências advindas dos próprios produtores e as referências técnicas e bases científicas das instituições de P&D.

Na verdade, o método do dia de campo assegura ainda algumas articulações, tanto para o trabalho dos técnicos como também no processo de organização dos produtores rurais. Muito embora tenham sido registradas algumas tensões no que se refere à aceitação da atuação dos produtores nos dias de campo “participativos”.

Portanto, a nossa análise, centrada na evolução do método e no impacto do dia de campo, não pretende encerrar a discussão sobre a utilização de um determinado método da extensão rural. De fato, no caso específico deste trabalho, foi possível encontrar dinâmicas diferenciadas em meio aos processos tradicionais de difusão de inovações. Isto vem acontecendo em torno de reflexões individuais e institucionais acerca de um desenvolvimento rural compatível com os princípios de democracia, cooperação, organização e tecnologia. Tais potencialidades foram registradas nas reuniões técnicas, nos treinamentos e, principalmente, quando existem, nos espaços de avaliação envolvendo produtores rurais, extensionistas, pesquisadores e assessores técnicos de ONGs.

Essas reflexões contemplam dimensões políticas (cidadania), assim como elementos culturais e sócio-técnicos das comunidades capazes de facilitar não somente os processos de organização, mas valorizar os saberes e conhecimentos locais dos agricultores.

Isto é o que passa a ser verificado nos métodos de difusão de inovações na agricultura utilizados na Paraíba, em especial as

dinâmicas inseridas no tradicional dia de campo por aqui registrado desde os tempos de ANCAR.

De maneira específica, o dia de campo realizado na Paraíba, através do trabalho de diferentes instituições de ATER com agricultores familiares, está sendo influenciado por novas dinâmicas sócio-técnicas inseridas na escala local.

Nesse contexto, e tendo ainda considerações importantes do ponto de vista da trajetória extensionista aqui implementada, surgem possibilidades reais de participação dos agricultores, que passam a ser sujeitos de um processo até então marcado pelo domínio técnico.

Referências Bibliográficas

ABNT. **Informação e documentação - Referências - Elaboração da Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Rio de Janeiro - RJ, NBR 6023: 2000, 22p.

ABRAMAVOY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Anpocs/Edunicamp/Hucitec, 1992.

_____. "Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Uma nova extensão rural para a agricultura familiar". **Relatório de consultoria**, Brasília, agosto 1998, 27p. [mimeo]

ALENCAR, Edgard. "Intervenção Tutorial ou Participativa: Dois enfoques da Extensão Rural" In: **Cadernos de Administração Rural**. Lavras, MG, ESAL, v. 2, n. 1, jan./jun. 1990, p. 23-43.

_____. *et al.* "Potencialidade e Limitações da Agropecuária Sulmineira na Perspectiva de Profissionais de Ciências Agrárias" In: **Cadernos de Administração Rural**. Lavras, MG, UFLA/DAE, v. 9, n. 2, jul./dez. 1997, p. 121-135.

ALMEIDA, Jalcione, NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília, MEC/ABEAS, 1989. (Programa Agricultura nos Trópicos, 1).

ALMEIDA, José Geraldo de *et al.* "Racionalidade da Ação Extensionista: Um estudo no Sul de Minas Gerais" In: **Cadernos de Administração Rural**. Lavras, MG, UFLA, v. 7, n. 2, jul./dez. 1995, p. 147-157.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de, BRAGA, Geraldo Magela, SANTOS, Marinho Miranda. **Extensão rural no desenvolvimento da agricultura brasileira**. Viçosa, MG, Universidade Federal de Viçosa, CCA/DER, 1994.

BAIARDI, Amilcar. Sociedade e estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica. São Paulo: Hucitec, 1996.

BELTRÁN, Luis Ramiro. “Adeus a Aristóteles: Comunicação Horizontal” In: **Revista Comunicação & Sociedade.** São Paulo: Cortez, IMS, ano 3, v. 6, set. 1981, p.5-35.

BIASI, Carlos Antonio Ferraro et al. Métodos e meios de comunicação para a extensão rural. 2 v. Curitiba, ACARPA, EMATER-Paraná, 1979.

BRAGA, Geraldo Magela, KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Orgs.). Comunicação rural: discurso e prática. Viçosa, MG: UFV, INTERCOM, 1993. (Publicação dos trabalhos do XI Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação).

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. “O GT - Comunicação Rural nos Congressos INTERCOM: Balanço para entrar no século XXI”. APIPSA, Recife-PE, nov. 1997. [mimeo]

CARNOY, Martin. Estado e teoria política. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

CEARÁ. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Educação Rural Integrada: a experiência de pesquisa e planejamento participativo no Ceará. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: IICA, 1983. (Coleção Educação e Comunicação, 10).

CHAGAS, Antônio José da Cunha. Mensagens técnicas e fatores não tecnológicos na adoção de inovações agrícolas. 1986, 115p. Dissertação (Mestre em Comunicação Rural) - Curso de Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. “A Relação entre Técnicos e Agricultores no Contexto de Atuação de uma ONG que Trabalha com Tecnologias Alternativas” In: **Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas.** Campina Grande-PB, UFPB/Campus II, ano 17, n. 17, junho de 1998, p. 143-149. (Publicação dos Mestrados em Economia e Sociologia).

COSTA, M. Vaz. Extensão rural. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Agronomia, 1982. [mimeo]

DÍAZ BORDENAVE, Juan E. O que é comunicação rural. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988 (Coleção Primeiros Passos, 101).

_____. "Comunicação Rural: da Extensão à Participação" In: **Revista Comunicação & Sociedade**. São Paulo: IMS, Liberdade; Cortez, ano 6, n.11, jun. 1984, p. 47-56. (Publicação semestral do Mestrado em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior).

ESCHENBACH, Josef. **Radiodifusión para la innovación**. Quito: CIESPAL, 1978.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha de. "Extensão Rural no Brasil: Novos Tempos" In: **Revista Brasileira de Tecnologia**. Brasília, v. 15, n. 4, jul./ago. 1984, p. 19-25.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985 (Coleção Educação Popular, 3).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção O MUNDO, HOJE, 24).

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, UNICAMP, 1996.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE; Petrópolis: Vozes, 1987.

HALLIDAY, Tereza. "Extensionistas, Comunicação Participativa e Objetivos Governamentais" In: **Cadernos Ômega**. Recife-PE, UFRPE, (2):9-13, 1988.

HOLZ, Celívio *et al.* **Projeto a família rural: uma experiência de televisão em Santa Catarina**. Florianópolis, Acaresc, Emater-SC, 1989.

KAIMOWITZ, David. "Transferencia de Tecnología Agropecuaria en América Latina: Una visión desde el IICA" In: MONARDES, Alfonso, ESCOBAR, Germán, GONZALEZ, Gladys (Editores). **Transferencia de tecnología agropecuaria: de la geración de recomendaciones a la adopción**. Enfoques y casos. Santiago do Chile: IDCR-RIMISP, 1994, p. 27-36.

KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A. M.; SILVA, J. G. da *et al.* “O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais”. In: DELGADO, G.; GASQUES, J.C. e VILLA VERDE, C.M. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília, IPEA, 1990, p. 113-223. (Série IPEA, 127).

KOURI, Jofre. **Processo de modernização tecnológica na agricultura do Nordeste brasileiro**. Dissertação (Mestre em Economia). Campina Grande, UFPB, Mestrado em Economia Rural e Regional, 1998.

LEAL, Maria das Graças S. Florestal, BRAGA, Geraldo Magela. “Extensão Rural e Formação Profissional: Um estudo preliminar” In: **Cadernos de Administração Rural**. Lavras, MG, ESAL, v. 5, n. 1 e 2, jan./dez. 1993, p.27-38.

LUCENA, R. M.; SABOURIN, E. “Diffusion of Agricultural Innovation: The Case of the *Dia de Campo* (Demonstration Day) in Paraíba - Brazil”. In: **X World Congress of Rural Sociology**. Rio de Janeiro, 15p. Anais CD Rom, Abstracts, agosto 2000, p. 249.

MARTINE, George (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1996. (Coleção Momento)

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1998.

MATTELART, Armand et Michèle. **Histoire des théories de la communication**. Paris (FRA): la Découverte et Syros, 1997. (Collection Repères, 174).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho**. Brasília, set. 1975 (documentos, 3).

MONTE, Antonio Fernando Pinheiro. “Difusão de Inovações – Barreiras à Comunicação para o Desenvolvimento” In: **Revista Comunicação & Sociedade**. São Paulo: IMS, Liberdade, ano 7, n. 15, nov. 1987, p. 23-39.

OLINGER, Glauco. "O Papel da Extensão" In: **Revista Brasileira de Extensão Rural**. Brasília, EMBRATER, v.1, n.1, maio/jun. 1980, p. 2 (Editorial).

_____. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, José Mário Cavalcanti de. **A comunicação rural na adoção de tecnologias de cultivo do algodoeiro arbóreo; estudo em três municípios paraibanos**: Patos, São Mamede e Santa Luzia. 1996, 91p. Dissertação (Mestre em Comunicação Rural). CMARCR - UFRPE, Recife.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. "As Circunstâncias da Criação da Extensão Rural no Brasil" In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, DF: Embrapa, v.16, n.2, maio/ago. 1999, p. 97-133.

PORTO, Maria Stela Grossi (Org.). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1997.

REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS. Instituto de estudos Avançados. Universidade de São Paulo, SP, v. 11, n. 29, jan./abr. 1997. (Dossiê Nordeste).

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. "Difusão de Tecnologia: uma abordagem além do circuito tecnológico" In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília: EMBRAPA, v.2, n.2, maio/ago. 1985, p.305-311.

SABOURIN, E.; BARROS, E.; PERES, J.I.G. "Comunicação e Difusão de Inovações entre as Comunidades de Massaroca (Juazeiro-BA): O papel das relações de proximidade" In: **Novas perspectivas sobre a produção social na agricultura do Nordeste**. BARROS, H. de e NOVAES, A. M. (Orgs.). UFRPE, Recife-PE, 1999, p. 147-161.

SABOURIN, E.; SIDERSKY, P.; SILVEIRA, L. "Social Management of Agricultural Innovation: Smallholder Experimentation Groups in the Agreste Region of Paraíba, Brazil. In: **X World Congress of Rural Sociology**, Rio de Janeiro, 15p. Anais CD Rom, Abstracts, 2000, p.140.

SANTOS, Maria Salett Tauk. "A Participação na Comunicação Rural: Do difusionismo modernizador ao desenvolvimento auto-sustentável" In: **Symposium - Revista de Humanidades, Ciências e Letras**. Recife: UNICAP, v. 34, n. 1, jan./jun. 1992, p.53-64.

_____. **Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa no programa CECAPAS/SERTA.** 1994, 316 p. Tese (Doutor em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAUQUET, Michel. **Le voisin sait bien des choses. Communication et participation en milieu rural: leçons du cas brésilien.** Paris (FRA): Syros-Alternatives, 1990. (Collection Ateliers du Développement).

SILVA, Jaldete Soares da. **Produção da Informação Impressa para Produtores Rurais da Paraíba: o caso do suplemento JP Rural (1993-1994).** 1997, 168p. Dissertação (Mestre em Comunicação Rural) - CMARCR, UFRPE, Recife.

SILVEIRA, Maria Auxiliadora da *et al.* "A Comunicação Interpessoal entre Agropecuaristas, Extensionistas e Pesquisadores. O caso da pesquisa, difusão e adoção de tecnologias referentes aos recursos forrageiros no Sul do Estado de Minas Gerais" In: **Cadernos de Administração Rural.** Lavras, MG, UFLA, v. 8, n. 1, jan./jun. 1996, p.34-46.

SILVEIRA, Miguel Angelo da, CANUTO, João Carlos (Orgs.). **Estudos de comunicação rural.** São Paulo: Intercom: Loyola, 1988. (Estudos Contemporâneos em Comunicação, 1).

SOUZA BRAGA, Ubiracy. "Extensão Rural não é Comunicação; Comunicação Rural não é Extensão" In: **IV Encontro regional Nordeste da APIPSA.** Recife-PE, UFRPE, nov. 1997, 13p. [mimeo].

SOUSA, Ivan Sergio Freire de. **A sociedade, o cientista e o problema da pesquisa: o caso do setor público agrícola brasileiro.** São Paulo: Hucitec; Brasília: Embrapa-SPI, 1993.

SOUZA, Maria de Fátima Guerra de. "Estrutura e Processo do Conhecimento e a Ação do Extensionista Rural" In: **Cadernos de Difusão de Tecnologia.** Brasília - DF: EMBRAPA, v. 3, n. 2, maio/ago. 1986, p. 225-339.

SPERRY, Suzana. **O olhar da exclusão: comunicação e tecnologia de poder na pesquisa e extensão rural.** Dissertação (Mestre em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1992.

SUASSUNA, João. “Difusão de Tecnologia Agrícola: Uma experiência no Nordeste brasileiro” In: **Ciência & Trópico**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, MEC, v. 24, n. 1, jan./jun. 1996, p. 139-172.

SZMRECSÁNYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo (Orgs.). “O Papel da Educação Escolar e da Assistência Técnica” In: QUEDA, Oriowaldo, SZMRECSÁNYI, Tamás. **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979, p. 216-233.

VIOLA, Eduardo J. *et al.* **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. “Experimentação e validação de tecnologias em meio rural: alguns elementos a partir da experiência de Massaroca (Juazeiro-BA)”. In: **Novas perspectivas sobre a produção social na agricultura do Nordeste**. BARROS, H. de e NOVAES A. M. (Orgs). UFRPE, Recife-PE, 1999, p.210-227.

Anexo 1

Eventos

**PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO
(1998-1999)**

Eventos	Características	Participantes	Período
Reunião BNB/Emater-PB	Programa Especial de Financiamento ("Emergência")	Técnicos do BNB, assessores e executores locais da Emater-PB	26/05/1998
Seminário na UFPB/ Articulação S/A	Discussão ampla sobre o uso eleitoreiro da fome	Sindicatos e associações rurais, ONGs, técnicos agrícolas, prefeituras etc.	03/06/1998
Curso sobre a Cultura do Algodão	Ensinaamentos técnicos e ênfase nos dados quantitativos	Instrutor técnico da Embrapa e agricultores de Galante e Aroeiras-PB	04 e 05/06 1998
Reuniões e conversas informais	Planejamento de um dia de campo(bovinos ou caprinos)	Coordenador Regional da Emater e assessores técnicos	julho de 1998
Dia de campo (Monteiro-PB)	Cultura do milho irrigado - região do semi-árido	Emater-PB, Embrapa Algodão, produtores, políticos, estudantes etc.	09/09/1998
Visita à comunidade de Gravatá-Açu, município de Remígio-PB	Resgate de um dia de campo sobre a cultura do amendoim	Produtores rurais, assessores da AS-PTA, pesquisador e estudantes	06/10/1998
Encontro com produtores	Promovido pela AS-PTA	Produtores rurais do município de Solânea-PB	13/11/1998
Reunião de Planejamento	Dia de campo em Umbuzeiro-PB sobre caprinocultura	Técnicos da Emater, pesquisador da Emepa e assessora da Prefeitura	19/11/1988
Dia de campo (Umbuzeiro-PB)	Caprinocultura	Técnicos agrícolas, pesquisadores, produtores estudantes	20/11/1998
Dia de campo (Mogéiro-PB)	Cultura do algodão irrigado	Técnicos, produtores, membros da comunidade do Areial, estudantes etc.	16/12/1998
Reunião de Avaliação	Dia de campo realizado na comunidade do Areial	Técnico da Embrapa Algodão, produtores rurais e membros da Associação "Nova Vida"	01/02/1999
Dia de campo (Remígio-PB)	Cultura do amendoim de sequeiro	Agricultores experimentadores, técnicos, estudantes, integrantes do MST etc.	11/08/1999
Encontro de Avaliação	Ocorrida na sede da Embrapa Algodão, em Campina Grande-PB	Agricultores(as) experiementadores(ras) do Brejo e Agreste, técnicos da Embrapa e AS-PTA	21/10/1999

Anexo 2

Roteiros das entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA (com os agricultores)

- Nome:
- Idade:
- Onde nasceu:
- Origem dos pais (*são ou eram agricultores?*)
- Reside em:
- A quanto tempo?
- O que se planta por aqui? (*em especial o que o(a) entrevistado(a) costuma plantar*)
- Cria o quê?
- Qual o principal problema que vocês enfrentam por aqui?
- Tamanho da propriedade (*saber se existe alguma outra forma de exploração/aproveitamento da propriedade*)
- Conhece algum trabalho realizado pela Emater, Embrapa ou outro órgão aqui na região? Poderia falar um pouco sobre isso? (*procurar saber como se deu a participação do(a) entrevistado do(a) em algum dos eventos citado*)
- O que tem a dizer sobre os cursos e/ou treinamentos promovidos pela Emater ou outra instituição?
- Quando se escuta falar em *dia de campo*, o que vem logo na sua cabeça?
- Já participou de algum *dia de campo*? Poderia contar como foi que aconteceu?
- Como ficou sabendo que iria haver esse(s) *dia(s) de campo*? (*saber como fez para ir até o local de realização do evento*)?
- Fale sobre o que aconteceu no último *dia de campo* em que esteve presente (*onde aconteceu; que tipo de proposta técnica estava sendo apresentada; qual a duração; o que mais chamou a atenção; teve algum tipo de dúvida; procurou esclarecer esta dúvida quando ainda estava visitando as estações; fez algum outro tipo de pergunta; quem estava presente*)
- Comentou ou conversou com outras pessoas sobre o que aconteceu num dos *dias de campo* em que tenha estado presente? *Em que situação ou local ocorreu o(s) comentários(s); como foi(ram) colocado(s) pelo entrevistado(a) ou colegas; o que motivou tal(is) comentário(s).*
- Conhece alguém que tenha começado uma atividade agropecuária, após a realização de um *dia de campo* ou outro tipo de programação? (*o que sabe exatamente sobre isso - detalhes; conhece a pessoa; poderia nos indicar para uma conversa sobre o assunto ou poderíamos contactá-la*)
- O que você entende sobre *dia de campo*?

- Conhece outras formas de obter informações sobre os assuntos que interessam ao homem que vive na zona rural ou mesmo que reside na cidade mas tem fortes laços com o campo?
- Se tivesse que escolher entre fazer um *curso*, participar de um *treinamento*, ir para um *dia de campo* ou outro tipo de evento, escolheria qual? (*simular que teria que escolher apenas um deles*). Por quê?
- Já participou de alguma avaliação dos *dias de campo* que citou? Como ocorreu - dar detalhes (*quem dirigiu; quem mas participou; o quê foi dito; quais os encaminhamentos; quais as críticas levantadas etc.*)
- Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pela Emater, Embrapa ou outro órgão que atua na região?
- Participou de outro tipo de programação feita por organizações que não sejam do governo? (*como ocorreu esse trabalho; qual o órgão ou instituição responsável; como se processa a participação do mesmo nesse tipo de evento etc.*)
- Já houve algum *dia de campo* em sua propriedade? Como foi que aconteceu (detalhes).

CASO NÃO TENHA OCORRIDO OU DESEJO FAZER NOVAMENTE:

- Gostaria de fazer um (ou outro) *dia de campo* na sua propriedade? Por quê?
- Que tipo de problema gostaria que fosse apresentado nesse (suposto ou novo) *dia de campo*?
- Como gostaria que fosse feita a preparação, a organização e a avaliação desse *dia de campo* em sua propriedade?
- Quem seriam os seus convidados para organizar, participar e avaliar esse *dia de campo*?
- Caso fosse solicitado(a), que tipo de sugestão seria por você apresentada para modificar os atuais *dias de campo*?

ROTEIRO DE ENTREVISTA (com os técnicos agrícolas da Emater-PB e Embrapa Algodão)

1. Dados pessoais do(a) entrevistado(a), enfocando sua formação acadêmica, experiência profissional na área agrícola, ingresso na instituição (não esquecer de perguntar sobre as suas origens; se os pais foram ou são agricultores).
2. Qual a sua função na empresa?
3. Tecer comentários sobre a atuação junto à instituição (P&D), procurando saber quais as principais recomendações recebidas.

4. Concepção do entrevistado sobre os dados ou informações da atuação dos produtores rurais, especialmente os agricultores familiares?
5. Saber qual o papel da extensão rural no contexto apresentado.
6. Falar sobre as metodologias da extensão rural adotadas na Paraíba (unidade de observação, cursos, UD, treinamentos, reuniões, excursões, dias de campo etc.).
7. Detalhar as experiências práticas do(a) entrevistado(a) em lidar com alguns desses métodos de ATER.
8. Descrever, com detalhes, como é preparado um dia de campo.
9. Saber como acontecem os planejamentos e as reuniões que antecedem a preparação do dia de campo.
10. Como se dá o processo de avaliação do método utilizado, em particular o dia de campo.
11. Falar um pouco sobre o trabalho e os recursos adotados para a realização de um dia de campo.
12. Comentário sobre os dias de campo em que esteve presente (sua função durante o evento; qual a proposta técnica; o que ficou decidido etc.).
13. Avaliação pessoal sobre o dia de campo (qual a importância do método para o seu trabalho; como gostaria que fosse realizado o evento; que tipo de participação têm os produtores, além da presença etc.).

ROTEIRO DE ENTREVISTA (com assessores técnicos da AS-PTA)

1. Formação acadêmica (detalhes acerca dos ensinamentos herdados).
2. Contexto de surgimento da experiência local da ONG AS-PTA.
3. Como aconteceu sua inserção na AS-PTA (decorrência de sua militância ou fruto da formação acadêmica).
4. Por que foi escolhida a região do Brejo paraibano para implantação da PTA?
5. Quais os modelos propostos, de maneira alternativa, para o trabalho de difusão de inovações na região?
6. Que tipos de novas práticas são gerenciadas pela AS-PTA e como estas convivem com o que acontece de mais tradicional nas comunidades rurais?
7. Como se caracteriza o tipo de trabalho desenvolvido pela AS-PTA (existe alguma diferença entre orientar e fazer assessoria?).
8. Falar sobre as diferentes metodologias adotadas pela AS-PTA.
9. O trabalho com os produtores assume que tipo de postura alternativa neste particular (como ocorrem os intercâmbios, as visitas, os cursos etc. Avaliar o trabalho das empresas de P&D no atual contexto de mudanças das políticas públicas, em especial a crise da extensão rural.

10. Quais são os eventos adotados para valorizar as práticas e experiências locais dos produtores?
11. Como é lidar com a diversidade sem perder de vista a unicidade?
12. Detalhar o trabalho de difusão de tecnologias da AS-PTA.
13. Falar sobre as parcerias firmadas com a Embrapa, associações de produtores, STR, etc.
14. Opinião sobre o dia de campo
15. Como aconteceu a parceria com a Embrapa para a preparação de um dia de campo sobre amendoim?
16. O que representa a realização de dias de campo nessa região onde a AS-PTA atua com mais frequência?
17. Existe sociabilidade durante um dia de campo?
18. Que tipos de perspectivas podem ser apontadas para a extensão rural, em particular a prática de realização de dias de campo no Estado?
19. Como acontece a participação dos produtores nas diferentes atividades propostas pela AS-PTA em seu trabalho de intervenção local?

Anexo 3

Fichas técnicas e mapa

FICHA TÉCNICA DO DIA DE CAMPO Nº 01

Local: Fazenda Tamanduá, localizada a 3Km da sede administrativa (Região do Cariri, no semi-árido).

Município: Monteiro-PB

Proprietário: Cláudio Alberto Chaves (produtor rural e comerciante).

Data de realização do evento: 09 de Setembro de 1998

Instituição organizadora: Emater-PB (através da sede estadual e do Regional de Serra Branca-PB).

Outras instituições (parcerias): Prefeitura Municipal de Monteiro, Embrapa e Banco do Nordeste.

Proposta técnica: milho *irrigado* (variedade BR-106)

N.º de participantes: aproximadamente 500 inscrições.

Participantes: produtores vinculados a associações rurais, técnicos agrícolas, estudantes de escolas públicas, comerciantes, aposentados, pessoas da comunidade e políticos da região.

Material distribuído: camisas padronizadas somente para os técnicos agrícolas e senhas para todos os inscritos na *recepção* para o acesso ao lanche.

Material didático: álbuns seriados ilustrados e demonstrações práticas de equipamentos de irrigação.

N.º de estações: 04 (quatro)

Roteiro: a 1ª estação trouxe "boas vindas" aos participantes e uma *introdução* (resumo) das estações; em seguida, na 2ª estação, as informações transmitidas priorizaram o *manejo de cultivo e de pragas*; a 3ª estação foi sobre *adubação* e detalhes técnicos da *irrigação* utilizada naquela lavoura; finalmente, a 4ª estação apresentou os *aspectos econômicos* ou alguns detalhes da relação custo/benefício.

Registro: fitas K-7 e anotações no diário de campo.

Lanche: no terreiro da casa principal foi reservado um espaço à sombra de frondosas algarobas para servir o lanche aos participantes. A organização ofereceu comidas típicas de milho (canjica, pamonha, bolo e até sobremesa).

Comentário: na hora do lanche, marcada pela descontração, foi possível conversar informalmente com os participantes sobre o que eles viram nas "estações", além de registrar comentários acerca da falta d'água, do pagamento da "emergência" e do sucesso do "Dr. Chaves" com a plantação de milho irrigado.

FICHA TÉCNICA DO DIA DE CAMPO Nº 02

Local: Comunidade do Mimoso (distante da sede do município)

Município: Umbuzeiro-PB

Data de realização do evento: 20 de Novembro de 1998

Instituição organizadora: Emater-PB (Escritório local e do Regional de Campina Grande-PB).

Outras instituições (parcerias): Emepa-PB, Prefeitura Municipal de Umbuzeiro e Banco do Nordeste.

Proposta técnica: caprinocultura (em substituição a alguns produtos na época da estiagem).

N.º de participantes: foram realizadas aproximadamente 200 inscrições na *recepção*.

Participantes: criadores, produtores rurais (em pequeno número), donas de casa, técnicos agrícolas, pesquisadores, estudantes de veterinária, empresários e políticos da região.

Material distribuído: convites (antes), senhas (*recepção*), camisas (entre os organizadores), bonés (anúncio de produtos veterinários), *folders* (vacinação e controle de doenças) e receitas de comidas.

Material didático: sinalização nas estradas, álbuns seriados, cartazes ilustrados, *folders*, exposição de produtos químicos e demonstração de equipamentos utilizados na agropecuária.

N.º de estações: 04 (quatro)

Roteiro: a *introdução* valeu somente como "boas vindas" e *resumo*. **1ª estação** (*alimentos e alimentação*); **2ª estação** (*reprodução e melhoramento de raças*); **3ª estação** (*sanidade animal - doenças*) e **4ª estação** (*produtos e derivados dos caprinos, com ênfase na comercialização de peles, carne e culinária*). *A duração média das explicações por estação foi de 20 minutos. Registramos perguntas dos participantes.*

Registro: fitas K-7, fotografias (antes e durante) e anotações no diário de campo.

Almoço: os organizadores serviram feijoada, "buchada" e churrasco do animal. Esta parte do *dia de campo* ficou a critério da Prefeitura Municipal, que também se responsabilizou pelo transporte.

Comentário: o transporte disponibilizado pela Prefeitura não atendeu às expectativas da organização. O evento somente foi iniciado após às 9:30h daquela manhã, em função do pequeno número de participantes. A expectativa dos técnicos um dia antes era de mais de 300 produtores.

FICHA TÉCNICA DO DIA DE CAMPO Nº 03

Local: Comunidade do Areial, localizada no Vale do Parnaíba.

Município: Mogeiro-PB

Data de realização do evento: 16 de Dezembro de 1998

Proprietário(s): Dez produtores rurais pertencentes à Associação "Nova Vida" encamparam a idéia.

Instituição organizadora: Embrapa Algodão (CNPA)

Outras instituições (parcerias): Emater-PB, Prefeitura de Mogeiro e Associação "Nova Vida".

Proposta técnica: algodão *irrigado* (variedade CNPA 7H, desenvolvida para a realidade do Nordeste).

N.º de participantes: mais de 450 inscrições durante o evento.

Participantes: produtores rurais de diferentes cidades vizinhas e até de Pernambuco, técnicos agrícolas da Embrapa e Emater, membros da comunidade, estudantes e lideranças locais.

Material distribuído: camisas e bonés somente com a equipe de organização, além da entrega de senhas para o lanche com os inscritos (*recepção*).

Material didático: álbuns seriados, ilustrações (figuras/desenhos), fotografias e equipamentos.

N.º de estações: 04 (quatro)

Roteiro: boas vindas e *apresentação geral* na 1ª estação (participação especial de um membro da comunidade); *manejo cultural* e *irrigação* foram os assuntos abordados na 2ª estação; enquanto na 3ª estação foram feitas considerações sobre o *manejo integrado de pragas*. Finalmente, a 4ª estação fez uma *análise econômica* sobre a viabilidade da cultura (quadro demonstrativo de despesas e receita).

Registro: fitas K-7, fotografias e anotações no diário de campo.

Lanche: a organização montou um *painel de fotografias* (exposição) no local onde fora servido o lanche. As imagens apresentavam as etapas do trabalho ali desenvolvidas. Além de inovar no formato, seu objetivo era motivar os participantes a continuarem as discussões após saírem das *estações* propriamente ditas. Dois produtores da comunidade ficaram no local para dar explicações.

Comentário: os organizadores previam a realização de uma rápida avaliação após o *dia de campo*, o que deveria acontecer na sede da Associação "Nova Vida". Esta parte foi substituída por outra festa.

FICHA TÉCNICA DO DIA DE CAMPO N° 04

Local: Comunidade Gravatá-Açu (Região do Brejo e Agreste)

Município: Remígio-PB

Proprietário: Nelson Batista da Silva, produtor rural

Data de realização do evento: 11 de Agosto de 1999

Instituição organizadora: AS-PTA e Embrapa Algodão

Outras instituições (parcerias): Emater de Remígio, Sindicatos e Associação de Produtores Rurais.

Proposta técnica: amendoim (de sequeiro) e gergelim em curvas de nível

N.º de participantes: foram realizadas 450 inscrições.

Participantes: agricultores e agricultoras experimentadores das regiões do Brejo e Agreste da Paraíba, técnicos agrícolas da Embrapa, da Emater e do Projeto Lumiar, estudantes universitários e de escolas agrícolas, assentados acompanhados por lideranças do MST estadual, dentre outros.

Material distribuído: na *recepção*, houve distribuição de bonés e senhas para o lanche.

Material didático: demonstração prática dos produtores e distribuição de receitas pelas agricultoras.

N.º de estações: 05 (cinco)

Roteiro: *apresentação geral* e rápidas explicações feitas por técnicos da Embrapa e Emater na 1ª estação. Em seguida, na 2ª estação, um agricultor experimentador falou sobre o *sistema de cultivo* e fez demonstrações; na 3ª estação um técnico da Embrapa e dois produtores de amendoim da região abordaram os *aspectos econômicos* da cultura. Na 4ª estação, um técnico e dois outros produtores ensinaram como agregar valor ao produto *in natura*. Por fim, a 4ª estação foi apresentada por duas agricultoras experimentadoras. Elas falaram do *poder nutritivo do amendoim e sua importância na culinária*, além de distribuir receitas que fizeram parte de um curso promovido pela AS-PTA.

Registro: anotações no diário de campo.

Lanche: no local foi instalado um painel com vários registros fotográficos envolvendo o trabalho da AS-PTA junto aos agricultores experimentadores do amendoim. Um grupo de *forrozeiros* animou a festa.

Comentário: o destaque deste evento foi a participação efetiva dos produtores rurais nas estações, dando explicações e fazendo demonstrações de suas práticas. *Novidade criticada por alguns técnicos.*

Anexo 4

Fotografias

MOMENTOS DA PESQUISA SOBRE O DIA DE CAMPO



Painel de apresentação com resumo das estações do dia de campo



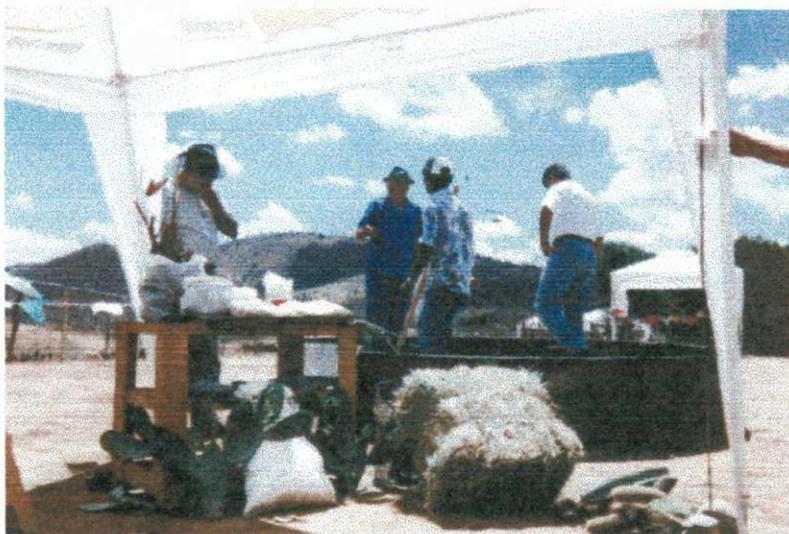
Introdução de um dia de campo feita por um agricultor



Participantes de um dia de campo



Extensionista explicando como plantar algodão



Demonstração do silo cincho durante um dia de campo



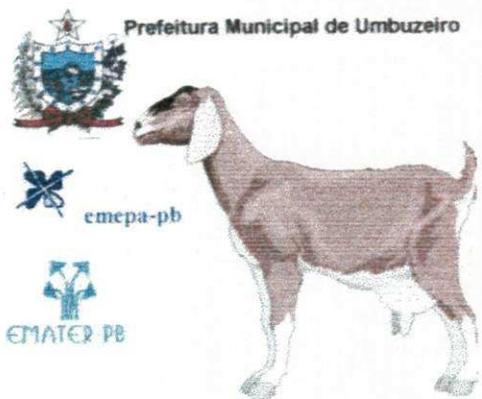
Visão geral das estações de um dia de campo



Exemplo de álbum seriado sobre manejo cultural e irrigação



Estação sobre aspectos econômicos



Convite: Dia de campo sobre caprinocultura

*Local: Comunidade da Terra - Umbuzeiro
Dia: 20 de Fevereiro de 1998
Horário: 8:00 horas*

Anexo 5

*Esquema de identificação dos técnicos
agrícolas entrevistados*

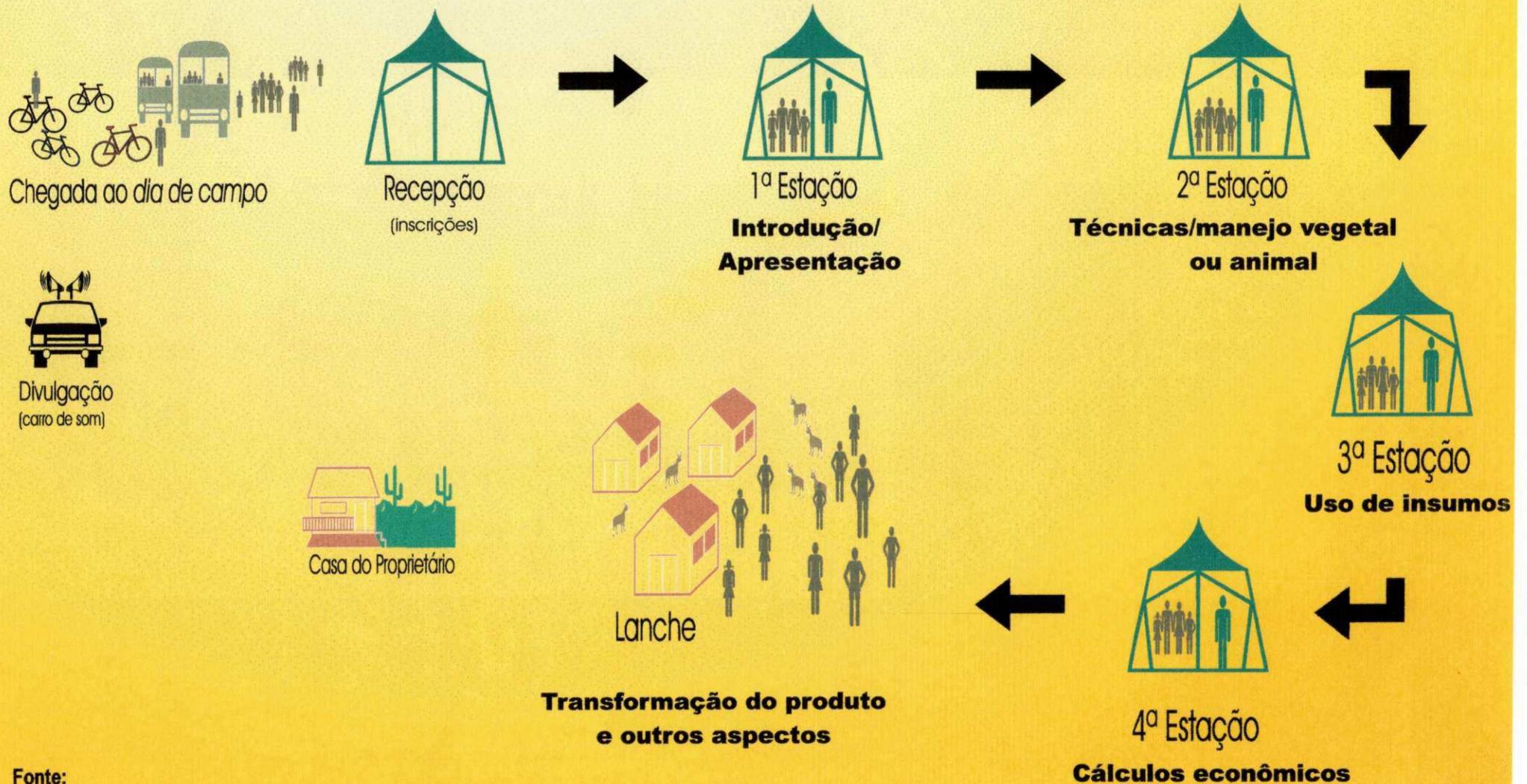
Esquema de identificação dos **técnicos agrícolas** entrevistados no período 1998/1999

DENOMINAÇÃO	INSTITUIÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA	FUNÇÃO EXERCIDA	SOBRE O MÉTODO DIA DE CAMPO
MBS	Embrapa Algodão	Agrônomo	Assistente de Operação/ Extensionista agrícola	Método de difusão/ uma "festa" para os agricultores
HGL	EMATER-PB	Agrônomo	Extensionista agrícola	Método pouco motivacional
JMA	Embrapa Algodão	Agrônomo	Coordenador de área/Extensionista	Método com resposta de adoção
LAS	EMATER-PB	Veterinária e Assistente Social	Assessora especial/ Extensionista agrícola	Método que mostra ensinamentos dos técnicos diretamente para os produtores
JMC	Embrapa Algodão	Agrônomo	Extensionista agrícola	Método motivacional/ uma "festa" no campo
TPM	EMATER-PB	Assistente Social	Assessora regional e assistência social	Método que agrada ao produtor rural
PMU	EMATER-PB	Agrônomo	Coordenador de Núcleo/Extensionista	Método grupal que atinge muitas pessoas
MPA	AS-PTA	Agrônoma	Assessora técnica	Método com pouco nível de interação
VA	EMATER-PB	Agrônomo	Assessor regional	Método motivacional
MNM	AS-PTA	Veterinária	Assessora técnica	Método tradicional
GD	EMATER-PB	Agrônomo	Extensionista agrícola	Método motivacional
DAB	Emepa-PB (Umbuzeiro-PB)	Veterinário	Pesquisador	Método mais indicado/ reúne teoria e prática

Anexo 6

Representação do dia de campo

Representação do *dia de campo* na Paraíba



Fonte:
Esquema produzido por observação durante a pesquisa de campo.

Anexo 7

*Esquema de identificação dos produtores
rurais entrevistados*

Esquema de identificação dos **produtores rurais** entrevistados no período 1998/1999

<i>Denominação</i>	<i>Idade</i>	<i>Municípios paraibanos</i>	<i>Desafios enfrentadas para realizar ações em nível local</i>	<i>Dia de campo</i>
PFC	55 anos	Monteiro	Falta de apoio governamental	Uma festa
ATB	34 anos	Mogeirol	Desafios para implementar o trabalho associativo na região	Evento que estimula a plantar
LS	28 anos	Mogeirol	Persistência da migração de jovens rurais para o sudeste do País	Serve para dar um pouco de noção
AT	60 anos	Mogeirol	Pouca valorização dos ensinamentos técnicos por parte dos produtores rurais	Um dos maiores incentivos para o produtor
JBS	40 anos	Mogeirol	A maioria dos produtores rurais não sabe ler nem escrever	Uma festa de grande importância
AFS	34 anos	Solânea	Falta d'água e de apoio governamental, em especial da EMATER local	Um dia de alegria e mais conhecimentos
AG	30 anos	Solânea	Limitações no trabalho da EMATER local	Serve como contato
CB	66 anos	Remígio	Tratamento diferenciado dado aos pequenos produtores que não têm acesso facilitado ao crédito agrícola	Serve para escutar explicações e incentivar o plantio
NBS	63 anos	Remígio	Falta d'água e de apoio governamental	Mostra trabalho
MLS (produtora)	53 anos	Remígio	Falta d'água e de médico na maioria das comunidades rurais	Exemplo de que o negócio é bom
JFM	63 anos	Remígio	Poucos recursos conseguidos das atividades agrícolas	Trata-se de um evento para ensinar
JFD	47 anos	Remígio	Falta d'água	Uma demonstração do trabalho agrícola
GJC	64 anos	Esperança	Falta de subsídios para os pequenos produtores	Mostra explicações dos técnicos